



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. AO Nº 82 QUARTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

MENSAGEM Nº 6/2015-CN

(Mensagem nº 181/2015, na origem)

Encaminha, em cumprimento ao art. 15 da Lei nº 12.593, de 2012,
o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014

Mensagem Presidencial
Exposição de Motivos
Dimensão Estratégica

VOLUME I

BRÁSÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT ^(22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾ Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾ Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾ Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾ Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾ Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾ Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾ Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾ Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25) Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾ Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

Mensagem nº 181

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 72, § 12 do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, encaminho a Vossas Excelências o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014.

Brasília, 28 de maio de 2015.

DILMA ROUSSEFF

EMI nº 00071/2015 MF MP

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2014, que contribui para a análise dos resultados alcançados pelo Governo Federal no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos integrantes do referido Plano.
2. O artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelece que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional Relatório Anual de avaliação do PPA, que conterá:
 - a) Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;
 - b) Situação, por programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas; e
 - c) Execução financeira das Iniciativas.
3. O Decreto nº 7.866/2012, que regulamenta a Lei nº 12.593/2012, determina em seu art. 7º, § 1º que o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de maio do ano subsequente ao avaliado.
4. Em obediência aos normativos supracitados, o Poder Executivo elaborou o presente Relatório que, além da função de prestação de contas, também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo dos programas do PPA, de forma a proporcionar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.
5. O Documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano.
6. A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e mais 6 seções referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.
7. A Avaliação dos Programas Temáticos do PPA refere-se à situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas.
8. São essas, Senhora Presidenta, as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o referido Relatório.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho



RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME I
DIMENSÃO ESTRATÉGICA



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME I
DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Brasília - DF
2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil

Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura

Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa

Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação

Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda

Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino

Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social

Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde

Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades

Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações

Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia

Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:

<http://www.planejamento.gov.br>,

<http://bibspi.planejamento.gov.br> e

<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br>.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 /
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de
Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO(% DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)	25
GRÁFICO 2 – SALÁRIO MÍNIMO REAL – MÉDIA ANUAL (EM R\$ DE 2014).....	26
GRÁFICO 3 – RESERVAS INTERNACIONAIS – ESTOQUE, CONCEITO LIQUIDEZ (US\$ BILHÕES)	27
GRÁFICO 4 – DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO* (% DO PIB)	29
GRÁFICO 5 – INVESTIMENTO DO GOVERNO CENTRAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS (% PIB)	31
GRÁFICO 6 – INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR – IPCA (% A.A.)	32
GRÁFICO 7 – TAXA REAL DE JUROS EX ANTE (% A.A.)	32
GRÁFICO 8 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO, RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (EM % PIB)	33
GRÁFICO 9 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (MÉDIAS DE 2007 = 100)	34
GRÁFICO 10 – CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO: SPREAD E INADIMPLÊNCIA. VALORES MÉDIOS TOTAIS.	34
GRÁFICO 11 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E TERMOS DE TROCA. VALORES EM US\$ MILHÕES FOB E MÉDIA 2006 = 100.....	35
GRÁFICO 12 – BALANÇA SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES, INVESTIMENTO DIRETO E INVESTIMENTO EM CARTEIRA (% DO PIB)	36
GRÁFICO 13 – TAXAS NOMINAIS DE CÂMBIO FRENTE AO DÓLAR – PAÍSES SELECIONADOS. MÉDIA MÓVEL 12 MESES. MÉDIA 2007 = 100.....	37
GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO GASTO EM POLÍTICAS SOCIAIS NOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO (R\$ DE 2014 E % DO PIB)	39
GRÁFICO 15 – PIB PER CAPITA REAL E ÍNDICE DE GINI.....	42
GRÁFICO 16 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$)	43
GRÁFICO 17 – TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR REAL PER CAPITA POR QUINTIL 2001–2013 (%a.a.)	43
GRÁFICO 18 – RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA POR REGIÃO	44
GRÁFICO 19 – EXTENSÃO (KM), POR SEGMENTO, DA CARTEIRA SELECIONADA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO ATÉ 2014	53
GRÁFICO 20 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM CONDIÇÕES DOMICILIARES SATISFATÓRIAS	55
GRÁFICO 21 – EXPANSÃO DE CAMPI DE UNIVERSIDADES FEDERAIS POR REGIÃO, ENTRE 2010 E 2014	58
GRÁFICO 22 – TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, POR FAIXAS DE IDADE	59
GRÁFICO 23 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER.....	62
GRÁFICO 24 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO (POR MIL NASCIDOS VIVOS)	63
GRÁFICO 25 – OFERTA DE ENERGIA POR FONTE – MATRIZ ENERGÉTICA	69
GRÁFICO 26 – PRODUÇÃO MÉDIA DE PETRÓLEO NO BRASIL – EM MILHARES DE BARRIS POR DIA	72
GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUTIVIDADE (EM MILHÕES DE TONELADAS, MILHÕES DE HECTARES E KG/HA)	87
GRÁFICO 28 – BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO (US\$ BILHÕES).....	87
GRÁFICO 29 – COMMODITIES AGRÍCOLAS SELECIONADAS: MILHO E SOJA COTAÇÕES* NO MERCADO INTERNACIONAL (CENTS \$/BU).....	88
GRÁFICO 30 – CRÉDITO RURAL (VALORES EFETIVAMENTE APLICADOS EM R\$ BILHÕES).....	89
GRÁFICO 31 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES (2007 = 100)	90
GRÁFICO 32 – DESEMBOLSOS DO BNDES (EM R\$ BILHÕES).....	92
GRÁFICO 33 – VENDAS DO COMÉRCIO X MASSA SALARIAL.....	94
GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES – ÍNDICE: 2007 = 100	95
GRÁFICO 35 – TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (EM MIL KM²/ANO).....	96
GRÁFICO 36 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA EM CO ₂ EQUIVALENTE	97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS, E RESULTADOS ESPERADOS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRA	19
FIGURA 2 – SISTEMA DE DIREITOS DA CF/88 E AGENDAS TRANSVERSAIS	39
FIGURA 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DE VÍNCULOS FORMAIS POR MICRORREGIÕES	45
FIGURA 4 – RAZÃO ENTRE ARRECADAÇÃO E BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA POR MICRORREGIÃO – 2014	47
FIGURA 5 – DINÂMICA DOS DESASTRES	54
FIGURA 6 – EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	57
FIGURA 7 – EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS NO PAC 2	79
FIGURA 8 – INTERVENÇÕES EM AEROPORTOS NO PAC 2	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS INSTITUÍDAS DESDE 2012 – IMPACTO ANUAL (EM R\$ BI)	30
TABELA 2 – RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS SELECIONADAS (EM % PIB)	31
TABELA 3 – BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS OFERTADOS EM 2002 E 2014	40
TABELA 4 – UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA	68
TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PPA 2012-2015, EM 2014 (VALORES EM R\$ BILHÕES)	121

LISTA DE SIGLAS

ABC	PROGRAMA DE AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO
ABM	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS
AICE	ACESSO INDIVIDUAL CLASSE ESPECIAL
ALADI	ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO
ANAC	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
ANATEL	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
ANATER	AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
ANEEL	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
ANM	AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
ANP	AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO
ANTAQ	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
ANTT	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
ASEAN	ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO
ATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
BNDDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BRIC	BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA

BSM	PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA
CAF	COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA
CAPS	CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
CAR	CADASTRO AMBIENTAL RURAL
CDIFF	COMISSÃO PERMANENTE PARA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA
CELAC	COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CLA	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA
CLBI	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO
CNM	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS
CNPM	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL
COMPERJ	COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
COSIPLAN	CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO DA UNASUL
CPLP	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA
CRAS	CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CSF	PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS
CTPIN	COMISSÃO TÉCNICA DO PLANO INDÚSTRIA
DNIT	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DPU	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DSEI	DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS
EILD	EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DE LINHA DEDICADA
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
ENAFRON	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS
END	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA
EPL	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
ESA	AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA
EVTEA	ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL
FAB	FORÇA AÉREA BRASILEIRA
FGV	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FIES	FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FMM	FUNDO DA MARINHA MERCANTE
FNP	FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS
FOCEM	FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL
FUNPRES	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IGP-DI	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS
INFRAERO	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
INPC	ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
IPCA	ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA
LAI	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
LAMIN	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES MINERAIS
LBD	LIVRO BRANCO DE DEFESA
LDO	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MCIDADES	MINISTÉRIO DAS CIDADES
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MERCOSUL	MERCADO COMUM DO SUL
MINUSTAH	MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO NO HAITI
MPS	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
MRV	MENSURAÇÃO, RELATO E VERIFICAÇÃO
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
ODM	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

PAC 2	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2ª FASE
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PAISS	PLANO DE APOIO À INOVAÇÃO DOS SETORES SUCROENERGÉTICOS E SUCROQUÍMICOS
PBA	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
PBM	PLANO BRASIL MAIOR
PCA	PROGRAMA PARA A AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS
PCH	PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS
PDE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PEMAT	PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA MALHA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO
PHE	PLANO HIDROVIÁRIO ESTRATÉGICO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIL	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA
PIS/PASEP	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL / PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
PISF	PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL
PMAQ-AB	PROGRAMA MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS
PNAISP	POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL
PNBL	PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA
PNC	PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA PARA INCIDENTES DE POLUIÇÃO POR ÓLEO EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL
PND II	PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM II
PND	POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
PNLT	PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES
PNPB	PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PNUMA	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PPA	PLANO PLURIANUAL
PPCDAM	PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL
PPSA	PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.
PROCONVE	PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES
PROINVEST	PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
PROMINP	PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRONATEC	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
PROSUPER	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE MEIOS DE SUPERFÍCIE
PROSUB	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS
PROUNI	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
PSE	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
PSI	PROGRAMAS DE SUSTENTAÇÃO DO INVESTIMENTO
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
RDC	REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO
REIF	REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES
SAC	SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
SBTVD-T	SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE
SEP	SECRETARIAS DE PORTOS
SICAR	SISTEMA INTEGRADO DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL
SIN	SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL
SIOP	SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TRBA	TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO DA BAHIA
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
UFN	UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS
UNASUL	UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS
UNFCCC	CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
UNIFIL	FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
ZOPACAS	ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL.....	13
INTRODUÇÃO	15
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	16
MACROECONOMIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO.....	23
SISTEMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL.....	38
INFRAESTRUTURA.....	67
PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO.....	86
INSERÇÃO INTERNACIONAL	99
ESTADO, FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o Volume I do **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA)** do Governo Federal para o período 2012–2015, ano-base 2014. Neste Volume avalia-se a consecução, no terceiro ano de vigência do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No Volume 2 é apresentado em mais detalhes o andamento das políticas públicas que operacionalizam essa estratégia, pelo registro de monitoramento dos indicadores, objetivos e metas dos programas temáticos (dimensão tática do PPA), bem como pelo registro da execução financeira das iniciativas com vinculação orçamentária do Governo Federal no exercício de 2014.

Mesmo diante de um cenário internacional em estágio ainda de recuperação, o País continuou a avançar em 2014. Entre as políticas públicas do Governo Federal, catalisadoras das mudanças em curso no País, destacam-se: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela superação da pobreza extrema, que já foi alcançada entre os beneficiários do Bolsa Família; o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa, Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais pobres; os estímulos ao investimento e à produção; a ampliação da oferta de atendimento médico com o programa Mais Médicos e do acesso a equipamentos públicos de saúde, como as Unidades de Pronto Atendimento – UPA e Unidades Básicas de Saúde – UBS; a continuidade das ações de controle do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em níveis baixos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira, potencializada pela estratégia de desenvolvimento do Governo Federal anunciada desde o PPA 2004–2007. Essa estratégia enfatiza a convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, tendo por objetivo ampliar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012–2015 reforça esse compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia, seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para alcançá-lo.

O presente Volume se subdivide em uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e seis seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, são apresentadas considerações finais.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia de desenvolvimento inclusivo contida no PPA atual e nos dois planos que o antecederam vem proporcionando, nos últimos anos, materialidade aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 3º da Constituição Federal: construção de uma sociedade livre, justa e solidária; dinamização do desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da extrema pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais; e promoção de uma sociedade sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O PPA 2004–2007, o primeiro plano a explicitar a atual estratégia inclusiva de desenvolvimento, tomava como base o fortalecimento do mercado interno mediante a conformação de um mercado de massas apoiado em aumentos reais do salário mínimo, políticas de transferência de renda e redução das desigualdades, associados com o controle da inflação. A inclusão de milhares de famílias nos circuitos de produção e consumo proporcionaria (e de fato proporcionou) ganhos de escala que contribuiriam para o aumento da produtividade, que em parte seria transmitido às famílias trabalhadoras, formando um círculo virtuoso de inclusão social.

O PPA 2008–2011 deu sequência a essa estratégia ao reforçar o fortalecimento do mercado interno com redução de desigualdades por meio da aceleração dos investimentos em educação e em infraestrutura econômica e social. Assim, a consolidação da agenda inclusiva, num contexto marcado pela eclosão da crise financeira global de 2008, passou, dentre outras iniciativas: pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; pela aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; e pela criação do maior programa popular de habitação do País nas últimas décadas, o Minha Casa, Minha Vida. A implementação da Agenda Social no período também merece destaque, na medida em que agregou e fortaleceu as complementaridades entre as diversas políticas sociais, promovendo ações de cidadania, direitos humanos, esporte, educação e cultura.

O PPA 2012–2015 dá continuidade aos dois planos anteriores, apontando em sua visão de futuro para um país que seja reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental; e
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Essa visão de futuro se alicerça em um conjunto de valores que servem de guia para os comportamentos, atitudes e decisões, dando uma personalidade ao governo, explicitando uma “ética” para sua atuação. Os valores declarados no PPA 2012-2015 são: Soberania; Democracia; Justiça Social; Sustentabilidade; Diversidade Cultural e Identidade Nacional; Participação Social; e Excelência na Gestão.

Em consonância com a visão de futuro e os valores estabelecidos, foram definidos 11 Macrodesafios que orientam as políticas públicas federais no período do Plano:•
Projeto Nacional de Desenvolvimento;

- Erradicação da Pobreza Extrema;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Conhecimento, Educação e Cultura;
- Saúde, Previdência e Assistência Social;
- Cidadania;
- Infraestrutura;
- Democracia e Participação Social;
- Integridade e Soberania Nacional;
- Segurança Pública;
- Gestão Pública.

Esses Macrodesafios, além de reunirem e nortear o conjunto de políticas públicas que dão continuidade às conquistas observadas ao longo da execução dos últimos dois planos plurianuais, incorporam novas políticas e linhas de ação, que no PPA 2012–2015 se organizam em torno de duas grandes áreas: o Brasil Sem Miséria, promovendo a inclusão social e produtiva da população em situação de extrema pobreza e possibilitando a incorporação de um contingente ainda maior de brasileiros ao mercado interno, elevando as condições de bem-estar da população; e a ampliação dos investimentos em infraestrutura, com o Programa de Investimentos em Logística – PIL e o PAC 2, com mais recursos e maior integração com Estados e municípios nos investimentos em infraestrutura e habitação.

Essa trajetória vem, portanto, consolidando um padrão de transformações estruturais que, em termos analíticos, pode ser apresentado em cinco dimensões, interligadas pela primazia da atenção ao desenvolvimento social:

i. *dimensão social*, cuja estratégia é consolidar a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, melhorar a distribuição de renda e promover a inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população, criando condições mais equitativas de acesso às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho;

ii. *dimensão econômica*, que se caracteriza por:

a) manter a estabilidade macroeconômica, conciliando crescimento econômico, distribuição de renda e inclusão social;

b) dar curso e velocidade às três frentes de expansão que se encontram atuantes na economia brasileira: i) investimentos em produção e consumo de massa; ii) investimentos em infraestrutura econômica e social; e iii) investimentos em atividades intensivas em recursos naturais;

c) potencializar as três frentes de expansão por meio do fortalecimento dos encadeamentos produtivos e de avanços substanciais em educação, ciência, tecnologia e inovação – ampliando a produtividade e a competitividade da economia e criando as condições para que o País ingresse de forma ativa na era do conhecimento.

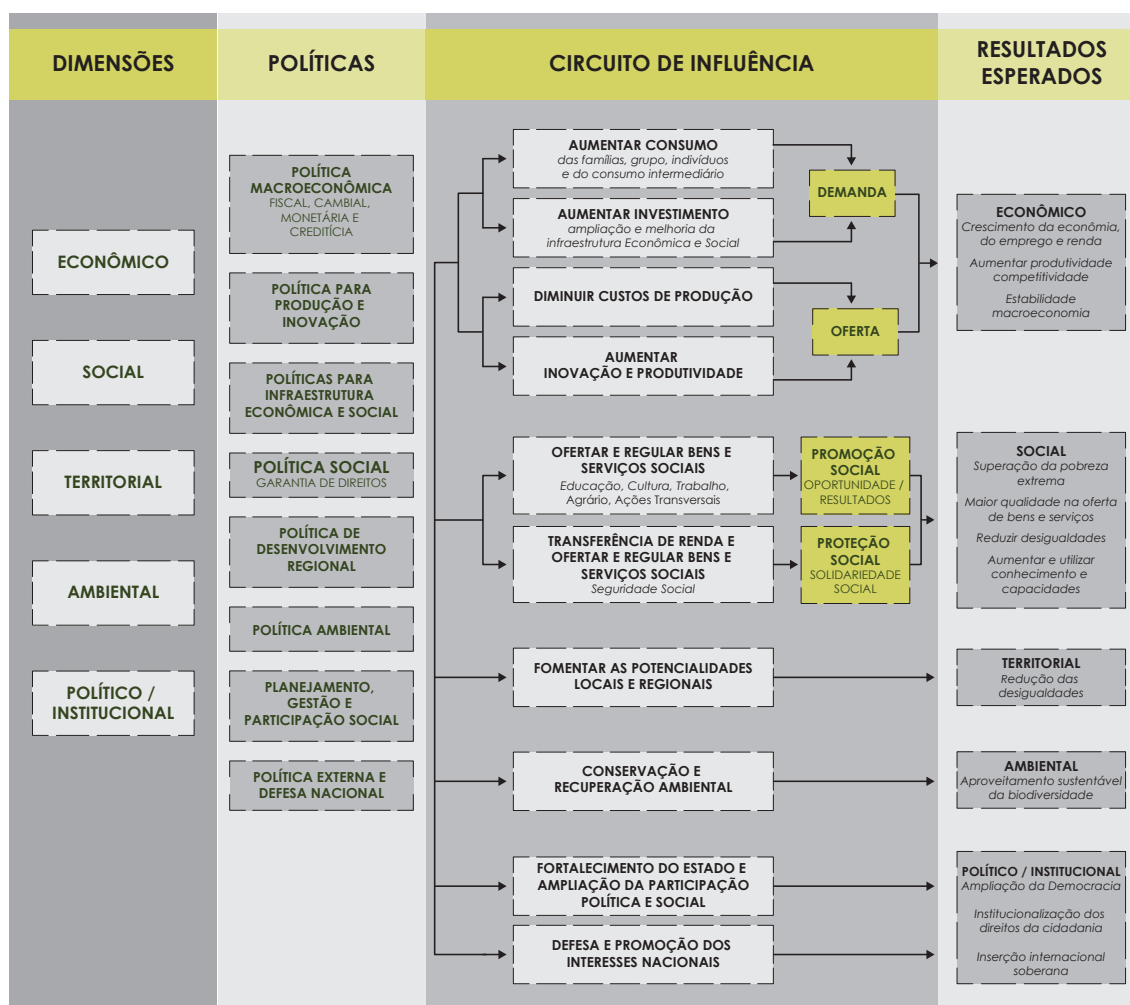
iii. *dimensão ambiental*, que tem como centro a sustentabilidade, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais;

iv. *dimensão territorial*, que busca essencialmente a redistribuição de oportunidades e renda entre regiões do País, fortalecendo e estimulando as potencialidades de cada território; e

v. *dimensão político-institucional*, cuja estratégia passa pela promoção da inserção internacional soberana e pelo contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.

A Figura a seguir ilustra como essas dimensões desdobram-se em políticas públicas que buscam, no seu conjunto, gerar resultados transformadores na sociedade e na economia.

FIGURA 1 – DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS, E RESULTADOS ESPERADOS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRA



Fonte: Elaboração própria

A integração e a complementaridade entre essas cinco dimensões são orientadas, portanto, pela priorização da dimensão social. Além de expandir e materializar direitos, as políticas sociais viabilizam a incorporação ao mercado de milhões de brasileiros, mediante, por exemplo, a expansão da cobertura da previdência, as transferências de renda e a oferta de bens e serviços públicos, o que aumenta o bem-estar proporcionando maior justiça social. De outro lado, em sua atribuição reguladora, as políticas sociais agem no sentido da redução das desigualdades no interior do mercado de trabalho via elevação do salário mínimo, o que amplia a renda disponível para o consumo das famílias e o acesso a bens e serviços sociais, também reforçando o bem-estar e a justiça social. Esses dois movimentos se retroalimentam, possibilitando a redução das desigualdades sociais e regionais, o que, além de ser autojustificável, gera como subproduto a ampliação do mercado interno.

No campo econômico trata-se de fomentar a operação dos três motores do investimento que atualmente energizam o desenvolvimento das forças produtivas (produção e consumo de massa; infraestrutura econômica e social; e recursos naturais) e de potencializá-los, tanto por múltiplas ações destinadas ao aumento da taxa de investimento da economia, como por meio de fomento à ampliação de seus encadeamentos produtivos e da incorporação em larga escala do valor agregado por educação, ciência, tecnologia e inovação. Em sua implementação o projeto permitirá que o processo de inovação se transforme numa quarta frente de expansão da economia.

Para que o crescimento associado a essas frentes de expansão ganhe em robustez e se traduza efetivamente em bem-estar para a maioria da população, é fundamental a coordenação das ações de governo de forma a estimular uma dinâmica econômica centrada na inclusão social, ampliando as escalas de produção, o que contribui para o aumento da produtividade. A ampliação do crédito e dos investimentos públicos e privados em infraestrutura, por exemplo, contribui para a redução de custos sistêmicos e o aumento da produtividade. Esse conjunto de forças resulta na possibilidade de direcionar os excedentes para mercados externos, ampliando novamente a escala de produção e a produtividade, o que contribui para o crescimento econômico sustentável.

Embora o modelo de desenvolvimento inclusivo não esteja centrado no mercado externo, os resultados efetivamente alcançados sofrem a influência do contexto internacional. Nesse sentido, a centralidade da inclusão social e do fortalecimento do mercado interno permitiu que o País se recuperasse da crise financeira global de 2008 e, mesmo após 2011, em meio à acentuação da crise europeia, continuasse com níveis baixos de desemprego.

No que se refere à dimensão ambiental, o desenvolvimento significa que o uso dos recursos naturais para geração de riqueza e renda não deve se dissociar da promoção da qualidade de vida e da sustentabilidade. Deve-se promover um desenvolvimento que compatibilize a capacidade de distribuir os benefícios de modo mais equitativo, com o compromisso de abandonar práticas danosas ao meio ambiente, estabelecendo relações equilibradas, mutuamente benéficas e permanentes entre sociedade e natureza, fazendo uso adequado dos recursos sem

comprometer as reservas naturais e a capacidade de desenvolvimento das gerações futuras. Por conseguinte, a responsabilidade pelo uso adequado e sustentável dos bens da natureza transcende a esfera governamental, devendo envolver o setor privado e a sociedade como um todo.

Existe uma preocupação da comunidade internacional com relação a questões de cunho ambiental, e o Brasil tem assumido papel de destaque na proposição e no alcance de metas associadas a essas questões. Assuntos como os relacionados à mudança do clima, em especial as ações para a sua mitigação e adaptação aos seus efeitos, testemunham o aperfeiçoamento constante dos procedimentos de planejamento e de coordenação de políticas, planos e programas refletidos no PPA, mediante a incorporação do valor ambiental na ação governamental.

Na dimensão territorial, deve-se alavancar o desenvolvimento social e econômico, considerando os atores, variantes e potencialidades locais, pois é no território onde os investimentos se materializam e onde os impactos são mais sensíveis. O olhar sobre o território traz nova perspectiva à função de planejar, pois não se trata mais de decidir apenas sobre a alocação dos recursos já existentes. Faz-se necessário compatibilizar estratégias e prioridades em nível nacional com os objetivos, expectativas e potencialidades locais. Isso implica em aproximar a oferta das políticas públicas das demandas territorialmente definidas. É promover o território a sujeito na definição da ação do Estado, orientador da ação programática, considerando suas especificidades na elaboração das políticas, inseridas no contexto mais amplo da estratégia de desenvolvimento.

Além disso, a escolha do território como plataforma de integração entre as políticas públicas, à medida que acontecem em espaço específico, gera efeitos que se multiplicam para a promoção do desenvolvimento local e regional. Devem-se reconhecer os rebatimentos territoriais das políticas setoriais, buscando elementos que apontem para possibilidades de convergência com a ação de outros atores, seja dos outros entes federados, seja da sociedade civil e do setor privado. Dessa forma, a vertente territorial sugere a necessidade de estabelecer uma relação harmoniosa entre os entes federados, estimulando a articulação federativa e a participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas, no diálogo entre as visões nacional e local de desenvolvimento.

O desafio da política territorial consiste em promover mecanismos que estimulem a elaboração de ações e iniciativas que se concretizem em parcerias de desenvolvimento com o Governo Federal. Nesse sentido, tem-se atuado no fortalecimento dos municípios no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de seus planos plurianuais, conscientizando seus atores da importância desse instrumento de planejamento estratégico, estimulando a participação social, além de buscar conciliar esses planos com os planejamentos de longo prazo estabelecidos nas esferas federal e estadual.

Na perspectiva territorial, portanto, a estratégia do PPA procura se pautar pela redistribuição de renda e oportunidades entre as regiões; pelo fortalecimento e aproveitamento das potencialidades regionais; pela implementação de estratégias de desenvolvimento local, por meio do fomento à constituição de empreendimentos econômicos solidários e a ampliação do acesso a mercados; pela reorientação de

investimentos e recursos diversos destinados à infraestrutura e atividades produtivas; pela gestão integrada de políticas públicas voltadas para espaços rurais e metropolitanos do território nacional; e pela preservação da diversidade ambiental e cultural do País.

A decorrência lógica dessa combinação de tendências econômicas e sociais e esforços governamentais é o fortalecimento da dimensão político-institucional do processo de desenvolvimento, criando condições para uma inserção internacional mais soberana, maior integração com os países vizinhos e o contínuo fortalecimento do Estado e das instituições, no esforço permanente pela ampliação e qualificação dos serviços públicos ofertados, estimulando e criando instâncias para a participação social de forma a atender aos legítimos anseios de uma sociedade cada vez mais exigente e ciente dos seus direitos, o que consolida a democracia.

As cinco dimensões que organizam o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil constituem, dessa forma, diretrizes que perpassam de forma transversal o conjunto das políticas públicas que, neste documento, para fins de avaliação, foram agregadas em torno de seis eixos: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

MACROECONOMIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

A análise dessa seção contempla a Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015¹, que estabelece avaliação anual pelo Poder Executivo do "comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados". Na sequência, explicita-se a interconexão entre, de um lado, a administração ao longo do tempo do regime macroeconômico (meta de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante) e, de outro lado, desenvolvimento com inclusão social para, em seguida, analisar-se em perspectiva o comportamento recente da atividade econômica, da política fiscal, da política monetária e do setor externo e da taxa de câmbio.

O PPA 2012-2015 E O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS EM 2014

O cenário macroeconômico do PPA 2012-2015, anunciado em meados de 2011, apresenta metas de inflação e de resultado primário do Governo Central definidas, respectivamente, pelo Conselho Monetário Nacional e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

A meta de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, era 4,5% em 2014, com intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais para cima ou para baixo. Como o IPCA observado em 2014 foi 6,41%, o índice manteve-se dentro do intervalo de tolerância.

A meta oficial de resultado primário do Governo Central para 2014 foi fixada, inicialmente, em R\$ 49,1 bilhões². Em razão da revisão para baixo das previsões de crescimento da economia mundial e da economia brasileira em 2014, e da necessidade de preservação de espaço fiscal para a manutenção de investimentos prioritários, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, em novembro de 2014, o Projeto de Lei nº 36/2014, que ampliava a possibilidade de abatimento de despesas do PAC 2 e das desonerações para fins de cumprimento da meta de resultado primário. Com a aprovação do Projeto de Lei (Lei nº 13.053/2014), todas as despesas do PAC 2 e todo o valor das desonerações de 2014 passaram a ser passíveis de desconto da meta de resultado primário. Com essa alteração, o resultado primário do Governo Central de – R\$ 20,47 bilhões em 2014 cumpriu a determinação legal³. Para 2015, a Lei nº 13.080/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015) prevê recomposição do resultado fiscal do Governo Central, que deve

1 Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, art. 15, inciso I.

2 Considerando a possibilidade inicial de desconto de R\$ 67,0 bilhões de despesas do PAC 2 e de desonerações prevista no Anexo IV da Lei nº 12.919/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.

3 Além dos R\$ 67 bilhões inicialmente permitidos, foram deduzidos outros R\$ 60,5 bilhões de despesas do PAC 2 e das desonerações para fins de cumprimento da meta de resultado primário.

perseguir um superávit primário de R\$ 55,3 bilhões⁴, além de compensar eventual não cumprimento da meta de Estados e municípios fixada em R\$ 11,05 bilhões.

No que se refere aos parâmetros macroeconômicos, utilizados durante a elaboração do PPA, destaca-se que a taxa de câmbio média (R\$/US\$) verificada em 2014 foi de 2,35, acima da previsão de 1,74, o que é explicado por um cenário internacional mais conturbado e volátil do que o contemplado pelo PPA quando de sua elaboração em 2011.

Quanto à taxa básica de juros (taxa Selic), em dezembro de 2014 o observado foi 11,75% ao ano, acima do valor estimado no momento de elaboração do PPA, 9,50% a.a., uma decorrência do compromisso da autoridade monetária com a estabilidade de preços. A esse respeito, saliente-se que, a despeito do ciclo recente de elevação dos juros nominais, a taxa real de juros *ex ante* entre 2011 e 2014 atingiu a menor média dos últimos anos, 4,0% a.a., contra 10,0 % entre 2003 e 2006 e 6,5% a.a. no período 2007 a 2010⁵.

Finalmente, no que tange ao Produto Interno Bruto – PIB, depois de crescer 2,7% em 2013, a variação de 0,1% em 2014 ficou abaixo do valor previsto em 2011 pelo PPA (5,5%). O arrefecimento do crescimento da economia em 2014 se explica pela permanência da instabilidade do quadro econômico global desde a crise financeira de 2008 e, mais especificamente, pelos efeitos de dois choques simultâneos sobre o País: externamente, além da menor taxa de crescimento anual da China em 25 anos, das dificuldades da recuperação nos EUA e da estagnação europeia e japonesa, saliente-se a queda dos preços de *commodities* exportadas e produzidas pelo Brasil, em especial minério de ferro e petróleo; internamente, a pior seca de que se tem registro no Brasil vem pressionando os preços de alimentos e de energia, além de problematizar a oferta de água em regiões específicas. Os impactos da desaceleração econômica sobre a população, contudo, vêm sendo minimizados pela solidez intertemporal dos fundamentos macroeconômicos, pelas medidas de política econômica adotadas e pela preservação da política social, que explicam a manutenção da taxa de desemprego em patamares historicamente mínimos e a continuidade dos ganhos reais para os salários.

4 O valor já considera deduções programadas do PAC 2 no valor de R\$ 28,7 bilhões.

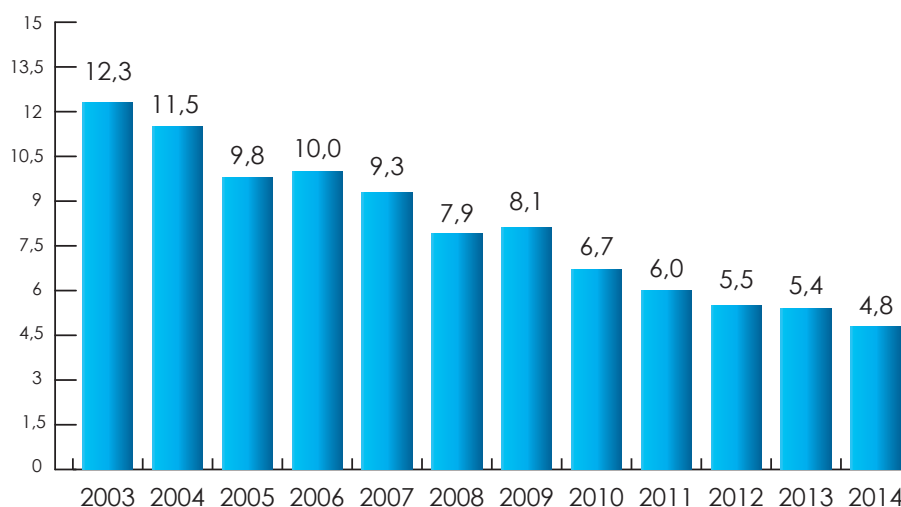
5 A taxa de juros real *ex ante* é dada pela razão entre as taxas dos contratos de swap-DI 360 dias e a mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses. Para cada ano considerou-se o valor de 31 de dezembro. Os dados foram obtidos do Banco Central do Brasil.

OS PILARES DA MACROECONOMIA E O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO

Em 2014, a despeito da intensidade do choque de preços de *commodities* e da seca, o compromisso com a solidez macroeconômica intertemporal – expresso no respeito ao intervalo da meta de inflação, no controle do endividamento público e na política de câmbio flutuante – mostrou-se mais uma vez compatível com a trajetória de desenvolvimento inclusivo característica do País na última década e com a estruturação de políticas em prol da competitividade, além de robustecer as defesas da economia nacional contra a crise global.

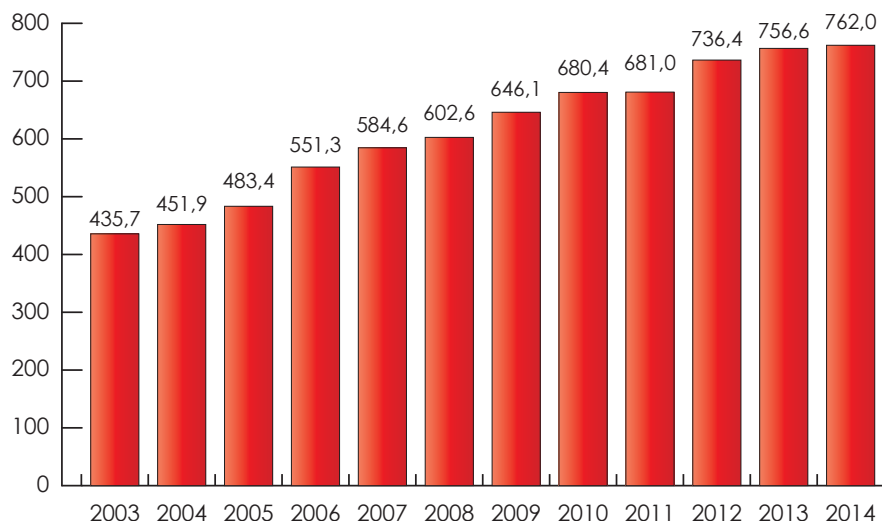
Entre 2011 e 2014 o País gerou, em termos líquidos, 5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada⁶. A taxa de desocupação, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, prosseguiu na trajetória de queda atingindo novo mínimo histórico de 4,8% em 2014 (média do ano). Novamente a redução do desemprego mostrou-se compatível com a valorização do salário mínimo, que teve reajuste real de 2,8% em janeiro de 2014 e acumulou alta real de 0,7% na comparação da média anual do salário mínimo real de 2014 com a de 2013.

**GRÁFICO 1 – TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO
(% DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)**



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

⁶ Cifra de 2014 de acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED/MTE. Para 2011, 2012 e 2013, dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS/MTE.

GRÁFICO 2 – SALÁRIO MÍNIMO REAL – MÉDIA ANUAL (EM R\$ DE 2014)

Fonte: IPEADATA

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assim, a trajetória brasileira de desenvolvimento inclusivo demonstra a existência de sinergias entre políticas de proteção social, ganhos reais de salários, redução das desigualdades e geração de emprego.

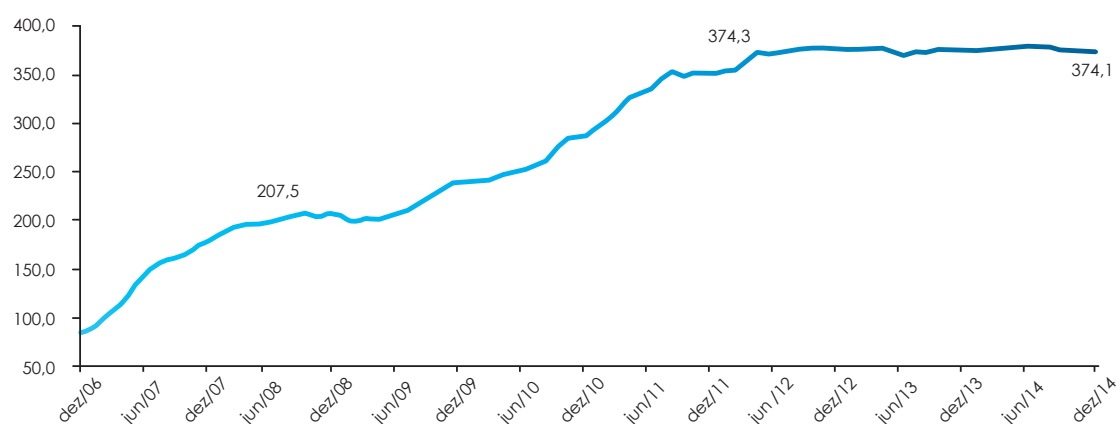
No que tange à competitividade, destaque-se o esforço do Governo Federal na construção de ganhos de produtividade pelo lado real da economia, com redução dos custos tributários, coordenação/planejamento dos investimentos em infraestrutura econômica e social, reforço dos gastos públicos em qualificação da mão de obra e ampliação do crédito à inovação e pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Ao final do ano, em conjunto com lideranças industriais, o Governo Federal apontou para o aperfeiçoamento desses esforços.

A estratégia macroeconômica também deve ser compreendida à luz da persistência de elevados riscos para a estabilidade financeira global após mais de seis anos da eclosão da crise de 2008. Em 2014, o regime de flutuação cambial brasileiro constituiu a primeira linha de defesa do País contra turbulências externas. A taxa de câmbio nominal R\$/US\$, que iniciou o ano em 2,40, fechou o período em 2,66, o que tende a favorecer a competitividade da produção nacional. Ao mesmo tempo, a economia brasileira contou com outros mecanismos de defesa contra a instabilidade internacional, a saber:

- política de acumulação de reservas internacionais – mesmo após a crise de 2008 – responsável pela transformação do País em credor externo líquido (reservas internacionais de US\$ 374,1 bilhões em dezembro de 2014);
- entradas líquidas de investimento estrangeiro direto superiores a US\$ 60 bilhões anuais desde 2011 (US\$ 62,5 bi em 2014);

- baixa participação estrangeira na dívida pública interna: 18,6% em dezembro de 2014, contra 43,4% da Espanha, 34,4% do México, 35,6% da Itália e 32,9% da Turquia⁷; e
- sistema financeiro doméstico sólido e entre os mais capitalizados do mundo.

GRÁFICO 3 – RESERVAS INTERNACIONAIS – ESTOQUE, CONCEITO LIQUIDEZ (US\$ BILHÕES)



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ATIVIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA MACROECONÔMICA EM 2014

O atual momento da economia internacional, com persistência de elevados riscos financeiros e reversão do ciclo de alta das *commodities*, e o ciclo econômico doméstico constituem o pano de fundo para a compreensão dos movimentos da economia e da política macroeconômica no País em 2014.

Em 2014 o PIB manteve-se estável em relação a 2013, com variação no ano de 0,1%. Em 2013 o PIB havia crescido 2,7%. Vale destacar que esses valores já seguem a nova metodologia de cálculo do Sistema de Contas Nacionais implementada pelo IBGE em decorrência da mais recente revisão do manual da Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial.

Pela ótica da oferta, o valor adicionado da Agropecuária apresentou crescimento de 0,4%, amparado nos bons resultados de culturas como a da soja, do algodão, da mandioca e do trigo. A Indústria recuou -1,2%, a despeito do bom

⁷ Para o Brasil, dado de dezembro de 2014 referente à participação de não residentes na Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, de acordo com o Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Para outros países, último dado disponível conforme Monitor Fiscal do FMI, outubro de 2014.

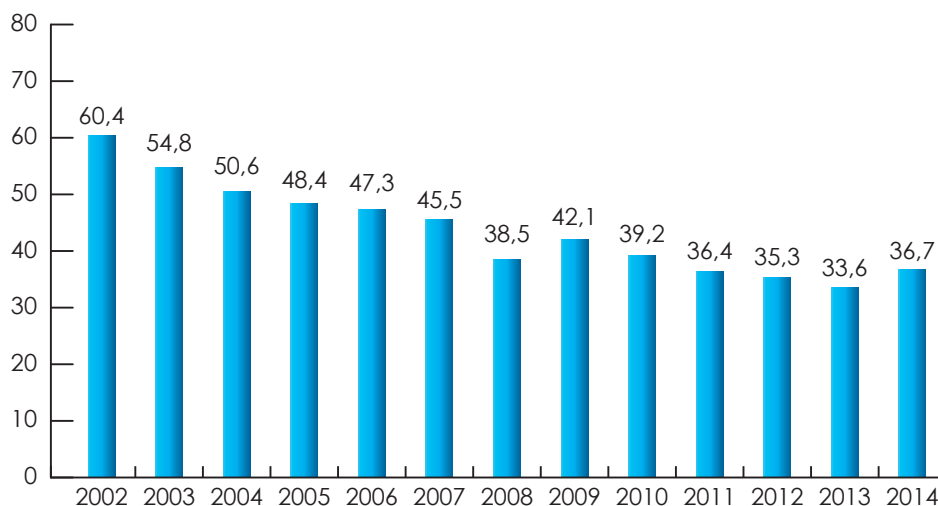
desempenho dos setores extrativos de petróleo e gás natural, e de minérios ferrosos. Contribuíram para a queda do valor adicionado industrial os setores automotivo e de fabricação de máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos e produtos de metal. Já os Serviços cresceram 0,7% em 2014, com destaque para os serviços de informação (4,6%) e atividades imobiliárias (3,3%), mas com recuo registrado no comércio (-1,8%).

Pela ótica da demanda, no ano o Consumo cresceu 0,9%, desacelerando em relação a 2013 (2,9%), evidenciando interrupção da expansão real do crédito livre às famílias, mas sustentado pelo aumento da massa salarial ampliada disponível. No campo externo, refletindo um cenário menos favorável, Exportações e Importações recuaram, -1,1% e -1,0%, respectivamente. A Formação Bruta de Capital Fixo caiu -4,4% em 2014, resultando em uma taxa de investimento de 19,7% do PIB, inferior à de 2013, de 20,7%.

A política fiscal em 2014, especialmente em razão dos efeitos no tempo das desonerações ampliadas desde 2012, e da preservação do investimento público e das políticas sociais, atuou de forma contracíclica contribuindo para evitar maior desaceleração da demanda agregada. No final do ano, teve início um processo de redução de estímulos fiscais, que deverá se estender por 2015, tendo em vista o compromisso com a responsabilidade fiscal. O ajuste fiscal em curso, no entanto, não deverá descuidar da preservação de direitos dos trabalhadores e das políticas sociais exitosas no combate à pobreza e à desigualdade.

Depois de quatro anos consecutivos de queda, a relação dívida líquida/PIB subiu de 33,6% para 36,7% do PIB, o que é explicado pelos juros nominais acumulados no ano, equivalentes a 6,1% do PIB, e pelo déficit primário do setor público consolidado de 0,6% do PIB; em contraposição, o aumento do valor em reais das reservas internacionais, que integram os direitos do setor público consolidado, contribuiu para arrefecer o aumento da dívida líquida em 1,9% do PIB⁸. Em perspectiva, entre 2002 e 2014 a relação dívida líquida/PIB retrocedeu 39 p.p.; além disso, depois de seis anos de crise financeira global, o endividamento público líquido brasileiro é menor em relação ao PIB do que o observado em 2008.

8 Por definição, a relação dívida líquida/PIB, que inclui obrigações e direitos financeiros do setor público consolidado, varia de acordo com o comportamento de três variáveis: juros da dívida pública (quanto maiores, maior a dívida), resultado primário (quanto maior, menor a dívida) e crescimento do PIB (quanto maior, menor a razão dívida/PIB). Além disso, o estoque de dívida é impactado pelos chamados ajustes cambial (decorrente dos efeitos das variações da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira) e patrimonial (privatizações e reconhecimento de dívidas).

GRÁFICO 4 – DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO* (% DO PIB)

* Estoque em dezembro de cada ano.

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A dívida bruta do governo geral, que não inclui os direitos financeiros do governo, como as reservas internacionais e os empréstimos do Tesouro a bancos oficiais, passou de 53,3% do PIB em dezembro de 2013 para 58,9% do PIB em dezembro de 2014, considerando a revisão recente da série histórica do PIB. Mesmo com o aumento recente, internacionalmente e em perspectiva, a trajetória da dívida bruta brasileira no pós-crise de 2008 evidencia comportamento favorável: os 58,9% do PIB atuais, contra 56% do PIB em 2008, são menores do que os 105,6% do PIB nos EUA (72,8% em 2008), os 75,5% do PIB na Alemanha (66,8% em 2008), os 98,6% do PIB na Espanha (40,2% em 2008), ou os 174,2% do PIB na Grécia (112,9% em 2008)⁹.

Com relação às receitas públicas, o Governo Federal, entre o fim de 2011 e 2014, promoveu desonerações tributárias, com o propósito de reduzir custos do setor privado e preservar/estimular a geração de empregos num cenário global e interno de aquecimento econômico. A alteração da sistemática de tributação da folha de pagamentos, que deixou de ser onerada em vários setores em troca da incidência de alíquota simplificada sobre o faturamento das empresas, a redução do IPI sobre diversos produtos, a redução da CIDE e o aumento das faixas de enquadramento do Simples e de Microempreendedores Individuais constituem exemplos de desonerações recentes. No agregado, estima-se que as desonerações implementadas desde 2011 tenham redundado em renúncia fiscal da ordem de R\$46,5 bilhões em 2012, R\$ 78,6 bilhões em 2013 e R\$ 104,0 bilhões em 2014, cerca de 2,0% do PIB¹⁰. Considera-se, com isso, que o espaço fiscal para aumento do volume de desonerações tenha se esgotado.

9 Para o Brasil, dados do Banco Central do Brasil. Para outros países, dados do Monitor Fiscal do FMI, outubro de 2014 (para 2014, projeções).

10 Apresentação do Ministro da Fazenda, Brasil – 2015 outlook, fev. de 2014. Dados estimados pela Receita Federal do Brasil.

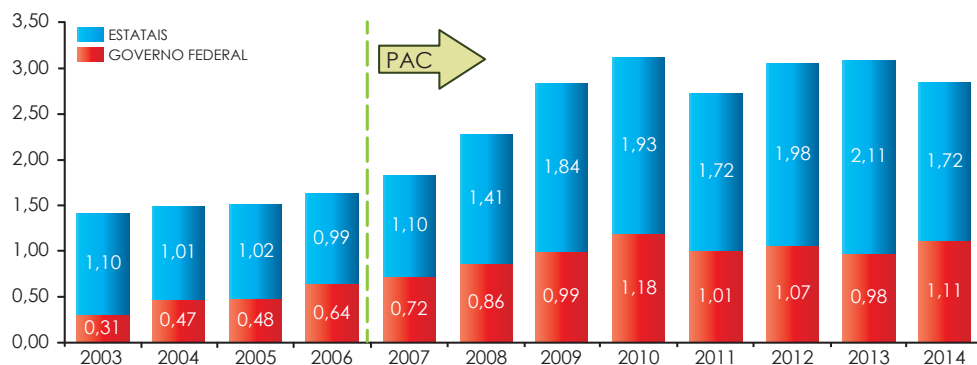
**TABELA 1 – DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS INSTITUÍDAS DESDE 2012 – IMPACTO ANUAL
(EM R\$ BI)**

	2012	2013	2014
Folha de Salários	3,7	12,3	21,6
CIDE	8,5	11,5	12,7
IPI	9,7	11,8	10,8
Cesta Básica	1,0	6,8	9,3
SIMPLES E MEI	5,7	6,3	7,2
IOF (Crédito ao consumo)	2,3	3,6	4,0
Nafta e Etanol		1,9	3,6
Lucros		1,7	1,8
Transporte Público		0,7	1,4
Banda Larga e Telecom		0,6	1,0
Outras	15,6	21,4	30,6
TOTAL	46,5	78,6	104,0

Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Do lado das despesas, o comportamento da formação bruta de capital fixo do Governo Central e das empresas estatais federais em 2014 confirma a mudança de patamar do investimento público federal após o lançamento do PAC em 2007. Antes do PAC, entre 2003 e 2006, a média anual da formação bruta de capital fixo do Governo Central e das estatais era de 1,50% do PIB; entre 2007 e 2014 a média saltou para 2,50% do PIB. Em 2014, o somatório Governo Central e estatais chegou a 2,83% do PIB; em termos de composição, observou-se no ano um crescimento do investimento direto da União acompanhado por queda do investimento estatal. Numa perspectiva de médio/longo prazo, a mudança de patamar do investimento público e estatal promovida pelo PAC é estratégica, pois sinaliza ao setor privado que, a despeito das incertezas internacionais, o País conta com oportunidades de ampliação da infraestrutura econômica e social e irá aproveitá-las. Para tanto, conta-se ainda com a ampliação das concessões ao setor privado e estruturação de parcerias público-privadas.

GRÁFICO 5 – INVESTIMENTO DO GOVERNO CENTRAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS (% PIB)

Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quanto às despesas correntes, o aumento observado ao longo do tempo, notadamente das associadas ao robustecimento da política social por meio das transferências de renda às famílias, vem sendo financiado, numa perspectiva de longo prazo, por aumentos de receitas, declínio da conta de juros e redução da conta de pessoal e encargos (sempre em percentual do PIB). A efetividade dessa parcela do gasto social é comprovada pela redução dos índices de pobreza e miséria no País.

TABELA 2 – RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS SELECIONADAS (EM % PIB)

Receita Líquida e Despesas Seleccionadas/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Diferença 2014-2002 (em % PIB)
Receita Líquida*	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,2	18,9	18,7	19,7	20,0	20,3	19,4	1,5
Juros Nominais**	7,7	8,5	6,6	7,4	6,8	6,1	5,5	5,3	5,2	5,7	4,9	5,1	6,1	-1,6
Pessoal e Encargos*	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,3	4,7	4,4	4,3	4,2	4,2	4,3	-0,5
Benefícios Previdenciários – RGPS*	6,0	6,3	6,5	6,8	7,0	7,0	6,6	6,9	6,8	6,8	7,2	7,4	7,7	1,7
Benefícios Assistenciais – LOAS/RMV*	0,0	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8
Bolsa Família*	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
Abono e Seguro-Desemprego*	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	0,6

* Governo Federal

** Setor Público Consolidado

Fonte: Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil e Senado Federal/Sigla Brasil

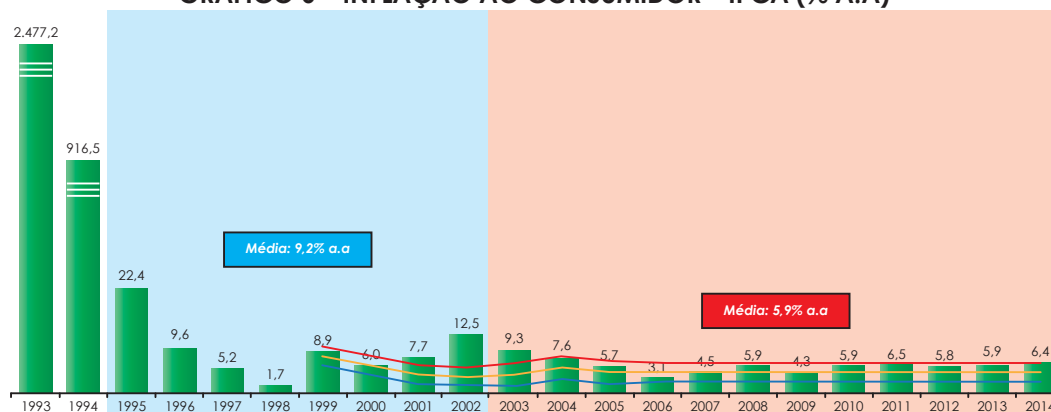
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Com o objetivo de aperfeiçoar o seguro-desemprego, abono salarial, pensões por morte, dentre outros benefícios, sem comprometer os direitos dos trabalhadores, o Governo Federal enviou ao Congresso, em dezembro de 2014, as Medidas Provisórias nº 664/2014 e 665/2014 com ajustes nos programas. Estima-se, a partir da aprovação das medidas, economia de R\$ 18 bilhões anuais.

Como já observado, a inflação fechou o ano de 2014 em 6,41% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantendo-se dentro do intervalo da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional pelo 11º ano consecutivo. Na comparação com 2013, houve aceleração de 0,5 ponto percentual explicada principalmente pelos grupos alimentação e bebidas e habitação, que responderam por metade da variação observada no ano.

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

GRÁFICO 6 – INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR – IPCA (% A.A.)



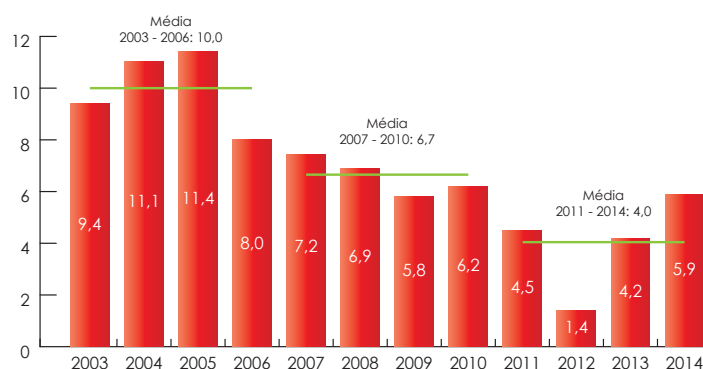
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em reação à maior pressão inflacionária, especialmente sobre componentes importantes do custo de vida da população, o Banco Central manteve o ciclo de alta da taxa de juros para assegurar a convergência da inflação para a trajetória da meta. A taxa básica de juros (taxa Selic) encerrou o ano a 11,75%, 1,75 ponto percentual acima do patamar alcançado em 2013. O maior rigor monetário foi motivado também pela permanência de um cenário adverso, decorrente do fim das medidas de estímulo monetário das economias mais desenvolvidas e da maior volatilidade do mercado financeiro internacional.

Nesse contexto, a taxa real de juros manteve a trajetória de elevação, alcançando 5,9% ao fim de 2014, refletindo a consistência da atual política monetária. Numa perspectiva mais ampla, diferentemente de períodos passados, a taxa de juros brasileira vem convergindo para níveis mais próximos dos observados internacionalmente, sinal de maturidade e robustez da política de metas de inflação.

GRÁFICO 7 – TAXA REAL DE JUROS EX ANTE* (% A.A.)



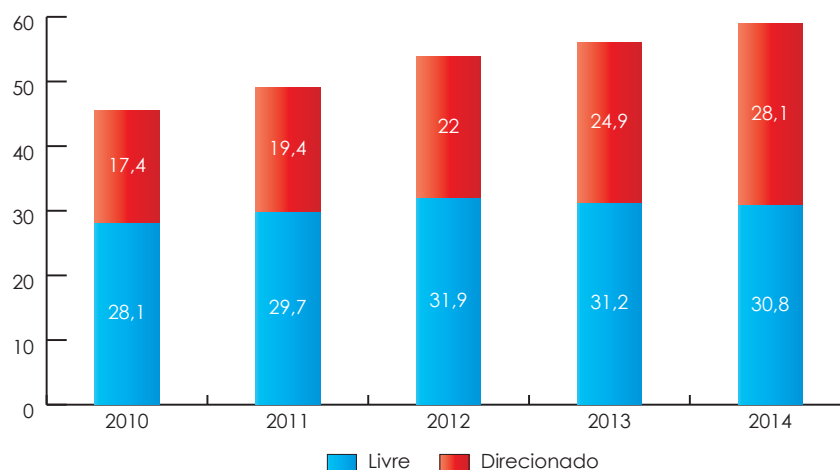
* Refere-se à razão das taxas dos contratos de swap-DI 360 dias pela mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses em 31 de dezembro de cada ano.

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O crédito total do sistema financeiro expandiu 11,3% em 2014, ampliando sua importância relativa na economia brasileira, com cerca de 58,9% do PIB ante os 56% de 2013. A carteira de recursos direcionados elevou sua participação no total do crédito, registrando expansão nominal de 19,6% no ano, com destaque para as linhas de financiamento imobiliário (+30,1%) e para as linhas do BNDES de apoio ao investimento (+16,7%) e à agroindústria (+29,7%). Já o crédito com recursos livres observou crescimento nominal de 4,7%, com desempenhos próximos entre as linhas voltadas para pessoas físicas (+5,5%) e para pessoas jurídicas (+3,9%).

GRÁFICO 8 – SALDO* DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO, RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (EM % PIB)



* Em dezembro de cada ano

Fonte: Banco Central do Brasil

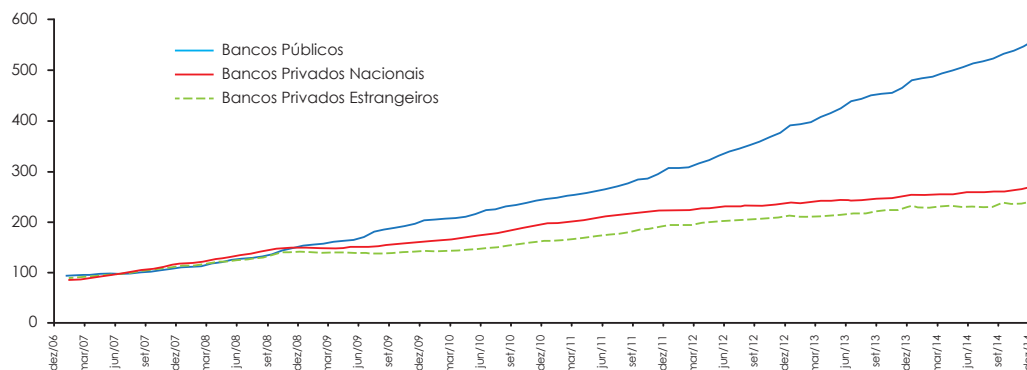
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A expansão da carteira de crédito em 2014 se deu em um contexto de ampla solidez do Sistema Financeiro Nacional, que apresenta índices de capitalização adequados, acima dos requeridos pela autoridade regulatória. O Índice de Basileia calculado para o 3º trimestre de 2014, de 16,5, coloca o Brasil em situação mais confortável que economias mais maduras como os EUA, Japão e alguns países europeus, resultado da efetiva atuação do Banco Central na gestão regulatória e prudencial desse mercado.

Os bancos públicos mantiveram o bom desempenho em 2014, com expansão de 16,5% das operações de crédito no ano, ante 6,4% das instituições privadas nacionais e 4,5% das estrangeiras. Nos últimos sete anos, a carteira de crédito dos bancos públicos saltou de 34% do total das instituições financeiras para 54%. Essa destacada atuação contracíclica das instituições financeiras públicas no pós-crise global de 2008 foi de grande importância num contexto de aumento pela preferência por liquidez do setor privado financeiro e não financeiro. O desafio que se recoloca atualmente consiste em fomentar o mercado de capitais doméstico e desenvolver o crédito de longo prazo ao investimento.

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

**GRÁFICO 9 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(MÉDIAS DE 2007 = 100)**

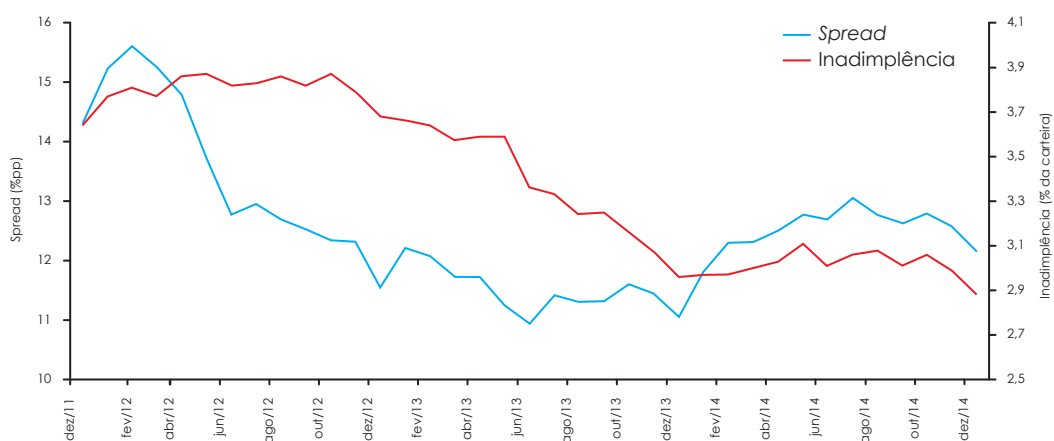


Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ainda em relação ao crédito, as condições de sua concessão nos últimos anos vêm apresentando melhora, com redução gradual do *spread* médio e da inadimplência. À exceção de um pequeno repique decorrente do recente ciclo de aperto monetário, o *spread* médio saiu de patamares superiores a 15 pontos percentuais em 2011 para 12,15 no fim de 2014. O mesmo ocorreu com a inadimplência que alcançou níveis históricos mínimos. A esse respeito, note-se que o crédito concedido pelos bancos públicos registra menor inadimplência média (2,1%) que o dos bancos privados nacionais (4,0%) e estrangeiros (3,5%).

**GRÁFICO 10 – CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO: SPREAD E INADIMPLÊNCIA.
VALORES MÉDIOS TOTAIS.**



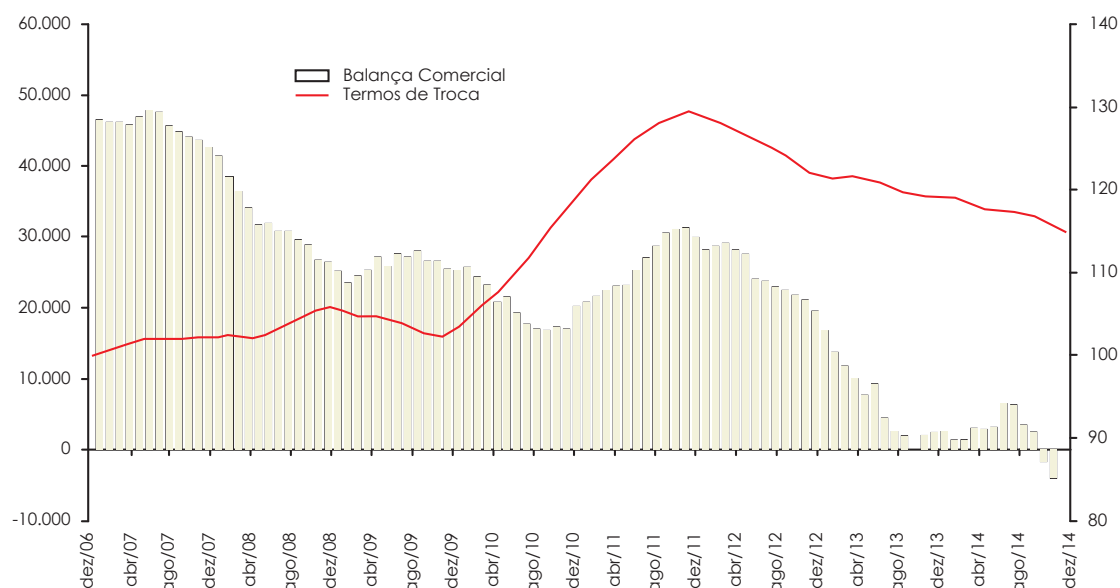
Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

No que tange ao cenário externo, ainda que a pior fase da crise financeira internacional tenha passado, a economia mundial continua a demonstrar dificuldades para alcançar uma recuperação mais vigorosa. Questões geopolíticas,

com implicações sobre a economia russa, tendência de baixa no preço do petróleo, incertezas quanto ao endividamento público de alguns países da Zona do Euro e expectativa de desaceleração da economia chinesa são alguns dos riscos que permanecem afetando o ambiente real e financeiro externo. Ademais, as autoridades monetárias das principais economias mundiais mantiveram sua política de maior rigor monetário no segundo semestre de 2014, como o anúncio pelo *Federal Reserve* norte-americano do término do programa de compras de ativos, com implicações sobre o fluxo de capitais e o mercado de câmbio mundial.

GRÁFICO 11 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E TERMOS DE TROCA. VALORES EM US\$ MILHÕES FOB E MÉDIA 2006 = 100



* Termos de Troca é a razão entre o preço médio das exportações e o preço médio das importações

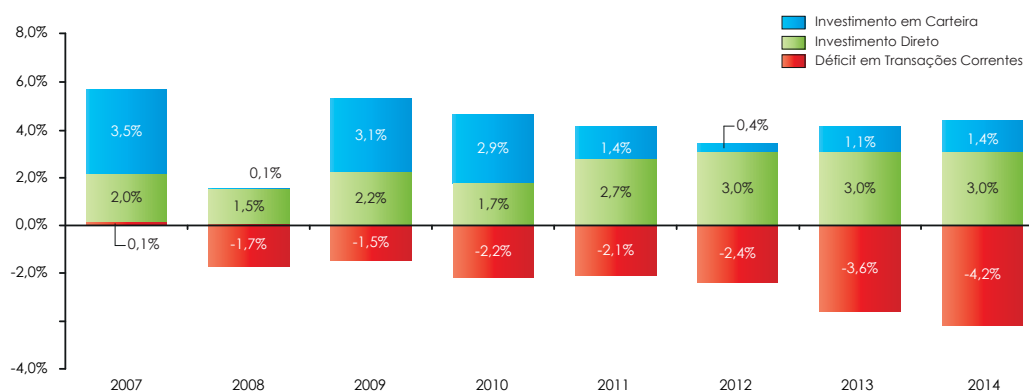
Fonte: Secex/MDIC e Funcex

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

No campo do comércio exterior, a Balança Comercial brasileira encerrou 2014 com déficit de US\$ 3,9 bilhões, resultado da redução de 7% do valor exportado e de 4,5% do valor importado. No caso das exportações, ainda que o *quantum* tenha recuado 1,8%, com destaque para -12,9% de manufaturados, especialmente automóveis para a Argentina, o maior impacto deveu-se à manutenção da tendência de queda do preço médio da pauta brasileira, que registrou recuo de 5,3% no ano, em especial de básicos com -8,9%. Já no caso das importações, a redução no ano deve-se especialmente à diminuição do *quantum* de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que registraram -11,7% e -12,2%, respectivamente. De maneira geral, o menor ritmo da economia mundial e da absorção doméstica, associado a uma evolução desfavorável do preço internacional das *commodities*, responde pelo resultado da balança comercial em 2014. Em relação às demais contas do Balanço de Pagamentos, 2014 registrou um pequeno aumento do déficit das contas de serviços (3,3%) e rendas (1,2%), decorrente de maior despesa com

aluguel de equipamentos para o setor de minério e petróleo e remessa de lucros e dividendos. Com isso, o déficit em Transações Correntes fechou o ano de 2014 em US\$ 90,9 bilhões (4,17% do PIB), ante US\$ 81,1 bilhões em 2013 (3,62% do PIB). Essa piora observada, contudo, foi contrabalançada pelo bom desempenho dos fluxos financeiros, em especial dos investimentos diretos e em carteira no País. Em 2014, os movimentos de capitais associados ao investimento direto e ao investimento em carteira totalizaram ingressos líquidos correspondentes a 3,03% e 1,39% do PIB, respectivamente, suficientes para financiar o déficit em transações correntes registrado.

GRÁFICO 12 – BALANÇA SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES, INVESTIMENTO DIRETO E INVESTIMENTO EM CARTEIRA (% DO PIB)

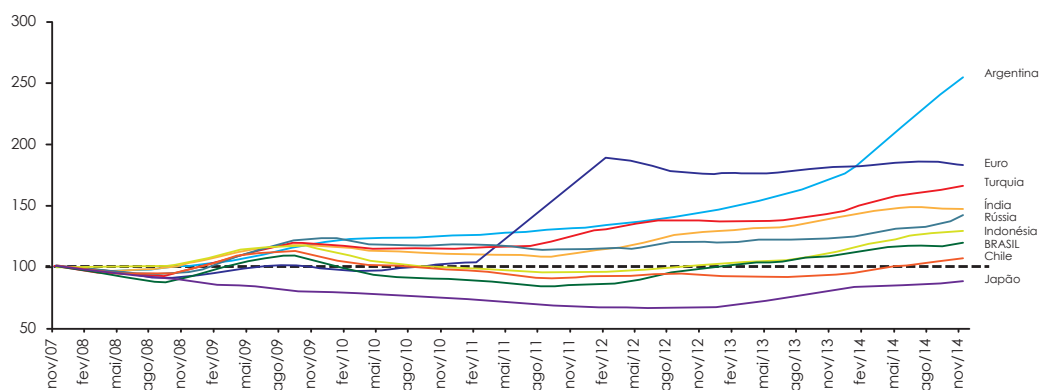


Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Um movimento que deverá atuar de maneira positiva sobre as contas externas do País é a taxa de câmbio. Analisando os patamares pré-crise das principais divisas mundiais, percebe-se que o Real encontra-se ainda em processo de ajuste natural, buscando um novo nível mais adequado ao equilíbrio externo de longo prazo. Vale dizer que o Banco Central tem atuado nos últimos anos por meio de leilões de swap cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra a fim de reduzir a volatilidade excessiva do câmbio, prejudicial às decisões de produção e investimento na economia.

GRÁFICO 13 – TAXAS NOMINAIS DE CÂMBIO FRENTE AO DÓLAR – PAÍSES SELECIONADOS. MÉDIA MÓVEL 12 MESES. MÉDIA 2007 = 100.



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Conclui-se que 2014 foi um ano de absorção de choques externos e internos pela economia brasileira. O Governo Federal cumpriu seu papel absorvendo a maior parte das mudanças no cenário econômico e climático por meio da redução do resultado fiscal. Isso protegeu o emprego, salários e a população dos efeitos da crise. A atuação contracíclica do governo, no entanto, possui limites. Em função deles, a política macroeconômica no final do ano foi reorientada na direção do ajuste fiscal, não como um fim em si mesmo, mas para criar as condições necessárias à recuperação do crescimento e dar continuidade à geração de emprego, renda e melhoria de bem-estar da população.

SISTEMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

O sistema de proteção e promoção social é um dos eixos estruturantes da estratégia de desenvolvimento em curso desde o PPA 2004–2007, que conjuga crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Ao mesmo tempo em que o fortalecimento das políticas sociais tem sido determinante para a continuidade do modelo de desenvolvimento inclusivo, promovendo crescimento econômico e aumento do poder aquisitivo da população, notadamente nas classes sociais e regiões mais vulneráveis, incentivando a ampliação da capacidade produtiva, e impulsionando a geração de emprego e renda, também pode ser visto como um movimento de consolidação e expansão do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). Esse sistema abrange tanto políticas setoriais (saúde, previdência, assistência social, trabalho e renda, educação, cultura e esporte, desenvolvimento urbano e agrário e segurança pública), como políticas transversais que buscam a garantia de direitos de públicos específicos, por meio de políticas executadas nos diversos setores e de ações afirmativas.

A gestão das políticas públicas transversais perpassa as diversas políticas setoriais e universais com intuito de adequá-las às especificidades de determinados públicos. Com intuito de permitir a gestão e o controle social das políticas transversais foram criadas as Agendas Transversais do PPA (igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; políticas para as mulheres; criança e adolescente; juventude; pessoa idosa; pessoa com deficiência; população em situação de rua; e população LGBT); recortes do Plano que revelam como cada programa temático vem tratando cada público vulnerável, fortalecendo o sistema de proteção social.



FIGURA 2 – SISTEMA DE DIREITOS DA CF/88 E AGENDAS TRANSVERSAIS

A trajetória de crescimento do gasto público federal em políticas sociais ilustra o movimento de fortalecimento do sistema de proteção e promoção social. Orientado por uma estratégia de institucionalização de novos direitos, políticas e programas de governo, e permeado por inovações de planejamento e gestão que aprimoraram a sua efetividade e o seu alcance sobre públicos e territórios mais vulneráveis, o gasto federal em políticas sociais atingiu o patamar de R\$ 887,5 bilhões em 2014, o que corresponde a 16,1% do PIB¹¹. Esse valor representa um crescimento real de 95,9% com relação a 2001.



Fonte: SIOP/MP e Contas Nacionais/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO GASTO EM POLÍTICAS SOCIAIS NOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO (R\$ DE 2014 E % DO PIB)

Essa estratégia tem materializado a expansão da capacidade da política social brasileira em oferecer proteção, oportunidades e bem-estar à população, especialmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. O quadro a seguir retrata alguns exemplos de oferta de bens e serviços públicos essenciais à cidadania que traduzem esses avanços, destacando-se a grande magnitude dos benefícios providos no âmbito da seguridade social.

11 Para estimar o dispêndio em políticas sociais nos orçamentos da União, foi utilizada a execução orçamentária (valor liquidado) para as funções saúde, trabalho, educação, segurança pública, assistência social, previdência social, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, organização agrária e desporto e lazer. Também foram consideradas ações da função encargos especiais relacionadas às políticas sociais, como: repasses da arrecadação de PIS/PASEP ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (para aplicação via BNDES em projetos de desenvolvimento econômico e social), integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (financiamento do Minha Casa, Minha Vida), equalização de juros para a agricultura familiar (Pronaf), subvenção econômica destinada à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais, entre outras.

TABELA 3 – BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS OFERTADOS EM 2002 E 2014

BENEFÍCIOS, BENS E SERVIÇOS	2001 ¹	2014 ¹
ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família ²	3,6 milhões ⁽²⁰⁰³⁾	14,0 milhões
Beneficiários do BPC e RMV ³	2,3 milhões	4,3 milhões
PREVIDÊNCIA		
Beneficiários do RGPS ⁴	18,9 milhões	27,8 milhões
TRABALHO E RENDA		
Beneficiários do seguro-desemprego	4,8 milhões	8,9 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Beneficiários do Abono Salarial	6,5 milhões	21,3 milhões ⁽²⁰¹³⁾
SAÚDE		
Procedimentos Ambulatoriais	1.883,5 milhões	3.794,2 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Atendimentos na Atenção Básica	868,0 milhões	1.200,8 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Atendimentos na Atenção Especializada	146,4 milhões	447,0 milhões ⁽²⁰¹³⁾
Internações Eletivas	1,5 milhão	2,2 milhões
Internações de Urgência ⁵	10,6 milhões	8,5 milhões
EDUCAÇÃO⁶		
Matrículas na Educação Infantil	4,4 milhões	5,5 milhões
Matrículas no Ensino Fundamental Regular ⁷	33,3 milhões	24 milhões
Matr. no Ensino Fundamental em Tempo Integral ⁸	1,3 milhão ⁽²⁰¹⁰⁾	4,4 milhões
Matrículas no Ensino Médio Regular	7,6 milhões	7,2 milhões
Pnae – Alunos Beneficiados	36,9 milhões	42,2 milhões
PNLD – Livros Didáticos Adquiridos	96,0 milhões ⁽²⁰⁰⁵⁾	135,5 milhões
Pnate – Alunos Beneficiados	3,2 milhões ⁽²⁰⁰⁴⁾	4,45 milhões
Caminho da Escola – Ônibus Adquiridos	2.391 ⁽²⁰⁰⁸⁾	4.078
Matr. na Educação Profissional de Nível Médio ⁹	279.143	1,7 milhão
Matr. no Ensino Superior	1,1 milhão	2,4 milhões
FIES – Contratos Firmados	65.921	732.348
PROUNI -Bolsas Ocupadas	95.612 ⁽²⁰⁰⁵⁾	223.493
DESENVOLVIMENTO URBANO		
Moradias do Minha Casa Minha Vida ¹⁰	-	2 milhões
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
Contratos pelo Pronaf	0, 9 milhão	1,5 milhão

Fonte: MEC, MS, MDS, MPS, MCidades, MDA e MTE

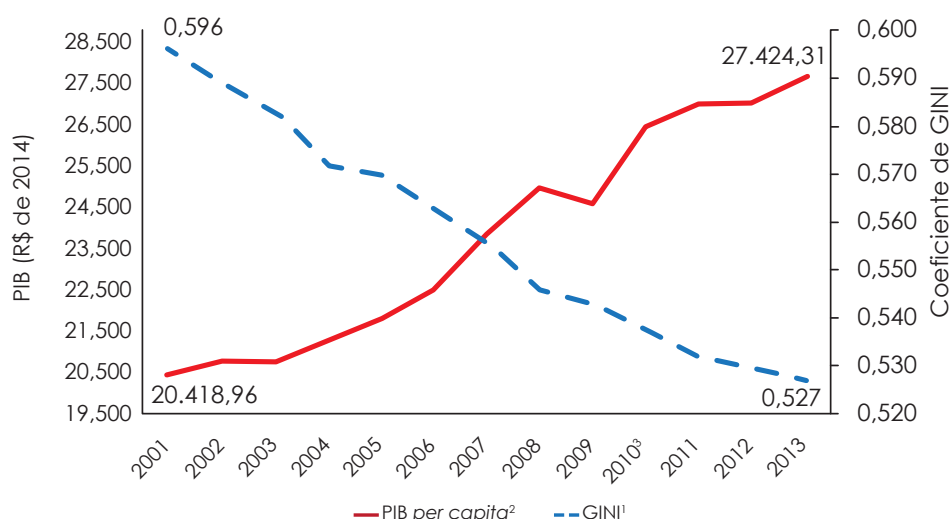
1. Quando os dados de 2002 ou 2014 não estavam disponíveis, utilizou-se o dado do ano indicado entre parênteses.
2. Em 2002, existiam outros programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás). O Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132/2003.
3. Benefício de Prestação Continuada – BPC e da Renda Mensal Vitalícia – RMV.
4. Benefícios emitidos em dezembro de cada ano, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
5. A redução das internações de urgência deve-se a uma mudança de modelo assistencial no SUS, em que a atenção ambulatorial, em especial a da atenção básica, ganha maior importância e resolubilidade.
6. Os números de matrícula citados referem-se à rede pública. Programas da educação citados: Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Pnate; Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; e Programa Universidade para Todos – Prouni.
7. A redução de matrículas deve-se à melhoria do fluxo escolar e à diminuição da quantidade de crianças e adolescentes no período considerado (mudança na base da pirâmide etária brasileira).
8. Essas matrículas são um subgrupo das Matrículas no Ensino Fundamental Regular.
9. Consideradas as modalidades integrada, concomitante e subsequente.
10. O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV só foi instituído em 2009 pela Lei nº 11.977/2009.

O detalhamento desse processo é apresentado a seguir, destacando como a estratégia de desenvolvimento tem reduzido as desigualdades sociais e regionais; e a evolução e as perspectivas de políticas e programas estratégicos para a consolidação do sistema de proteção e promoção social.

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS

Fundada no aprofundamento dos instrumentos de distribuição de renda, de redução da pobreza e quebra da sua transferência entre gerações; de expansão dos investimentos em infraestrutura social; e de qualificação dos serviços públicos, a estratégia de desenvolvimento apresentada pelo PPA 2012-2015 dá continuidade ao modelo de desenvolvimento inclusivo demarcado nos dois PPAs anteriores, que tiveram como característica marcante a confluência entre o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. O gráfico a seguir ilustra essa trajetória consistente de crescimento do PIB *per capita* e forte queda da desigualdade social, espelhada pela redução do Índice de Gini do rendimento mensal domiciliar *per capita* nos últimos anos.

GRÁFICO 15 – PIB PER CAPITA REAL E ÍNDICE DE GINI



¹GINI calculado com base no rendimento mensal domiciliar per capita

² PIB per capita real (preços R\$ de 2014)

³ Pnad não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo Demográfico

Fonte: Pnad/IBGE e Contas Nacionais/IBGE

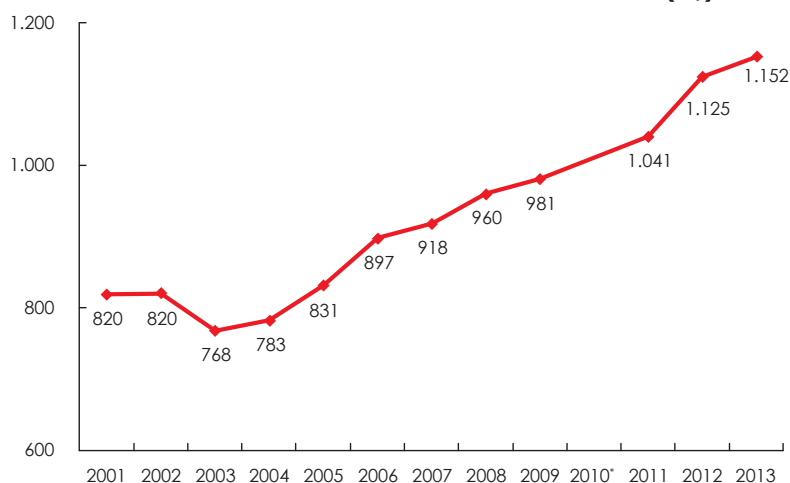
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

A redução das desigualdades e da pobreza foi resultado da conjugação de melhorias no mercado de trabalho, decorrentes da adoção de um modelo de crescimento com geração de emprego e crescimento da renda; da valorização do salário mínimo; ampliação da seguridade social e de políticas de transferência de renda; investimentos em infraestrutura social e do efeito das demais políticas sociais, que impulsionaram o crescimento da renda das famílias, com maior intensidade nas regiões mais pobres e entre as parcelas menos favorecidas da população. Nesse contexto, ocorreu um significativo crescimento da renda domiciliar *per capita*, que passou de R\$ 820 em 2001 para R\$ 1.152 em 2013 (em valores atualizados), em função da trajetória consistente de expansão que se verificou no período de 2004

a 2013 (4,4% ao ano). Ao mesmo tempo, entre 2001 e 2013, a renda dos 20% mais pobres cresceu à taxa média de 6,1% ao ano, ritmo três vezes superior ao registrado pela renda dos 20% mais ricos (1,9%).

GRÁFICO 16 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$)



* A Pnad não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE.

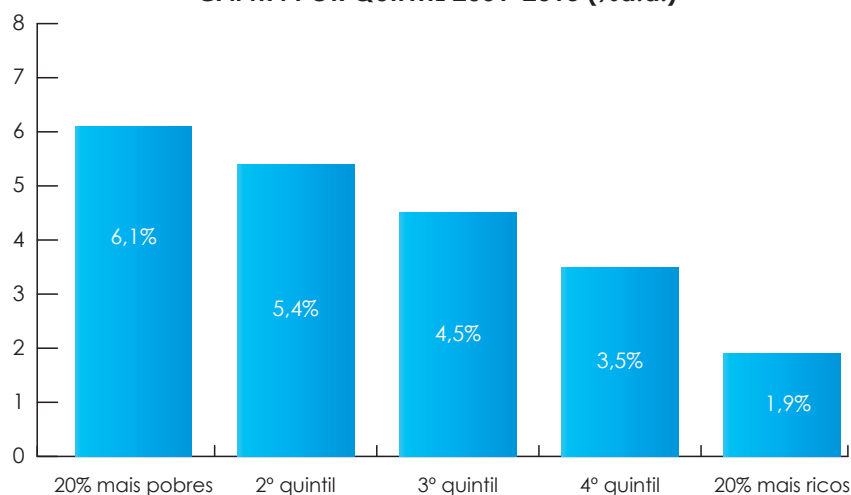
Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

Valores atualizados pelo INPC (Setembro/2013)

GRÁFICO 17 – TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR REAL PER CAPITA POR QUINTIL 2001-2013 (%a.a.)



Fonte: Pnad/IBGE

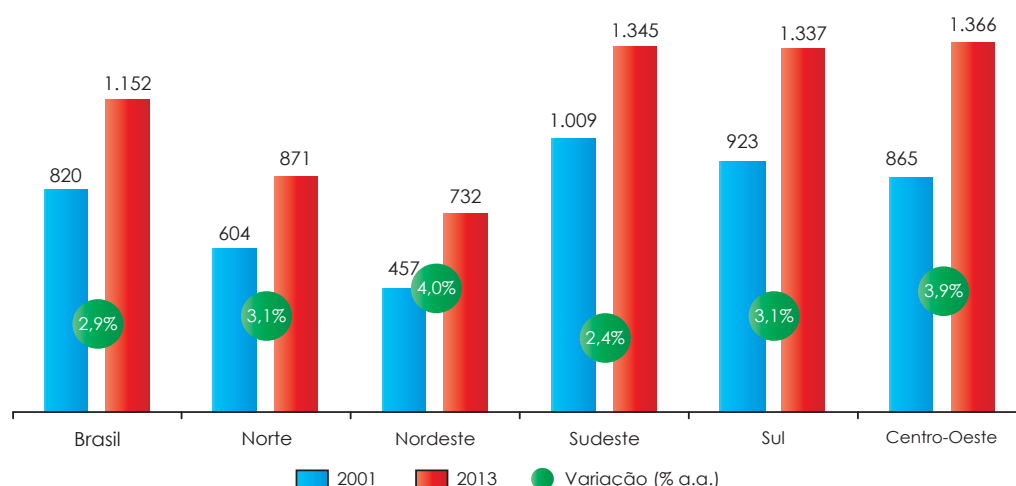
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

Valores atualizados pelo INPC (Setembro/2013)

Esse modelo de desenvolvimento inclusivo também tem sido permeado pela redução das desigualdades regionais. Vale ressaltar que a expansão da renda domiciliar *per capita* abarcou todas as regiões do País, mas foi mais intensa naquelas de menor renda, com destaque para o Nordeste, conforme indica o gráfico seguinte.

GRÁFICO 18 – RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA MÉDIA POR REGIÃO



A manutenção de uma dinâmica virtuosa no mercado de trabalho brasileiro tem sido o principal vetor de queda da desigualdade e aumento da renda domiciliar *per capita* dos mais pobres. Nos últimos anos, o crescimento das ocupações permaneceu expressivo, o desemprego caiu e ocorreu um forte movimento de formalização dos vínculos trabalhistas. Entre 2001 e 2014¹², o número de empregos formais cresceu 81%, passando de 27,2 milhões em 2001 para 49,3 milhões em 2014 (22,1 milhões de postos adicionais, dos quais 5,27 milhões apenas entre 2010 e 2014), o que ensejou uma redução na taxa média de desocupação, que passou de 12,3% em 2003, para 4,8% em 2014¹³ (em 2010 era de 6,7%). Por sua vez, a taxa de formalidade dos vínculos de trabalho elevou-se de 45,7% das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais em 2004 para 58%¹⁴ em 2013. Importante ressaltar que a expansão do emprego formal teve abrangência nacional e foi mais intensa em territórios

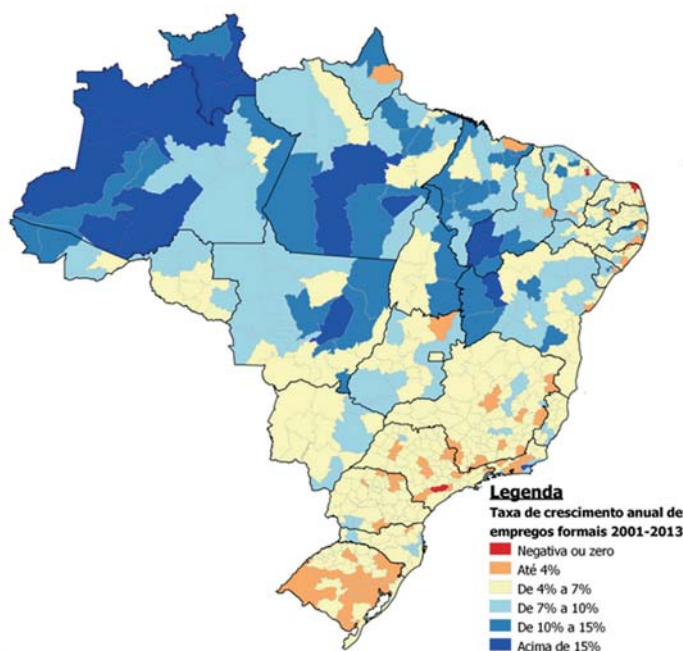
12 Para o período de 2001 a 2013, foram considerados os dados da RAIS. Para 2014, foram considerados apenas os dados do CAGED, pois ainda não foram divulgados os dados da RAIS.

13 Segundo dados da Pesquisa Mensal de Empregos – PME/IBGE, que abrange seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A série atual da PME se inicia em mar/2002, de modo que só é possível obter dados de um ano cheio a partir de 2003.

14 Fonte: Pnad 2004 e Pnad 2013. Foram considerados formais: empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores com contribuição à Previdência Social.

que apresentam menores níveis de renda e maiores índices relativos de pobreza, ilustrando uma tendência de desconcentração e interiorização de postos de trabalho mais produtivos e com maiores rendimentos, que é essencial à dinâmica do mercado de consumo e produção em massa.

FIGURA 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DE VÍNCULOS FORMAIS POR MICRORREGIÕES



Fonte: RAIS/MTE 2001 e 2003

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em conjunto com a expansão das oportunidades de emprego, a continuidade da política de valorização do salário mínimo também tem sido determinante para o aprofundamento da inclusão social, considerando os seus efeitos favoráveis sobre a renda do trabalho. Além de proporcionar o crescimento real do poder de compra dos trabalhadores, essa política vem contribuindo para a redução dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho, tornando-o mais equitativo e fortalecendo o consumo de massa e a produção nacional. Enquanto o rendimento mensal médio de todos os trabalhos cresceu 5,2% ao ano entre 2004 e 2013, o salário mínimo real variou 7,2% ao ano no mesmo período. Ademais, os avanços no mercado de trabalho têm sido permeados pela redução de desigualdades sociais históricas – entre 2004 e 2013, o rendimento mensal médio do trabalho das mulheres cresceu 58,8%, ao passo que o dos homens subiu 41,8%, do mesmo modo que o crescimento do índice para população negra (63,0%) superou o aumento verificado para a população branca (46,5%).

A política de valorização do salário mínimo também vem atuando como um importante canal de transferência de renda, pelo seu impacto sobre os benefícios

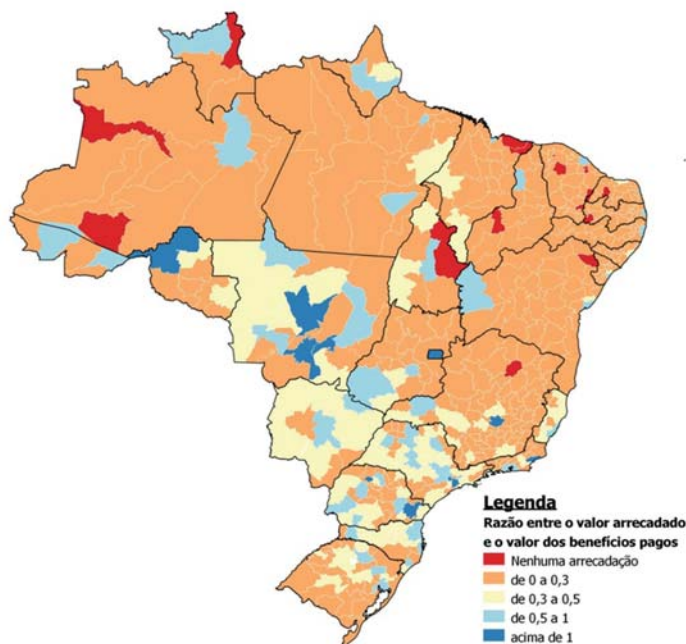
da seguridade social que o adotam como piso. Em conjunto, as transferências da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada – BPC foram de R\$ 380,5 bilhões em 2014, abrangendo cerca de 32,2 milhões de pessoas¹⁵, sendo que 66,72% dos beneficiários (21,5 milhões de pessoas) recebiam benefícios de um salário mínimo. O impacto desse mecanismo redistributivo também tem sido reforçado pelo aumento da cobertura dessas políticas, destacando-se a proteção previdenciária, que subiu de 61,7% da população ocupada de 16 a 59 anos em 2002 para 72,5% em 2013, muito influenciada pela dinâmica favorável do mercado formal de trabalho e por programas de inclusão previdenciária, como o Plano Simplificado de Previdência Social e a Lei do Microempreendedor Individual (cerca de 4,7 milhões de empreendedores formalizados até dezembro de 2014).

Nesse contexto, tem sido impulsionada a oferta de proteção a indivíduos que venham a incorrer em situações de vulnerabilidade (acidente de trabalho, gravidez, doença, incapacidade de trabalho), bem como a capacidade da seguridade social reduzir a desigualdade e a pobreza – com base na Pnad 2013, estima-se que cerca de 25,24 milhões de pessoas¹⁶ estariam em situação de pobreza sem os benefícios previdenciários e assistenciais, destacando-se sua grande efetividade no que tange à proteção dos idosos e das pessoas com deficiência.

Pela sua grande magnitude, as transferências previdenciárias também representam um importante instrumento de redistribuição de renda no território, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. As regiões menos desenvolvidas do País, com destaque para o Nordeste, são também aquelas que, proporcionalmente, recebem mais do que arrecadam. Esse perfil territorial redistributivo está associado aos altos índices de cobertura de idosos pela previdência rural, cujos benefícios, de caráter não contributivo, auxiliam na redução da incidência da pobreza e na dinamização econômica da zona rural.

15 Estimativa realizada a partir da quantidade de benefícios concedidos em dezembro de 2014.

16 Ministério da Previdência Social – Informe de Previdência Social – Outubro/2014.

FIGURA 4 – RAZÃO ENTRE ARRECADAÇÃO E BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA POR MICRORREGIÃO – 2014

Fonte: RAIS/MTE 2001 e 2003

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A promoção do desenvolvimento rural também vem sendo aprofundada pelo fortalecimento da política de apoio à agricultura familiar, que engloba 84% dos estabelecimentos agropecuários do País. O crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem apresentado desempenho crescente, alcançando o valor de R\$ 24,1 bilhões disponibilizados no âmbito do Plano Safra 2014/2015. Até o momento, já foram contratados R\$ 20 bilhões, em mais de 1,5 milhão de contratos. Alinhado a essa expansão, também se observa o apoio cada vez maior concedido à política de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, expresso pela ampliação dos recursos ofertados, pelo número de agricultores familiares beneficiados (em 2014, alcançou-se 1,5 milhão de agricultores familiares com serviço de Ater, com orçamento autorizado para o ano de R\$ 970 milhões) e pela criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater, órgão que será responsável pela coordenação do serviço de assistência técnica e extensão rural. Desde 2002, quando foi de R\$ 56 milhões, o orçamento de Ater cresceu 16 vezes.

O Seguro da Agricultura Familiar – SEAF, por sua vez, tem o papel fundamental de propiciar segurança econômica e induzir o agricultor familiar a investir e modernizar suas atividades, permitindo que o agricultor se coloque num patamar superior de tecnologia e geração de renda. Na safra 2013/2014, 430 mil contratos de custeio agrícola foram amparados pelo seguro. Para a Safra 2014/2015, o SEAF passou a garantir 80% da receita bruta esperada e um limite de cobertura da renda

líquida até R\$ 20 mil.

Além do SEAF, outro instrumento importante que garante segurança para agricultores de baixa renda que vivem em localidades atingidas por adversidades climáticas, em especial o Semiárido, é o Garantia-Safra, que concede um benefício monetário para aqueles agricultores de municípios que comprovarem perda de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, ou outras culturas definidas pelo órgão gestor do programa. Para a última safra, a política abarcou 1,35 milhão de agricultoras e agricultores.

No campo do acesso a terra, foram empreendidas, nos últimos quatro anos, mudanças no processo de obtenção de terras para que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também demonstrem as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento, de forma que as novas áreas reformadas garantam as condições de vida e de produção para as famílias que serão beneficiadas.

As famílias assentadas passaram a contar, a partir do Plano Safra 2014/2015, com a nova rota de financiamento da reforma agrária, que é constituída por três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias assentadas, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor. Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando beneficiar 80 mil famílias até 2015.

Têm sido intensificadas as políticas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar, que favorecem uma dinâmica virtuosa de fomento à produção desse segmento e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Em 2014, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, que reserva no mínimo 30% de suas compras para agricultores familiares, atendeu mais de 42,2 milhões de alunos com um investimento de quase R\$ 3,7 bilhões. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA atendeu, em suas diversas linhas, mais de 100 mil agricultores familiares, com um total de R\$ 536,5 milhões. Esses resultados dialogam com a trajetória de ampliação da renda média e de redução da pobreza no campo observada nos últimos anos.

O avanço na inclusão social é também reforçado pela transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, efetuada pelo programa Bolsa Família, que alcançou, em 2014, 14 milhões de famílias, com um repasse total de R\$ 27,2 bilhões aos seus beneficiários. Nesse contexto, é importante destacar os avanços obtidos no campo da proteção social por meio do Plano Brasil Sem Miséria, cujas ações potencializaram o alcance das políticas públicas sobre as diferentes facetas da pobreza.

BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil Sem Miséria – BSM, que objetivou, por meio de ações organizadas em três eixos (garantia de renda; acesso a serviços públicos; e inclusão produtiva), superar a extrema pobreza até o final de 2014, alcançou todas as metas estabelecidas. As ações integradas e articuladas entre diversos ministérios permitiram que, durante o período do Plano, 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família superassem a extrema pobreza; que todas as famílias registradas no Cadastro Único se mantivessem acima do patamar da extrema pobreza; e que 1,38 milhão

de famílias extremamente pobres fossem incluídas no Cadastro Único, por meio da busca ativa e, assim, passassem a receber os benefícios do Bolsa Família. A redução da extrema pobreza deu-se em todas as faixas etárias, principalmente entre crianças e adolescentes, por conta de medidas como o Brasil Carinhoso, concebido numa perspectiva de atenção integral ao desenvolvimento infantil, articulando políticas ligadas à renda, saúde e educação.

Na inclusão produtiva rural, foi possível fornecer 781,8 mil cisternas para o consumo humano e 101,9 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais, como cisterna de placa, sistema de barragem e pequenas barragens e microaçudes. Mais de 350 mil famílias foram apoiadas com serviços de assistência técnica e extensão rural para aumentar a produção e melhorar a renda. Dessas, 147,4 mil também já começaram a receber recursos de fomento, essenciais para a implementação dos projetos produtivos. Outro resultado importante para o público do meio rural foi o aumento do acesso ao PAA: a participação dos produtores de baixa renda passou de 32% do total dos beneficiados pelo PAA, em 2010, para 53%, em 2014. Por sua vez, o Programa Bolsa Verde – PBV, que tem como objetivo incentivar a conservação, manutenção e uso sustentável dos ecossistemas a partir da inclusão social e produtiva, beneficiou 72,1 mil famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos com recursos para atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Destaca-se ainda, no âmbito da inclusão produtiva rural, o atendimento a assentados da reforma agrária de projetos de assentamentos mais pobres, que tiveram acesso à assistência técnica, ao recurso de fomento produtivo, ao projeto Água Para Todos, Bolsa Verde e também à moradia, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na inclusão produtiva urbana, além da formalização de empreendedores de baixa renda e do microcrédito produtivo orientado, 1,57 milhão de matrículas no Pronatec/BSM foram realizadas em diversos cursos, em mais de 3,6 mil municípios, até o final de 2014. Por meio do Programa Crescer, foram concedidos empréstimos a juros reduzidos e com orientação de agentes de crédito para a estruturação dos negócios, num total de 10,3 milhões de operações, das quais 5,6 milhões realizadas com beneficiários inscritos no CadÚnico. No campo da economia solidária, ações integradas de formação profissional, assistência técnica e incubação de empreendimentos solidários e suas redes de cooperação, comercialização de produtos e serviços apoiaram 4,4 mil empreendimentos.

Quanto ao acesso a serviços, 4.939 municípios identificaram mais de 700 mil crianças, entre 0 e 3 anos, beneficiárias do Bolsa Família, matriculadas na educação infantil e receberam R\$ 765 milhões do Governo Federal. No programa Mais Educação, em 2014, das mais de 58 mil escolas que aderiram ao programa e passaram a oferecer educação em tempo integral, cerca de 35 mil possuíam maioria de estudantes beneficiários do Bolsa Família. Na saúde, foi dada prioridade na expansão da rede de saúde para territórios com maior vulnerabilidade social a partir do Plano Brasil Sem Miséria. Assim, foram construídas 690 Unidades Básicas de Saúde em municípios com maior concentração de extrema pobreza e com menor cobertura de serviços de saúde. Também foi concedido a esses municípios prioritários reajuste superior no valor do Piso da Atenção Básica em relação ao concedido

aos demais municípios. Merecem destaque as ações de saúde no âmbito do Brasil Carinhoso, que expandiu o Programa Saúde na Escola (PSE) para creches e pré-escolas, alcançando 2 milhões de educandos de pré-escolas, em 4.787 municípios, bem como a ação de suplementação com megadoses de vitamina A que, de 2012 até 2014, atendeu 9,1 milhões de crianças de 6 a 59 meses de idade.

Fundamental para a materialização dos benefícios do BSM, a rede de assistência social tem acumulado importantes avanços, contando atualmente com 8.107 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; 1.256 equipes volantes implantadas para auxiliar na Busca Ativa; 138 lanchas entregues para atendimento de comunidades ribeirinhas; 2.315 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS; e 24.975 vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua.

O plano alcançou, ao final de 2014, todas as metas estipuladas quando de sua construção, em 2011. O plano criou e implementou políticas e tecnologias sociais importantes que foram fundamentais para superar a extrema pobreza, para o enfrentamento da pior seca dos últimos 50 anos no Nordeste, para conceder autonomia aos agricultores familiares de baixa renda e, principalmente, para retirar o Brasil do Mapa Mundial da Fome, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Os principais desafios que se colocam para uma agenda futura passam pela necessidade de melhorar ainda mais o acesso a serviços públicos, como saúde e educação, bem como pela inclusão produtiva da população de baixa renda, por meio da melhoria da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional e da formalização do microempreendedor individual.

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Alinhada à estratégia de institucionalização das políticas sociais e universalização de direitos, a ampliação contínua dos investimentos em infraestrutura social também tem contribuído para a consolidação de um mercado interno robusto, fundado em um mercado de trabalho mais equitativo e em uma base territorial de produção e consumo mais ampla. Em sinergia com as políticas de transferência de renda, tais investimentos vêm promovendo a desconcentração territorial do crescimento econômico e da geração de empregos formais. Além de gerar muitos empregos diretos, especialmente na cadeia produtiva da construção civil, seus efeitos multiplicadores têm favorecido a geração de postos de trabalho nos demais ramos de atividades da economia.

Observa-se uma trajetória crescente do volume de investimentos do PAC em infraestrutura social, permeada pela diversificação do seu escopo e pela ampliação da sua abrangência territorial. Vale destacar que o aumento significativo dos investimentos tem sido acompanhado pelo reforço do seu caráter redistributivo, na medida em que sua repartição percentual no território, relativamente à distribuição regional da atividade econômica, tem priorizado o Nordeste e o Norte, fomentando ciclos virtuosos de melhoria da qualidade de vida e dinamização econômica dessas regiões.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, lançado em 2009 para

enfrentar o déficit habitacional, ilustra essa relação virtuosa entre a promoção de direitos e o dinamismo econômico. Consolidou um modelo inovador de provisão habitacional de interesse social, que combina a concessão de subsídios progressivos, a indução da participação dos agentes privados e a cooperação federativa. O programa atingiu a marca de 3.763.599 unidades contratadas (cerca de 50% na modalidade para famílias de baixa renda) e entregou 2.025.829 unidades em suas duas primeiras fases. Dando continuidade ao programa, em 2015 será lançada sua terceira etapa com o compromisso de contratar mais três milhões de moradias.

Além da ampliação do acesso à moradia digna, o programa tem contribuído para o aumento dos níveis de produção e emprego. Atualmente estima-se que mais de 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos foram criados desde o lançamento do programa, com uma renda adicional média de R\$ 30 bilhões por ano, e que tenha sido responsável direto por fomentar negócios nos mercados de materiais e serviços da construção da ordem de R\$ 22,3 bilhões por ano.

Objetivando a universalização do acesso e a melhoria dos serviços públicos de saneamento ambiental, a União tem promovido diversas iniciativas, em parceria com os Estados e municípios, sobretudo em relação a investimento em infraestrutura e medidas de melhoria de gestão.

Destaca-se o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, que tem melhorado a qualidade da infraestrutura básica, dos serviços e equipamentos, e das condições de habitação de áreas ocupadas por famílias de baixa renda, beneficiando cerca de 1,8 milhão de famílias.

Destaca-se, ainda, a aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, em 2013. O Plano estabelece metas de médio e longo prazo, para o período 2014 a 2033, com investimentos estimados em R\$ 508 bilhões. Além disso, tem-se apostado no aprimoramento da gestão dos serviços por meio do apoio a ações de planejamento, capacitação, regulação e outras que possam melhorar a eficiência dos investimentos em infraestrutura relacionados ao setor.

Os investimentos em saneamento básico tiveram grande impulso com o PAC, sobretudo em sua segunda fase. A carteira atual conta com 9.943¹⁷ empreendimentos contratados até 2014, no valor de R\$ 68,7 bilhões. Desses, 3.827 foram concluídos, perfazendo um total de R\$ 11,8 bilhões.

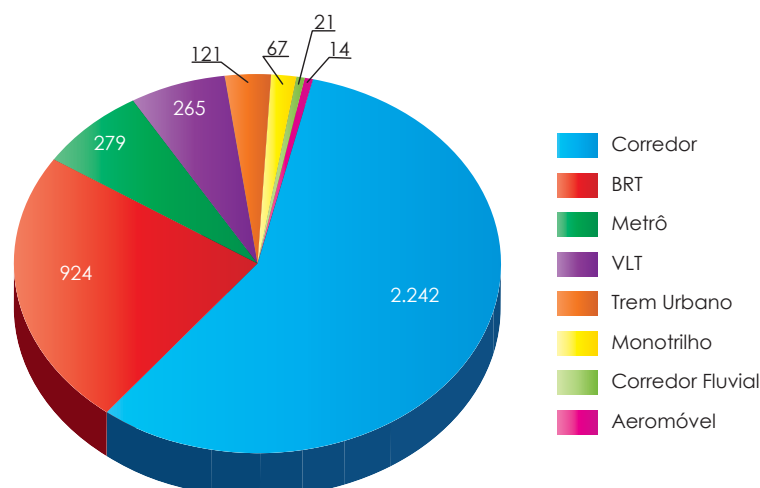
Essas ações refletem em alterações dos indicadores de saneamento no País. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o percentual de domicílios abastecidos por rede de distribuição ou por poço ou nascente com canalização interna aumentou de 87,2% para 94,6%, entre 2001 e 2013. Isso representa mais de 20 milhões de domicílios que passaram a contar com o serviço. No mesmo período, o serviço de esgotamento sanitário por meio de rede ou fossa séptica, que atendia a 66,7% dos domicílios, passou a atender 76,2%, ou seja, mais de 17 milhões de domicílios foram incluídos.

No esteio da priorização das políticas de desenvolvimento urbano está a busca por um novo modelo de mobilidade urbana, acessível e sustentável, que promova

17 Inclui esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional.

a inclusão social e a redução das desigualdades por meio de um acesso mais igualitário aos serviços básicos e à cidade em geral. Isso é obtido, primordialmente, através da expansão significativa da rede de transportes coletivos urbanos nas médias e grandes cidades, que tem sido o foco da atuação federal na área. Essa expansão tem sido concretizada pelo processo de construção de uma carteira expressiva de empreendimentos de mobilidade – por meio de várias linhas, fontes e arranjos –, que atualmente alcança o patamar de cerca de R\$ 143 bilhões, em 118 municípios de todas as unidades da Federação. Nesse valor estão incluídos recursos do Orçamento Geral da União, de financiamentos federais a juros subsidiados e contrapartidas de Estados e municípios.

Essa atuação reflete um princípio emanado da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), que atribui ao Governo Federal o papel de fomento da implantação de projetos de transporte coletivo de média e alta capacidade nas aglomerações urbanas e de prestação de assistência técnica e financeira aos entes. Sobre esse alicerce, às carteiras já apoiadas desde o início do PAC foram somados o PAC Mobilidade Grandes e Médias Cidades, os empreendimentos da Copa do Mundo, Equipamentos, e principalmente o Pacto pela Mobilidade, lançado em junho de 2013 com disponibilização de mais R\$ 50 bilhões, e que hoje responde por cerca de metade dos projetos. Estão sendo apoiados mais de 3.900 km apenas em sistemas estruturantes, sem contar mais de mil quilômetros em estudos e projetos para outros sistemas. Quando concluída, essa nova rede representará mais 2.242 km de corredores e 658 km de transporte sobre trilhos, sendo 279 km em metrô.

GRÁFICO 19 – EXTENSÃO (KM), POR SEGMENTO, DA CARTEIRA SELECIONADA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO ATÉ 2014

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Apenas em 2014, foram concluídas 12 intervenções que, somadas aos demais empreendimentos¹⁸, já resultam em 364 km de sistemas em operação, nos municípios de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Porto Alegre e Região Metropolitana/RS, Fortaleza/CE, Natal/RN, Salvador/BA e Recife/PE, correspondendo a quase 10% da meta física pactuada.

Além disso, perseguindo a promoção de resiliência das cidades, fundamental no contexto de recorrência de eventos climáticos extremos com a existência de passivos urbanos e ambientais, foi implementado o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, estruturado nos eixos Prevenção, Monitoramento e Alerta; Mapeamento das Áreas de Risco; e Resposta e Reconstrução. Ao longo do período do Plano, de 2012 a 2014, priorizaram-se investimentos nos municípios críticos mais suscetíveis aos desastres de inundações, enxurradas e deslizamentos. A partir dessa estratégia, foram realizados mais de 800 mapeamentos de áreas com alto risco de inundações e deslizamentos, os quais têm sido fundamentais para a estruturação do Sistema de Monitoramento e Alerta. Os esforços para a melhoria da previsibilidade de desastres naturais têm mobilizado os órgãos federais atuantes na área em prol de alinhamento do fluxo de informações e definição de protocolos de alerta.

Por meio do Plano Nacional, contou-se ainda com investimentos na instrumentação do alerta de desastres, com a aquisição e instalação de equipamentos automáticos, como pluviômetros e radares meteorológicos. No eixo Prevenção, foram selecionadas obras como contenção de encostas, barragens

¹⁸ Empreendimentos concluídos e em operação, que não necessariamente estão concluídos, mas já operam transportando passageiros.

e drenagens, que constituíram a carteira do PAC – Prevenção e representaram o maior aporte de recursos no âmbito do Plano Nacional (cerca de R\$ 20 bilhões), apontando para a mudança do foco da atuação pública, tradicionalmente voltado ao momento pós-desastre (reposta e reconstrução). Sem perder de vista a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de resposta aos desastres, houve significativo avanço em agilidade nos trâmites de repasse de recursos federais aos entes subnacionais atingidos, por meio da implantação de sistema informatizado (S2ID) e do cartão de pagamento da defesa civil. Paralelamente à execução das ações nesses eixos, modernizou-se o marco legal de atuação sistêmica em gestão de riscos (Lei 12.608/12) e de financiamento de medidas preventivas (Lei 12.983/14), restando avançar para as respectivas regulamentações.

FIGURA 5 – DINÂMICA DOS DESASTRES



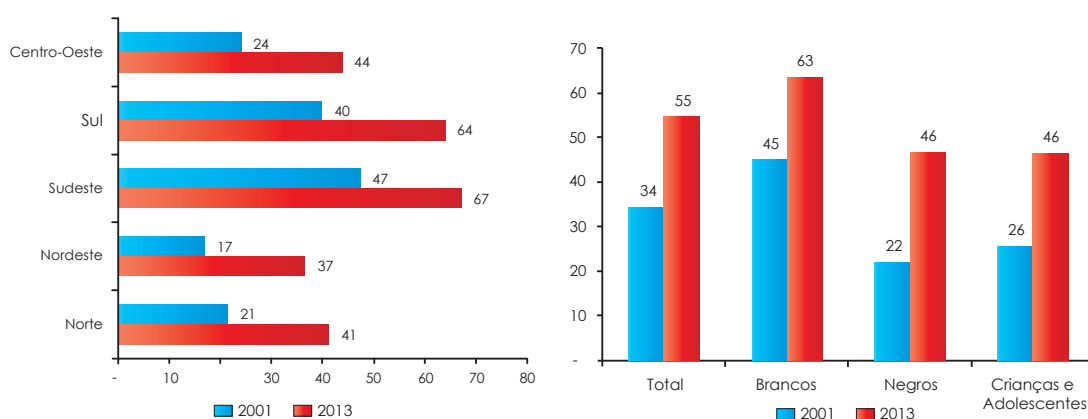
Fonte: Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, 2013

A contínua ampliação dos investimentos em infraestrutura social e o aprofundamento da estratégia de desenvolvimento inclusivo têm proporcionado avanços na qualidade de vida da população. Adotando-se condições de moradia e de acesso a bens e serviços essenciais aos indivíduos como referências de materialização do bem-estar, observa-se, com base em dados da Pnad/IBGE, expressiva elevação da proporção de pessoas vivendo em condições satisfatórias¹⁹ – subiu de 34% em 2001 para 55% em 2013. Isso significa um aumento de 48 milhões de pessoas que passaram a ter condições satisfatórias de moradia e acesso a bens –

¹⁹ Para esta análise, foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem-estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, localizados em aglomerados normais (propriedade do domicílio e do terreno), construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada) e com pelo menos um banheiro de uso exclusivo, com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água por rede de distribuição com canalização interna, ou por poço, nascente ou cisterna com canalização interna, esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural), iluminação elétrica, serviço de telefone (fixo ou celular) e equipados com, pelo menos, fogão, geladeira e televisão.

número superior ao aumento populacional verificado no período, que foi de 25 milhões de pessoas. Destaca-se que entre 2011 e 2013, 3,2 milhões de brasileiros passaram a viver nessas condições. É positiva, também, a manutenção da tendência de convergência dos índices segundo recortes de região, faixa etária e raça/cor dos indivíduos, que aponta a continuidade da redução das desigualdades sociais e regionais.

GRÁFICO 20 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM CONDIÇÕES DOMICILIARES SATISFATÓRIAS



Fonte: Pnad 2001 e Pnad 2013

Dados harmonizados sem o Norte Rural

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O alcance de melhores índices de bem-estar social está relacionado ao fortalecimento da ação indutora do Estado, com destaque para a potenciação das políticas de transferência de renda, a ampliação do crédito e a expansão dos investimentos em infraestrutura social, que proporcionaram avanços nas condições de renda, trabalho e de acesso da população a bens e serviços. Nesse sentido, a universalização das condições de bem-estar exige a continuidade do modelo baseado na garantia de direitos e na promoção da mobilidade social. Ao mesmo tempo, aponta um mercado consumidor potencial amplo e diversificado, que oferece possibilidades de ganho de escala produtiva, de inovações tecnológicas e de criação de novos negócios, que pode ser dinamizado com o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento em curso, orientada pela justiça social.

O alcance de condições plenas de bem-estar e justiça social também passa pela ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos que garantem a cidadania e promovem a igualdade de oportunidades, como saúde e educação. Os avanços recentes nessas políticas, detalhados a seguir, têm sido fundamentais para a consolidação desse padrão de desenvolvimento.

EDUCAÇÃO

A expansão dos direitos e oportunidades educacionais constitui uma política fundamental para a estratégia de desenvolvimento do País, uma vez que, além de contribuir para a formação individual e preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, também qualifica a força de trabalho para os desafios do crescimento sustentável.

Nesse sentido, destinar mais recursos para a educação é fundamental. O investimento público total em educação em relação ao PIB apresentou um importante incremento, passando de 4,5% do PIB em 2004 para 6,6% em 2013. Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), válido para os próximos dez anos, que estabelece 20 metas e aponta que o investimento público total em educação deverá chegar a 10% do PIB no final da vigência do plano. Destaca-se, entre as ações que contribuirão para o alcance dessa meta, a aprovação da Lei 12.858/2013, que vincula à educação 75% das receitas provenientes dos royalties, da participação especial e de acordos de individualização de produção decorrentes da exploração do petróleo no pré-sal. Além disso, também estabelece a destinação à educação e saúde de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social. Esses recursos do petróleo contribuirão para a contínua expansão da parcela do PIB destinada à educação, que, somada à redução da população em idade escolar, permitirá elevar o gasto per capita por estudante.

Visando à universalização do acesso e à melhoria da qualidade em todas as etapas da educação básica, o Governo Federal tem promovido um conjunto de políticas em parceria com Estados e municípios. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que tem o objetivo de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, contou, em 2014, com a adesão das 27 unidades da federação e 5.421 municípios, para formação de 15 mil orientadores de estudos e 311,9 mil professores alfabetizadores.

Em relação à ampliação e ao fortalecimento da educação infantil, as construções de creches e pré-escolas, no âmbito do Proinfância, têm propiciado claros benefícios à vida escolar na infância, além de impacto positivo no processo de empoderamento e ampliação da autonomia das mulheres. Até 2014, foi aprovada a construção de 8.787 creches e pré-escolas e foram contratados 6.185 empreendimentos, com investimento da ordem de R\$ 7,6 bilhões.

O Programa Mais Educação, que busca a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação dos tempos de permanência, do reforço escolar e da oferta de conteúdos complementares teve em 2014 a adesão de 58,7 mil escolas, 46% das quais são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais.

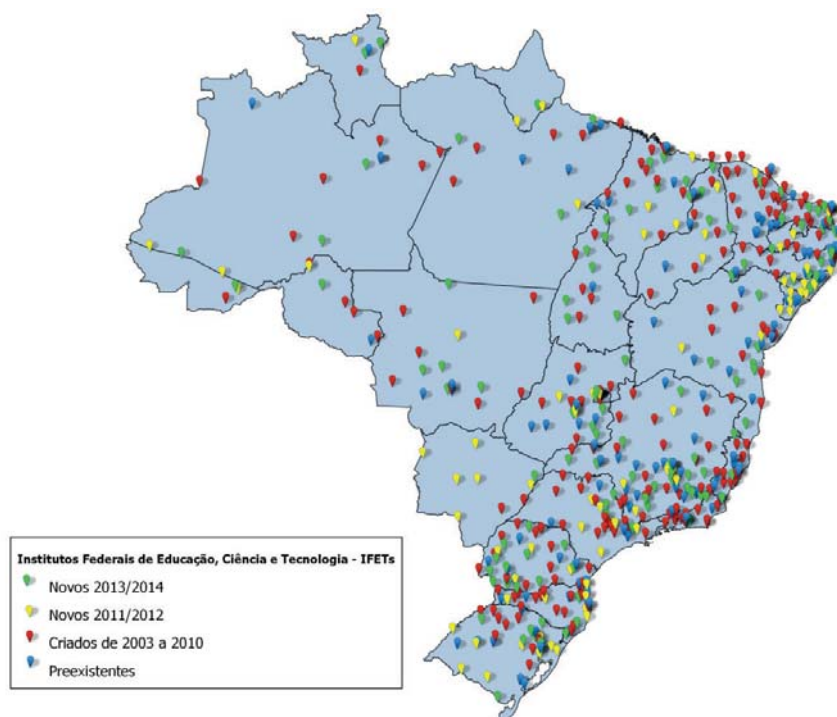
A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, que passou de 504.039, em 2003, para 886.815 em 2014. Destes, aqueles matriculados em classes comuns no ensino regular representavam 28,8% em 2003 e, em 2014, 79%.

Quanto ao combate ao analfabetismo, o Governo Federal conduz o

Programa Brasil Alfabetizado - PBA desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O PBA é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Ressalta-se que a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade caiu de 11,5% em 2004 para 8,5% em 2013.

Na educação profissional e tecnológica, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec tem ampliado significativamente a oferta de matrículas, qualificando a força de trabalho e facilitando a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Desde sua criação em 2011, o Programa atendeu 8,1 milhões de brasileiros, sendo que o seu principal instrumento, o Bolsa-Formação, realizou 4,1 milhões de matrículas, das quais 2,9 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cerca de 1,2 milhão em cursos técnicos de nível médio. Outra medida fundamental para a expansão consistente do ensino técnico e da qualificação profissional no País tem sido a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Somente no período 2011-2014 foram construídas, conforme previsto, 208 novas unidades, sendo que todas já entraram em funcionamento. Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica totaliza 562 unidades em 508 municípios.

FIGURA 6 – EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

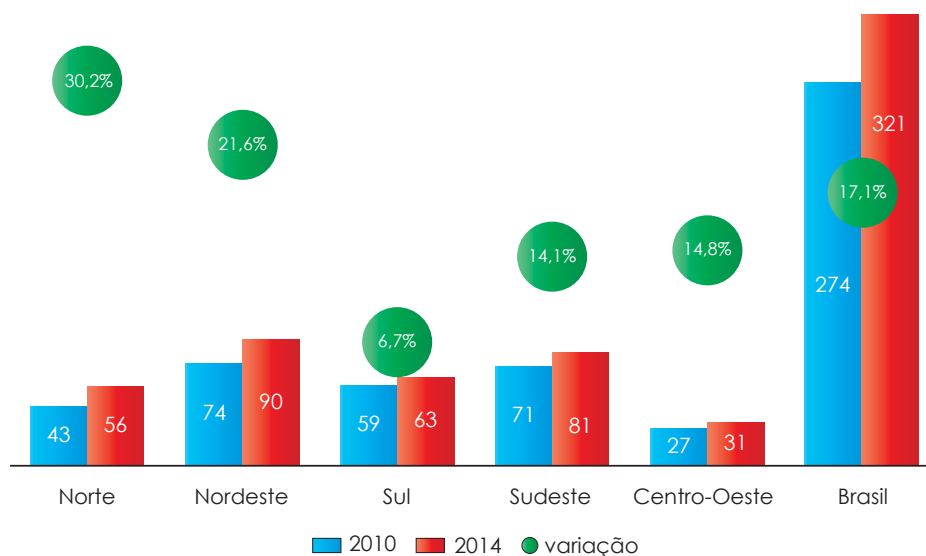


Fonte: SIMEC

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Já no ensino superior, a ampliação do acesso tem possibilitado uma maior qualificação dos brasileiros, produção de conhecimento e inovação tecnológica, permitindo o aumento da competitividade do País. Entre 2011 e 2014, houve uma ampliação 17% no número de campi/unidades, que passou de 274 para 321, num total de 63 universidades federais.

GRÁFICO 21 – EXPANSÃO DE CAMPI DE UNIVERSIDADES FEDERAIS POR REGIÃO, ENTRE 2010 E 2014

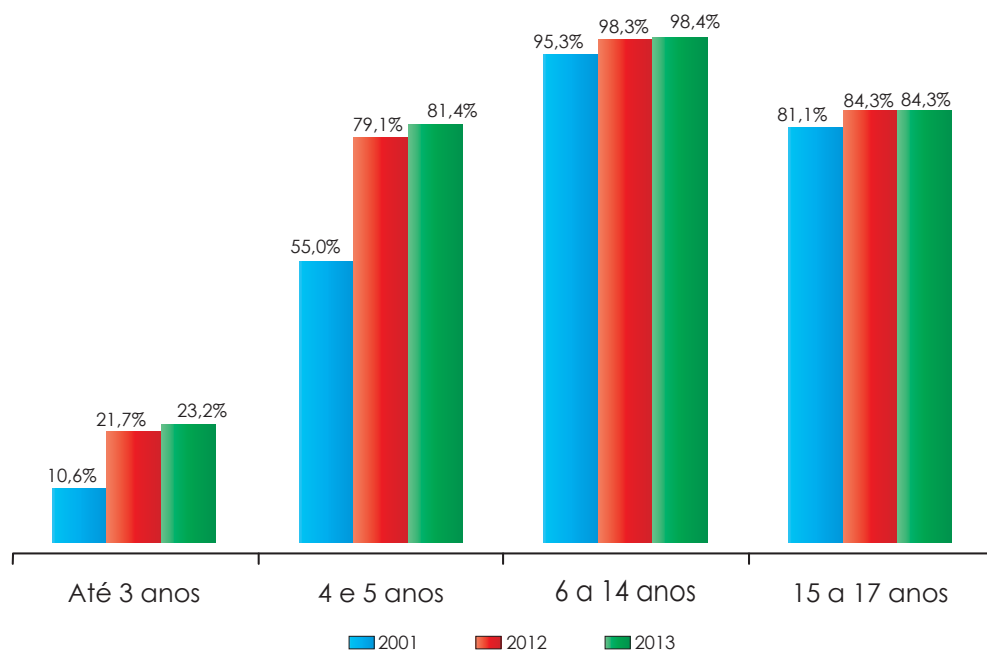


Fonte: SIMEC

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ainda no âmbito da ampliação do acesso, destacam-se o Programa Universidade para Todos - Prouni, que já atendeu quase 1,5 milhão de estudantes de baixa renda até 2014, sendo 759 mil estudantes negros; o novo Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, com 1,9 milhão de financiamentos concedidos entre 2010 e 2014; e a publicação da Lei 12.711/2012, que prevê cotas em instituições federais de ensino superior a estudantes oriundos de escolas públicas e também a negros e indígenas. Já o Programa Ciência sem Fronteiras, que promove o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação, tem sido um importante instrumento na cooperação internacional, com grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil. Em 2014, com a concessão de mais de 42 mil novas bolsas, o programa chegou a 101.446 bolsas concedidas acumuladas.

Os esforços empreendidos nos últimos anos para a ampliação das oportunidades educacionais refletem-se em indicadores, como a taxa de frequência à escola.

GRÁFICO 22 – TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, POR FAIXAS DE IDADE

Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

CULTURA

Nos últimos doze anos, uma nova legislação tem reafirmado os compromissos do Estado sob a tridimensionalidade das políticas culturais: a cultura como dimensão simbólica, a cultura como direito de todos e a cultura como uma economia importante. Nesse aspecto, destacam-se a criação das leis da TV Paga (Lei 12.485/2011), do Vale Cultura (Lei 12.761/13), a Nova Lei dos Direitos Autorais (12.853/2013), do Cultura Viva (Lei 13.018/14), e a proposta de uma nova lei de incentivo à cultura (Procultura).

O ano de 2014 foi um marco para o Programa Cultura Viva, que completou 10 anos tendo atingido mais de 4,6 mil Pontos de Cultura fomentados em cerca de mil cidades de todos os estados do Brasil. Nesse mesmo ano, em julho, foi sancionada a Lei 13.018/14, que transformou o Programa Cultura Viva em uma política de Estado, criando o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e a prestação de contas simplificada.

A Lei da TV Paga contribuiu para dinamização da economia da cultura, ampliando significativamente a participação das produções nacionais, especialmente das independentes, nos canais por assinatura. Além disso, os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) mais do que quintuplicaram nos últimos três anos e compõem um orçamento anual que chega a superar um bilhão de reais.

Outra política que trouxe forte impulso à demanda por produtos culturais foi o Vale Cultura. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o cartão Vale-Cultura, o qual já é aceito em mais de 24 mil pontos como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais.

ESPORTE

A oportunidade gerada pela organização dos grandes eventos esportivos tem sido aproveitada na criação e no desenvolvimento de políticas públicas de esporte efetivas. É o caso dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE's). Lançado em fevereiro de 2013, no âmbito do PAC 2, o programa prevê a construção de 285 unidades em 263 municípios das 27 unidades da Federação, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2015. Os CIE's comporão a base da Rede Nacional de Treinamento, garantindo capilaridade à infraestrutura de centros esportivos e cumprindo o objetivo de estender para todas as regiões do país os benefícios da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Também no contexto de ampliar o esporte de base, o governo federal tem investido na infraestrutura escolar. O programa Atleta na Escola atingiu 44 mil escolas em 2014, com a oferta de três modalidades olímpicas e dez paraolímpicas para estudantes da rede pública. Com a cooperação entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, o programa Esporte da Escola já beneficiou mais de 4 milhões de alunos com a prática esportiva no contraturno escolar. O Programa Segundo Tempo/Forças no Esporte, uma parceria com o Ministério da Defesa, atende ainda 15 mil alunos em 122 unidades militares de todas as regiões.

COPA DO MUNDO

Durante a Copa do Mundo FIFA 2014, o Brasil recebeu um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades, com 95% deles revelando intenção de retornar ao país.

O investimento total na Copa do Mundo foi estimado em R\$ 25,6 bilhões, dos quais R\$ 8 bilhões foram para a reforma ou construção dos estádios. Os outros R\$ 17,6 bilhões foram aplicados em obras que além de atender à realização do torneio, serão usufruídas cotidianamente pelo cidadão brasileiro, como estações de metrô, terminais de integração, 13 BRT's, 2 VLT's e novas vias urbanas. As melhorias nos aeroportos possibilitaram atender a um fluxo de 16,7 milhões de passageiros, com taxas de atrasos abaixo das médias internacionais.

Os estádios receberam 3,4 milhões de pessoas, sendo que apenas 0,2% dos torcedores da Copa precisaram de cuidados médicos. Um efetivo de 177 mil profissionais de segurança pública, defesa e inteligência garantiu a tranquilidade dentro e fora dos estádios.

SAÚDE

A saúde, um dos pilares da seguridade social, tem adotado a estratégia de fortalecimento contínuo do modelo estabelecido pela Constituição de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, com diretrizes de integralidade, universalidade

e equidade do atendimento, descentralização federativa e participação da sociedade. Todos os brasileiros, em maior ou menor medida, são usuários do SUS, visto que este não se restringe ao atendimento médico, abrangendo também outras áreas, como a vigilância em saúde e as ações de promoção da saúde. Atualmente, cerca de 150 milhões de pessoas dependem exclusivamente do SUS.

A fim de garantir a expansão do acesso com qualidade aos serviços de saúde, tem sido buscado o aperfeiçoamento das Redes de Atenção à Saúde, com ênfase no planejamento regional e na articulação dos serviços e ações de saúde. Destacam-se a Rede de Urgências e Emergências – que já conta com 391 Unidades de Pronto Atendimento – UPA em funcionamento e 2.944 municípios atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu); a Rede Cegonha – implantada em todos os Estados, no DF e em 5.488 municípios, com cobertura de cerca de 2,5 milhões de gestantes; a Rede de Atenção Psicossocial – com 2.209 Centros de Atenção Psicossocial – Caps em funcionamento no País, dos quais 142 implantados em 2014; e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Também cumpre ressaltar a expansão do programa Aqui Tem Farmácia Popular, que teve como prioridade o adensamento de unidades disponíveis nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza, alcançando, em 2014, 4.345 municípios brasileiros.

Importante desafio é a disponibilidade de profissionais de saúde, principalmente médicos, em regiões de difícil acesso ou com populações de maior vulnerabilidade. Para isso, foi instituído em 2013 o Programa Mais Médicos, que alocou, em 2014, 7.804 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total de 14.462 médicos em atividade em 3.785 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), chegando a alcançar uma cobertura populacional de 50 milhões de pessoas. Vale ressaltar que 4.898 novos médicos foram alocados na Região Nordeste e 1.897 na Região Norte.

O Programa Mais Médicos prevê também a criação de 11,5 mil novas vagas nos cursos de medicina até 2017 e, até 2018, 12,4 mil vagas de residência médica para formação de especialistas, com foco na valorização da atenção básica e outras áreas prioritárias para o SUS. Desde o início do Programa Mais Médicos, foram autorizadas 1.343 novas vagas de graduação em medicina nas universidades federais, sendo 203 vagas em cursos já existentes e 1.140 novas vagas em 20 novos cursos em *campi* interiorizados. As instituições privadas foram autorizadas a ofertar 3.117 novas vagas de graduação em medicina.

Para abrigar esses profissionais está sendo remodelada uma nova rede de atenção básica, com a implantação do programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde – UBS, instituído em 2011. O objetivo do programa é prover condições adequadas para o trabalho em saúde, promovendo melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica. Até 2014, já foram contratadas a construção, ampliação e reforma de 26.976 UBS, para atender 5.095 municípios. Das propostas de construção, ampliação e reforma de UBS contratadas, 24.838 continuam vigentes e, destas, 9.640 foram concluídas. Graças a essa expansão, há atualmente no País 40.603 UBS em funcionamento. Junta-se a isso a informatização das UBS, garantindo-se internet de banda larga e implantação do Telessaúde, do prontuário eletrônico e do sistema e-SUS Atenção Básica.

O Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica –

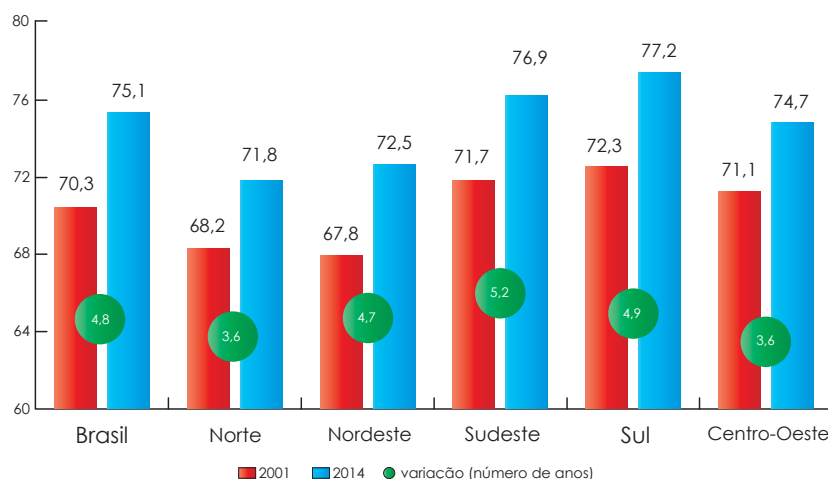
PMAQ-AB, por sua vez, desenvolve processo de indução, avaliação e certificação das equipes a padrões de qualidade, permitindo ao município até dobrar o repasse de recurso mensal por equipe bem avaliada. Em seu segundo ciclo, que compreende o período de 2013 e 2014, o programa alcançou 30.522 Equipes de Saúde da Família, 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas, presentes em 5.077 municípios.

Outra importante estratégia foi o reforço da atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção da autonomia e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Nesse contexto, a campanha nacional de vacinação contra a gripe atingiu a marca de 86% de cobertura, o que representou mais de 17,9 milhões de idosos vacinados em 2014. Além disso, foram formados profissionais visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa e investiu-se na reformulação da caderneta de saúde da pessoa idosa.

Na área do financiamento da saúde houve avanços com a Lei Complementar nº 141/2012, que consolidou um financiamento consistente do SUS pelos entes federativos, especificando as ações e serviços passíveis de serem financiados com recursos da saúde e, em seguida, com a aprovação da Lei nº 12.858/2013, que destina à saúde 25% das receitas provenientes dos *royalties*, da participação especial e de acordos de individualização de produção decorrentes da exploração do petróleo no pré-sal, além de destinar 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social para a educação e a saúde.

Esses esforços vão se refletir na evolução dos principais indicadores da saúde da população, que já têm mostrado resultados positivos nos últimos anos. Como exemplo, a expectativa de vida ao nascer aumentou 4,8 anos entre 2001 e 2014, atingindo 75,1 anos.

GRÁFICO 23 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

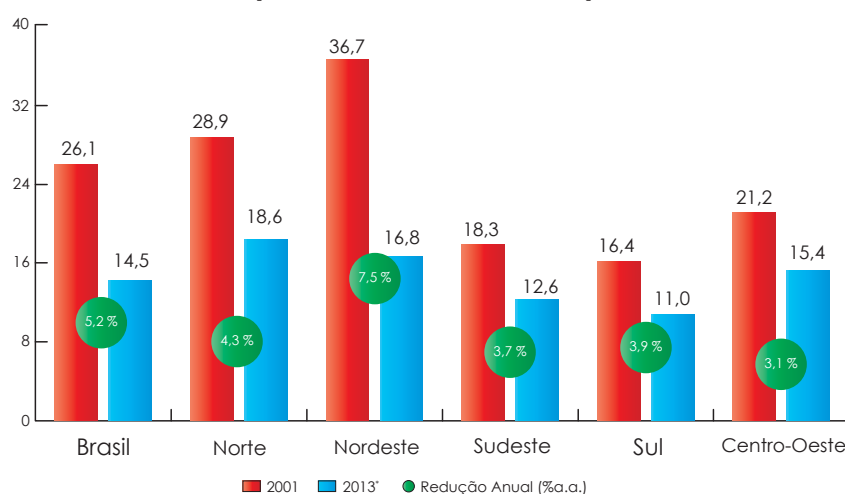


Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Para 2013 foi projetada queda para 60 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, que corresponde a 25% de redução em relação ao verificado em 2001. Trata-se de uma redução significativa, considerando a melhora na identificação dos óbitos associados à gravidez. Ainda houve uma queda generalizada da taxa de mortalidade infantil, em todas as regiões e mais intensa na Região Nordeste, de modo que o Brasil alcançou com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

**GRÁFICO 24 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO
(POR MIL NASCIDOS VIVOS)**



Fonte: CGIAE/SVS/MS – Busca Ativa

* Valores projetados para 2013

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

JUSTIÇA E SEGURANÇA CIDADÃ

O Governo Federal tem procurado induzir um novo paradigma de segurança pública cidadã, orientado pela prevenção à violência, pela diferenciação de públicos e territórios mais vulneráveis ao fenômeno, pela integração das ações de segurança com as políticas sociais e pelo aprimoramento das instituições policiais. O Programa “Crack, é possível vencer” é emblemático, ao reconhecer a vulnerabilidade dos usuários da droga e perseguir a construção de redes integradas de saúde, assistência e segurança pública para a prevenção do uso e qualificação da oferta de atenção e cuidado. Por intermédio do Programa, na área de segurança, já foram capacitados 5 mil profissionais e entregues 70 bases móveis de policiamento de proximidade nos pontos de maior incidência de uso de drogas das 27 capitais (investimento de cerca de R\$ 153,5 milhões), incentivando uma filosofia policial orientada por novas formas de interação e de parceria com a comunidade e focada na qualidade de vida da região.

Outra iniciativa de destaque é a estruturação de um novo modelo de gestão, monitoramento e policiamento especializados da área de fronteira, que

integra ações das três esferas de governo. O Plano Estratégico de Fronteiras tem avançado, observando-se a redução de 11,5% dos homicídios nos municípios na faixa de fronteira entre 2012 e 2013, bem como registros de aumentos consideráveis na quantidade de drogas e armas apreendidas, autos de prisão em flagrante lavrados, mandados de prisão cumpridos e veículos recuperados. No âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, os esforços das forças policiais federais e estaduais resultaram na apreensão de mais de 500 toneladas de drogas (cocaína, crack, maconha e outras drogas) e 6 mil armas de fogo.

O fortalecimento da integração federativa na área de segurança também tem sido promovido pela atuação da Força Nacional de Segurança. A partir de demanda dos governos estaduais, a Força Nacional desenvolveu, em 2014, um total de 46 operações em 20 Estados e no Distrito Federal. Nesse sentido, outro grande avanço foi a implantação dos centros de comando e controle nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, que não apenas ampliaram a capacidade de ação das instituições de segurança oferecendo equipamentos de elevado padrão tecnológico, como permitiram uma coordenação inédita das atividades de inteligência federais, estaduais e municipais para garantir a segurança de forma preventiva e corretiva.

A ampliação da capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais para a redução da violência no trânsito também é um objetivo da política de segurança. Por intermédio do Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, que adota o mapeamento de pontos críticos das rodovias federais para reforço do policiamento e fiscalização, ocorreu, em 2014, uma redução de 15,5% nos números de acidentes ocorridos nessas rodovias, em relação à frota de veículos nacional, além de redução em 9,1% e 6% dos números de feridos e mortos, respectivamente.

A humanização do Sistema Penitenciário constitui outro desafio estratégico para a política de segurança pública cidadã. Nesse âmbito, destaca-se a implementação do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que tem o objetivo de zerar o déficit prisional de vagas para mulheres e de ampliar as cadeias públicas para reduzir o número de presos em Delegacias de Polícia. Os investimentos federais contratados alcançam a ordem de R\$ 1,2 bilhão, sendo que, desde 2011, já foram entregues mais de 10,2 mil vagas e contratadas outras 18,2 mil. A busca pela garantia de direitos e pela reintegração social da pessoa privada de liberdade também é norteadora da ação federal, ressaltando-se a entrega de 43 Centros de Referência Materno Infantil, beneficiando 14 mil mulheres atendidas por serviços de assistência integrados ao Programa Rede Cegonha; a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, que já conta com a adesão de 24 Estados e 134 municípios; a efetivação, em 2014, de mais de 12 mil matrículas para presos e egressos no Pronatec; a ampliação dos exames educacionais de certificação, registrando-se mais de 30 mil participantes por ciclo no Enem; e a execução do Programa Brasil Mais Alfabetizado, em benefício de 14,5 mil presos.

No campo do acesso à justiça, cabe destacar avanços progressivos na prestação de assistência jurídica integral e gratuita, beneficiando pessoas de menor renda e cidadãos presos que não têm condições de pagar um advogado e os

custos judiciais. Após a autonomia instituída pela Emenda Constitucional nº 74, a Defensoria Pública da União (DPU) tem fortalecido sua atuação, alcançando oferta crescente de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, com 1,7 milhão de assistidos em 2014. Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e com a Caixa Econômica Federal. Tais iniciativas permitem a redução substancial do volume de demandas judiciais e propiciam agilidade no atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários. No período 2013/2014 cerca de 13.900 assistidos foram beneficiados com conciliações extrajudiciais.

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

As políticas transversais na busca de garantir direitos para públicos específicos perpassam as diversas políticas setoriais e universais com intuito de adequá-las às especificidades desses públicos. Nas políticas para as mulheres o enfrentamento à violência está sendo fortalecido com a implementação do Programa Mulher Viver sem Violência, destacando-se a proposta da Casa da Mulher Brasileira, que se constitui em um espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, concentrando em um mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento. No âmbito do PAC, a primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira já foi inaugurada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e está prevista a implantação do projeto nas demais 26 capitais da Federação. Em 2014, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência alcançou 235 Centros Especializados de Atendimento às Mulheres; 77 Casas Abrigo; 42 Núcleos de Atendimento Especializado da Defensoria Pública; 497 Delegacias de Atendimento à Mulher, 27 Núcleos e 105 Sessões em Delegacias Comuns, totalizando 573 serviços; 101 Juizados, Varas Especializadas e Varas Adaptadas; e 58 Núcleos de Ministérios Públicos Estaduais Especializados em Violência e Promotorias. Outras iniciativas de destaque, em 2014, foram a transformação do Ligue 180 em Disque Denúncia e a entrega de mais 24 unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta, totalizando 54 unidades.

As políticas de ação afirmativa tiveram relevante conquista em função da Lei nº 12.990/2014 – Lei de Cotas no Serviço Público – que destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal. Essa Lei é um dos grandes avanços de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial, pois vai impactar diretamente no acesso da população negra a postos mais valorizados no mercado de trabalho, ampliando, assim, o acesso à renda, além de proporcionar maior diversidade à composição dos quadros do serviço público.

Em relação à Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, em 2014, 56% das universidades já atingiram, em seu conjunto, a meta de ter 50% de suas vagas ocupadas por alunos oriundos de escola pública e, dentro deste percentual, ter uma quantidade de alunos pretos, pardos e indígenas correspondente aos dados demográficos de cada unidade federativa.

Para prevenir a violência contra os jovens, em especial a juventude negra,

maior vítima das altas taxas de homicídios registradas atualmente no Brasil, está sendo implementado o Plano Juventude Viva, que abrange um amplo conjunto de ações de promoção dos seus direitos. O plano já conta com adesão de 100 municípios e 8 Unidades da Federação (Alagoas, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe), comprometidos com a agenda de enfrentamento à violência. Destaca-se ainda o recente avanço referente ao Protocolo de Redução de Barreiras para o Acesso à Justiça da Juventude Negra em Situação de Violência, firmado pelo Governo Federal com o Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público.

A Agenda Pessoa com Deficiência teve como principal referência o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que tem como eixos: o acesso à educação, a atenção à saúde e acessibilidade e inclusão social. Em 2014 os destaques na área de educação são: 13.360 novas salas de recursos multifuncionais instaladas e 14.851 kits entregues – que constituem mobiliário, materiais pedagógicos e de acessibilidade (90% das Salas de Recursos Multifuncionais previstas); adquiridos 2.304 ônibus acessíveis para transporte escolar; 40.316 escolas receberam recursos para a promoção da acessibilidade arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistida e 59 universidades federais receberam recursos para a promoção de acessibilidade em seus *campi*. A acessibilidade, em 2014, também foi buscada através de contratação de mais de 954 mil unidades habitacionais adaptáveis pelo Programa Minha Casa, Minha Vida; têm sido desenvolvidas a tecnologia e a estrutura para treinamentos de cães-guia, com o início de funcionamento do primeiro centro de treinamento do país, dentre cinco previstos, além de incentivos ao desenvolvimento da tecnologia assistida e facilitado o crédito para aquisição de seus produtos.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura possui um papel fundamental no modelo de desenvolvimento brasileiro atual, não só porque os investimentos em sua ampliação, aperfeiçoamento e conservação causam efeitos significativos na economia e na geração de empregos do País, mas também porque as inversões no setor propiciam aumento na produtividade, melhoria na qualidade de vida da população e maior integração, tanto regional como do País com o resto do mundo, particularmente com seus vizinhos sul-americanos. Em reconhecimento à importância do desenvolvimento do setor, o governo criou programas como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa de Investimentos em Logística – PIL, que têm orientado os investimentos públicos e privados no setor e permitido o acompanhamento intensivo dos empreendimentos.

Para atingir os objetivos estratégicos acima mencionados, os investimentos em infraestrutura estão centrados na expansão da oferta de energia, na expansão da rede logística de transportes e de comunicações e na expansão da capacidade de produção em atividades intensivas em recursos naturais – agrícolas e minerais. Na área de energia, a estratégia é assegurar a oferta e a disponibilidade em suas diversas formas, de maneira equitativa em todo o território nacional, com iniciativas especiais para o atendimento a áreas isoladas e ao público de baixa renda.

Na logística de transportes, elemento fundamental para o processo de produção e distribuição de bens e serviços, tem se buscado a ampliação, de forma integrada com os outros modais, dos modos mais eficientes e menos poluentes (ferroviário e aquaviário), concomitantemente com a melhoria nas condições das rodovias, modo ainda mais utilizado para o transporte de cargas no País, e também muito relevante para a movimentação de passageiros e a integração nacional.

A expansão da capacidade de produção em atividades intensivas em recursos naturais tem na exploração dos recursos minerais um de seus elementos mais importantes, notadamente a exploração das grandes reservas de petróleo na camada do pré-sal, que envolverá o País no desafio da nova fronteira tecnológica de produção com forte incentivo à nacionalização dessa indústria. Além disso, optou-se por aproveitar de maneira mais equânime e socialmente justa as receitas provenientes desse recurso finito, quando foram destinadas para a educação e para a saúde das gerações presentes e futuras.

Ressalta-se a preocupação do Governo Federal em associar a governança das grandes obras de infraestrutura com a dimensão social, assim como desenvolver iniciativas que possibilitem potencializar econômica e socialmente os territórios impactados com os projetos de infraestrutura, de forma a induzir o crescimento de polos econômicos regionais, em linha com a estratégia de desenvolvimento nacional.

No ano de 2014 o Governo Federal prosseguiu no processo de expansão e revitalização dos investimentos em infraestrutura, iniciado de forma mais intensa com a criação do PAC em 2007. O programa desempenha um papel importante, ao garantir o fluxo permanente de recursos para empreendimentos estruturantes, além

de oferecer um modelo de governança que permite a rápida solução de entraves, garantindo o acompanhamento intensivo das ações em andamento. Ademais, mecanismos como o Balanço do PAC²⁰ atendem à demanda da sociedade por transparência, informando periodicamente a evolução nas principais obras que compõem a carteira do programa.

A tabela seguinte retrata alguns exemplos de ampliação da oferta de infraestrutura verificada nos últimos anos.

TABELA 4 – UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA

	REFERÊNCIA	2014
TRANSPORTE		
Bilhetes pagos em voos regulares nacionais	34,3 milhões ⁽²⁰⁰²⁾	95,9 milhões
Movimentação de passageiros nos aeroportos	71,2 milhões ⁽²⁰⁰³⁾	227,97 milhões
Movimentação de pouso e decolagem nos aeroportos	2,7 milhões ⁽²⁰⁰⁷⁾	30,3 milhões
Extensão da malha rodoviária pavimentada (km)	156,4 mil ⁽²⁰⁰²⁾	206,6 mil
Extensão da malha rodoviária concedida (km)	12,8 mil ⁽²⁰⁰⁸⁾	20,5 mil
Frota de veículos	39,0 milhões ⁽²⁰⁰⁴⁾	86,1 milhões
Veículos pedagiados em rodovias	557,2 milhões ⁽²⁰⁰²⁾	1.871,4 milhões
Transporte interestadual rodoviário de passageiros	70,4 milhões ⁽²⁰⁰³⁾	40,2 milhões
Movimentação de contêineres (t)	35,0 milhões ⁽²⁰⁰²⁾	102 milhões
Movimentação de carga nos portos e terminais (t)	529 milhões ⁽²⁰⁰²⁾	969 milhões
Extensão da malha ferroviária (km)	28,8 mil ⁽²⁰⁰⁴⁾	27,5 mil ¹
Carga transportada em ferrovias (tu)	389 mil ⁽²⁰⁰⁶⁾	465 mil
ENERGIA		
Capacidade instalada de geração (MW)	82,5 mil ⁽²⁰⁰²⁾	133,9 mil
Número de unidades consumidoras	58,8 milhões ⁽²⁰⁰³⁾	77,0 milhões
Extensão de linhas de transmissão (km)	72,5 mil ⁽²⁰⁰²⁾	125,1 mil
Capacidade de transformação (MVA)	166,2 mil ⁽²⁰⁰²⁾	292,8 mil
COMUNICAÇÕES		
Telefones móveis ativos	34,8 milhões ⁽²⁰⁰²⁾	208,7 milhões
Telefones fixos ativos	38,7 milhões ⁽²⁰⁰⁶⁾	45 milhões
Escolas públicas urbanas com banda larga	21,3 mil ⁽²⁰⁰⁸⁾	70,3 mil
Assinantes de TV	3,5 milhões ⁽²⁰⁰²⁾	19,5 milhões
Domicílios com acesso à internet	12,9% ⁽²⁰⁰⁵⁾	43,0%

¹ Redução decorrente da desativação de trechos inoperantes.

Fonte: Anac, Infraero, DNIT, Denatran, Antaq, ANTT, MME, Aneel, Anatel e Cetic

²⁰ Para mais informações sobre o último balanço do PAC, acesse <http://www.pac.gov.br>.

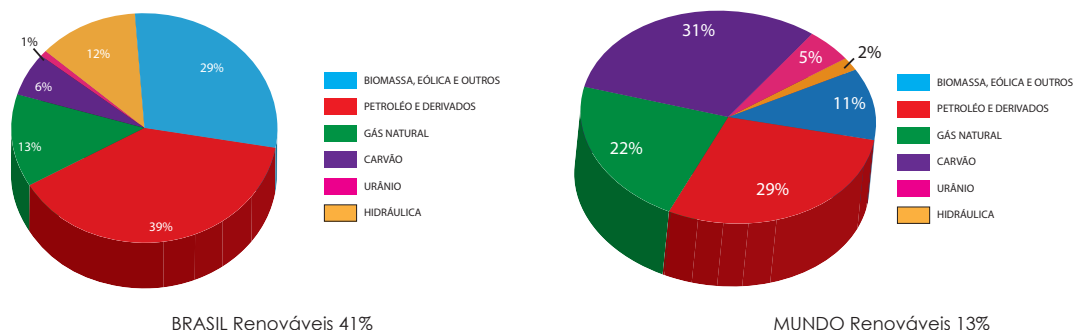
Para dar sequência a essa trajetória de expansão na oferta de infraestrutura o Governo Federal vem buscando ampliar a cooperação com a iniciativa privada. Esse movimento é sentido em várias áreas, das quais se podem citar: em logística, com as concessões dos aeroportos e rodovias, o novo marco legal para o setor portuário, com a expansão dos terminais de uso privado – TUPs, e as alterações no modelo de concessão de ferrovias; em energia, com a continuidade dos leilões de energia elétrica e de expansão do sistema de transmissão; na área de petróleo e gás, com o início dos leilões do pré-sal no regime de partilha e a retomada das rodadas em regime de concessão; na área de mineração, com o novo marco legal para o setor, em tramitação no Congresso Nacional. Esse processo, além de acelerar os investimentos, permite que o governo destine recursos do orçamento da União para empreendimentos que, embora tenham menor viabilidade econômica no curto prazo, são importantes para a integração nacional e o desenvolvimento regional, de forma a contribuir para a redução das desigualdades e favorecer a coesão territorial do País.

É também continuado o efeito positivo dos novos mecanismos de gestão e contratação de obras públicas, dos quais se destaca a implantação do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, com reduções significativas nos tempos de licitação. Além disso, a capacidade de planejamento e gestão do Estado brasileiro tem sido recuperada por meio da consolidação de empresas como a Pré-Sal Petróleo S.A. e a Empresa de Planejamento e Logística – EPL, além das secretarias de Portos e Aviação Civil, todas elas responsáveis por uma guinada na capacidade do Estado de formular políticas públicas para seus respectivos setores.

ENERGIA ELÉTRICA

A matriz energética brasileira – reconhecida como uma das mais limpas do mundo – destaca-se por apresentar atualmente 41% de fontes renováveis (Hidrelétrica, Biomassa, Eólica e outras renováveis), conforme indicado a seguir. Os dados confirmam a posição de destaque do Brasil no cenário internacional, tendo em vista que a participação dessas fontes na matriz energética mundial corresponde a 13,4%.

GRÁFICO 25 – OFERTA DE ENERGIA POR FONTE – MATRIZ ENERGÉTICA



BRASIL Renováveis 41%

MUNDO Renováveis 13%

Fonte: Resenha Energética Brasileira, edição junho/2014
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assim como a matriz energética, a matriz elétrica brasileira também manteve uma elevada participação das fontes renováveis (Hidrelétricas, Eólicas, Biomassa e Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCH) correspondendo a 75% do total de energia elétrica gerada no País em 2014, enquanto no mundo esse índice encontra-se abaixo de 21%.

Importante destacar que o País continua a apresentar importantes avanços na construção de empreendimentos que visem tanto a expansão da oferta de energia elétrica, quanto a da capacidade de transmissão. Nos últimos três anos, por meio de metas e iniciativas constantes do PPA 2012–2015, considerando todas as fontes, estava prevista a incorporação de 24.739 MW de potência ao sistema elétrico brasileiro. Em 2014 entraram em operação 7.476,5 MW que, somados aos valores de 2012/2013 (9.366,3 MW), totalizam 16.842,8 MW, correspondendo a 68% do total previsto para o Plano. Assim, o Brasil atingiu o patamar de 133.913 MW de capacidade instalada de geração ao final de 2014.

Na geração de energia elétrica, destacam-se as obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio, com 96,6% de execução física, e Jirau, com 96,3%, ambas no Rio Madeira (RO). Atualmente, as usinas contam com 51 unidades geradoras, totalizando 3.636 MW de capacidade instalada. Merece destaque ainda a realização do leilão de expansão da UHE Santo Antônio, em 2014, que elevou sua capacidade de 3.150 MW para 3.568 MW. Como estratégia para garantir, de forma complementar, a segurança na geração de energia elétrica, ressalta-se a geração a partir de fontes térmicas interligadas ao Sistema Integrado Nacional – SIN. No Brasil, as usinas termelétricas – UTEs estão entre as principais alternativas de diversificação em um parque de geração de energia elétrica predominantemente hidráulico. Em 2014, entraram em operação 388,5 MW gerados a partir dessa fonte.

Visando atender à expansão do mercado de energia elétrica, foram realizados leilões para ampliar a capacidade instalada do parque gerador. Como resultado desses leilões destaca-se a contratação de 2.265,9 MW de energia eólica, em 88 novos projetos de parques eólicos, para um total de 8.229,1 MW contratados. Foram também negociadas três Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e doze termelétricas, sendo oito à biomassa, uma à carvão e três à gás natural. Merece destaque a primeira participação da fonte solar no leilão para contratação de energia de reserva realizado em outubro, e que obteve um deságio de 17,9% em 104 rodadas, caracterizando o certame como um dos mais disputados da história dos leilões no Brasil. Os resultados dos leilões realizados em 2014 reforçam a política do Governo Federal em investir de forma continuada em tecnologias ambientalmente sustentáveis, propiciando o aproveitamento dos potenciais regionais. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nos litorais da Região Sul e da Região Nordeste.

Esses avanços contaram com o trabalho de articulação intrasetorial e inter-setorial para a implementação de ações que visaram equacionar questões socioambientais. Somem-se a isso as atividades de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico que permitiram a emissão das licenças, bem como a administração de conflitos entre os órgãos e as comunidades afetadas. Como fruto dessas articulações, ocorreram propostas de melhorias no processo de licenciamento, tanto em aspectos legais, quanto

relacionadas à estruturação dos órgãos envolvidos, de forma a prepará-los para a demanda crescente dos investimentos em infraestrutura.

Além disso, ainda em 2014, foi elaborado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), que indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no horizonte decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico e socioambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor. Foram ainda realizados debates técnicos e públicos necessários para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050). O PNE 2050 apresentará os estudos prospectivos de demanda e oferta de energia que permitirão construir as alternativas de políticas energéticas vis-à-vis à hipótese de esgotamento dos recursos energéticos atualmente conhecidos e à modicidade tarifária.

No tocante à Transmissão da Rede Básica, entraram em operação, em 2014, 7.921,5 km de novas linhas e foram incorporados 7.619 MVA de capacidade de transformação ao SIN. Com esse resultado, o Sistema Integrado Nacional alcançou a marca de 125.149 km instalados. Destaca-se a conclusão das obras do segundo bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), da LT 600 kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2 C2, com 2.382 km de extensão, planejada para transportar a energia proveniente das usinas hidrelétricas do Rio Madeira para os grandes centros de consumo na Região Sudeste.

Um aspecto importante da política energética brasileira é a promoção da inclusão social por meio da universalização do acesso à energia elétrica. Essa iniciativa contribui para o desenvolvimento das comunidades atendidas e constitui um esforço contínuo das diversas esferas de governo, especialmente nas áreas rurais mais isoladas. No período 2012/2014 foram realizadas mais de 500 mil ligações de energia elétrica para quase dois milhões de pessoas que vivem no campo, em assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas. Desse total, cerca de 205 mil pessoas são beneficiárias do programa Brasil Sem Miséria.

PETRÓLEO E GÁS

A estratégia nacional para o setor tem sido pautada primeiramente por um amplo programa de investimentos que visam garantir a segurança energética por meio do atendimento da demanda interna. Somente nos empreendimentos do PAC 2 para o setor de Petróleo e Gás, investiu-se, no período 2012 a 2014, valores próximos a R\$ 150 bilhões nas áreas de pesquisa e infraestrutura para exploração, produção e transporte de petróleo e gás.

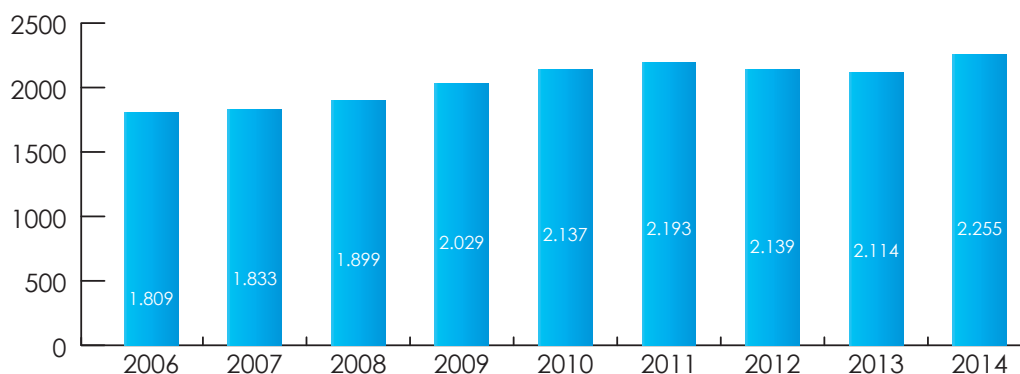
Os investimentos realizados em pesquisa e exploração vêm permitindo ao País manter a relação Reserva/Produção em patamares superiores a 20 anos, o que significa que as reservas são suficientes para cerca de vinte anos, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual. Espera-se que no próximo decênio as reservas provadas e a produção nacional de petróleo e gás natural sejam duplicadas, principalmente com a contribuição dos recursos descobertos na área do pré-sal. Prevê-se, para esse período, uma elevação da

participação do Brasil no mercado mundial de petróleo, atuando como exportador líquido do produto.

Além disso, complementarmente, busca-se a melhoria da eficiência operacional nos campos em produção, com vistas ao maior aproveitamento das reservas naturais e maior retorno do investimento já auferido nas bacias e campos maduros.

Como resultado dos investimentos e da melhoria da eficiência operacional, no ano de 2014 houve um incremento na produção de petróleo de cerca de 10% em relação a 2013, revertendo tendência de queda que ocorreu no biênio 2012 – 2013, conforme demonstra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 26 – PRODUÇÃO MÉDIA DE PETRÓLEO NO BRASIL – EM MILHARES DE BARRIS POR DIA



Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento, fruto dos investimentos realizados principalmente na área do pré-sal. No dia 16 de dezembro de 2014 registrou-se a marca histórica de 700 mil barris por dia (bpd) na área do pré-sal, apenas oito anos depois da primeira descoberta, ocorrida em 2006. Em 2014, o pré-sal já representou cerca de 25% da produção nacional de petróleo.

Damesma forma, a produção nacional de gás tem avançado substancialmente nos últimos anos. Passou-se de um patamar de cerca de 65,9 milhões de m³/dia, em 2011, para 87,4 milhões de m³/dia, em 2014, crescimento de aproximadamente 33% em três anos. Apesar disso, devido ao aumento expressivo da demanda interna, fomentada principalmente pelo acionamento de usinas termelétricas, a importação de gás saltou de 28,5 milhões de m³/dia em 2011 para 52,9 milhões de m³/dia em 2014, crescimento de 85,6% nesse período.

Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio prazo, ampliar a exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do País.

Outro foco da estratégia nacional para petróleo e gás tem sido a ampliação da governança do setor, por meio da ênfase no planejamento e na gestão. Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa de Pesquisa Energética

(EPE) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retomaram os trabalhos de atualização necessários à publicação da versão 2014 do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás", prevista para o final de 2015. A versão atual, publicada em 2013, consiste numa base de informações georreferenciadas que mapeia zonas de importância relativas ao desenvolvimento econômico do setor petrolífero em cada região brasileira, constituindo-se, assim, numa importante ferramenta para o planejamento do setor. Também deverá ser publicada em 2015 a segunda edição do Plano Decenal de Expansão da Malha Dutoviária de Transporte de Gás Natural – Pemat, que abrangerá o horizonte 2015 – 2024. A primeira edição foi publicada em 26 de março de 2014 por meio da Portaria MME nº 128/2014.

Quanto às rodadas de licitações, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução para que a ANP possa realizar a 13ª rodada para blocos exploratórios de petróleo e gás natural. Essa rodada tem o objetivo de assegurar as atividades exploratórias em bacias maduras e atrair investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras. Visa, também, manter a produção no médio e longo prazo a partir da oferta de áreas de elevado potencial, além de estimular a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção, por meio da oferta de campos marginais.

No âmbito da política de desenvolvimento industrial, destacam-se a política de conteúdo local, que foi aplicada nos contratos assinados nas rodadas de licitações, e o fomento e a expansão da indústria naval, articulada com um conjunto de iniciativas voltadas para a implantação e consolidação de polos industriais, com repercussão distribuída no território. O foco tem sido o fortalecimento da governança e da articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de cinco territórios precursores, sede dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Suape (PE), Vale do Aço (MG), Maragogipe/Entorno (BA), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ/RJ e Rio Grande (RS). Estão em andamento planos de ação que contemplam uma ampla agenda de desenvolvimento, a qual abrange aspectos de infraestrutura, meio ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão.

No que se refere ao marco regulatório de petróleo e gás, cabe destacar a proposição pelo MME, por meio da Portaria MME nº 317/2013, da construção de Gasoduto de Transporte entre os municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se da primeira licitação de um gasoduto sob o regime de concessão no País, o que deverá ocorrer em 2015.

Ainda em relação ao marco regulatório, o CNPE aprovou a contratação direta da Petrobras para a exploração do volume excedente de óleo em quatro campos de petróleo do pré-sal, em Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi. Estudos feitos nos últimos anos apontam que a capacidade de produção desses campos é bem superior aos 5 bilhões já concedidos por meio da cessão onerosa, e são estimados entre 10 a 14 bilhões de barris adicionais.

Em relação às participações governamentais, como consequência das alterações das regras para distribuição das receitas dos *royalties* e das participações especiais, aprovadas pela Lei nº 12.858/2013, a qual destina recursos, das parcelas da União, Estados e municípios, diretamente para as áreas de educação e de

saúde, destinou-se, em 2014, R\$ 2,9 bilhões para o Fundo Social. Desse total, 50% serão alocados diretamente à educação e à saúde, conforme regras definidas na referida Lei.

COMBUSTÍVEIS

Para cumprir com os objetivos da política nacional de energia no segmento de combustíveis e as prioridades estabelecidas pelo governo, definiu-se uma série de diretrizes, objetivos e metas para o setor, que demonstra a estratégia utilizada para, em última análise, garantir o atendimento da demanda interna, com preço e qualidade adequada. Para isso, a política está estruturada de forma a priorizar a implantação e adequação de infraestrutura, incrementar o uso de biocombustíveis e promover a sustentabilidade na produção e fornecimento de produtos e serviços.

No período 2012 – 2014, a política para o setor de combustíveis tem surtido efeitos positivos com a melhoria da qualidade dos combustíveis (a exemplo do diesel S-10, que substituiu o diesel S-50 a partir de janeiro de 2013, e da gasolina de baixo teor de enxofre – S-50, que passou a ser obrigatória em todos os postos desde janeiro de 2014) e a elevação dos percentuais de biodiesel no diesel convencional. Avançou-se também no desenvolvimento de novos biocombustíveis, com o início da produção comercial do etanol de segunda geração, estabelecimento das especificações e testes para a introdução do bioquerosene de aviação e iniciativas para o aproveitamento energético do biogás. Está em andamento ainda um amplo programa de investimentos que visa expandir e modernizar o parque de refino e otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis.

No que se refere ao processamento de petróleo, a média em 2014 foi 2,10 milhões de barris de petróleo por dia (bpd), e a meta para 2015 é atingir 2,20 milhões bpd. Destaca-se, nessa área, a entrada em operação, em dezembro de 2014, do Trem 1 da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com capacidade para processar 230 mil barris de petróleo por dia, e a construção de um trem de refino de 165 mil bpd no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, com 82% da obra realizada.

O consumo total de derivados de petróleo tem apresentado crescimento contínuo ao longo dos últimos anos, principalmente como reflexo do aumento da frota nacional de veículos.

No período do PAC 2, foram concluídas as obras de modernização do parque nacional de refino e de melhoria da qualidade de combustíveis, com investimentos de mais de R\$ 20 bilhões nos quatro anos.

Ainda em relação à infraestrutura, segue em andamento um conjunto de medidas visando otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores. Destaca-se a ampliação da capacidade de armazenamento e de transporte dutoviário e, em especial, a conclusão de dois trechos do Sistema de Logística de Etanol, que tem o objetivo de escoar a produção das áreas de expansão de cana em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para o município de Paulínia e o porto de Santos.

A produção de Etanol para a safra 2014/2015 foi 3,3% superior ao registrado na safra anterior, apesar da estiagem e das elevadas temperaturas registradas em quase todas as regiões produtoras no primeiro trimestre de 2014. Esse pequeno aumento foi impulsionado pelo crescimento da demanda de combustíveis, fruto da ampliação da frota de veículos leves dos últimos anos.

A introdução da tecnologia *flex fuel* em 2003 modificou a dinâmica do mercado de combustíveis automotivos no País, colocando nas mãos do consumidor o poder de decisão quanto ao consumo de etanol ou de gasolina. As variações de oferta de etanol e dos preços relativos com a gasolina modulam o consumo desses combustíveis.

Ainda em relação ao etanol, está em implementação a tecnologia do etanol de segunda geração – o Etanol 2G –, elaborado a partir de celulose. O diferencial dessa tecnologia é o aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar e da palha, o que permite um aumento na produção de até 40% sem necessidade de ampliar a área plantada com canavial, trazendo mais produtividade, eficiência e sustentabilidade no ciclo de produção. Já está em operação desde setembro de 2014 a unidade industrial da empresa GranBio, em São Miguel dos Campos (AL), que é a primeira fábrica de etanol celulósico em escala comercial do Hemisfério Sul e que tem capacidade de produção de 82 milhões de litros do biocombustível por ano. Uma outra unidade de produção de etanol 2G, da empresa Raízen, foi construída em Piracicaba (SP) e produzirá 40 milhões de litros/ano. Ambos os empreendimentos foram financiados pelo Plano Conjunto BNDES–Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – Paiss. A Petrobras, por sua vez, tem projeto em andamento para implantação de uma unidade industrial com o uso dessa tecnologia.

Quanto ao biodiesel, o Brasil está hoje entre os quatro maiores produtores e consumidores do mundo. Possui aproximadamente 56 usinas, sendo 44 delas detentoras do Selo Combustível Social. Esse selo é um importante mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Espera-se que com a edição da Lei nº 13.033/2014, que aumentou a mistura de biodiesel no óleo diesel de 5% para 7%, haja aumento na participação do número de agricultores familiares na cadeia do biodiesel, prejudicado, em parte, pela seca ocorrida em 2012.

MINERAÇÃO

Dada a importância do Setor Mineral, o arcabouço jurídico que norteia a atividade precisa ser discutido com toda a sociedade, resultando num Marco Regulatório que avance em relação ao que atualmente existe e garanta a segurança jurídica capaz de consolidar e atrair novos investimentos bem como assegure a exploração mineral respeitando o meio ambiente e com distribuição dos seus resultados econômicos de forma mais justa.

Assim, a proposta apresentada pelo Poder Executivo (Projeto de Lei nº 5.807/13) está em discussão e análise no Congresso Nacional, devendo consolidar-se como o

“Marco Regulatório da Mineração” que irá permitir que o setor continue a contribuir de forma significativa para o atendimento das demandas minerais internas do Brasil e, cada vez mais, com a balança comercial, com o aumento e diversificação das exportações.

O País vem intensificando, desde 2003, os levantamentos geológicos básicos, com desenvolvimento de projetos de cartografia geológica em todo o território nacional, acompanhados de um ambicioso programa de levantamentos aerogeofísicos, essencial para o desenvolvimento de atividades minerárias e atração de novos investimentos. Destacam-se no período de 2012 a 2014, no que se refere ao conhecimento geológico do território nacional, as seguintes realizações: levantamentos geológicos (aproximadamente 800 mil km² mapeados); monitoramento hidrológico de sete bacias experimentais; levantamentos geológicos marinhos; levantamentos aerogeofísicos e geoquímicos; estudos e mapeamentos; levantamentos da geodiversidade (11 mapas elaborados no entorno de grandes obras do PAC e novos aquíferos); implantação dos Centros de Informações Geocientíficas – CIG (13 unidades implantadas), da Rede de Litotecas (sete das dez unidades inicialmente previstas para o armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e da Rede de Laboratórios de Análises Minerais – Lamin (quatro laboratórios implantados que, de janeiro a setembro de 2014, realizaram 29.904 determinações analíticas).

No âmbito do Conselho de Competitividade e do Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior são organizadas e articuladas diversas agendas estratégicas que visam ampliar as potencialidades e a agregação de valor do setor mineral brasileiro como, por exemplo, os estudos para viabilizar a implantação da cadeia produtiva integrada de elementos terras-raras (ETRs), com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas e aproveitamento econômico desses minerais no médio e longo prazos. Outro exemplo são os estudos para a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTMs, que visam permitir o desenvolvimento social e econômico a partir da mineração (e cadeias produtivas associadas) em áreas de relevante interesse mineral. Em 2014, dois dos seis produtos contratados (relatórios técnicos do estudo) foram entregues.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

Um sistema de transportes bem-sucedido deve ser eficiente, seguro, ambientalmente sustentável e capaz de alcançar todo o território nacional. Atingir tais objetivos é um imenso desafio, ainda mais para um país da dimensão do Brasil, marcado por expressivas desigualdades regionais e de renda, e que até recentemente recebeu investimentos aquém do necessário para sua adequada expansão. Na busca de se definir a estratégia de atuação do Estado para o setor, tem se buscado compreender os principais dilemas que o afetam, de modo a encontrar soluções que atendam a todos os públicos.

Um dos principais temas que têm permeado a discussão sobre políticas de transportes é o surgimento de novas fronteiras de produção agrícola e extrativismo mineral, com vistas à exportação. Estas têm demandado o surgimento de novas rotas de saída, que não sobrecarreguem os portos da região centro-sul. No entanto,

é fundamental que o atendimento de tais necessidades leve em consideração tanto as populações locais afetadas pelos novos empreendimentos como os potenciais gerados pela construção da nova infraestrutura, que podem levar à redução das desigualdades entre as regiões do País. Além disso, o Estado brasileiro deve atender outros públicos usuários de transporte: agricultura familiar, indústria (tanto para exportação como para consumo local) e passageiros. Em relação a estes últimos, ressalta-se a importância do continuado investimento na infraestrutura de aviação civil e a retomada do modo ferroviário como alternativa, particularmente para o transporte metropolitano e o regional, bem como do transporte hidroviário para a região amazônica.

A ainda excessiva dependência do modo rodoviário tem onerado pesadamente a cadeia logística brasileira, sem contar os efeitos negativos em segurança nas estradas e emissão de poluentes. Assim, torna-se fundamental o fomento a modos mais eficientes para o transporte de *commodities* e cargas de maior volume: ferrovias, hidrovias e navegação de cabotagem. Isso não quer dizer, porém, que o modo rodoviário será desconsiderado da estratégia; ele permanece com o papel fundamental de integração nacional, até por conta da sua capilaridade. No entanto, a melhoria do planejamento do setor e os novos empreendimentos em projeto/construção devem levar a um sistema de transportes multimodal que concilie a flexibilidade e alcance das rodovias com a eficiência e baixo impacto ambiental dos outros modos.

Outro tema fundamental da política de transportes é a segurança. Apesar de quedas recentes, os números de acidentes e mortos nas rodovias ainda são significativos. Assim, é importante a diversificação dos modos de transporte (diminuindo o número de caminhões nas estradas), mas também é fundamental o aperfeiçoamento dos marcos legais e o investimento em fiscalização, melhorias nas condições das rodovias (particularmente duplicações e sinalização) e segregação do tráfego urbano e de longa distância (por meio de contornos e travessias).

O Brasil ainda tem regiões pouco povoadas e de difícil acesso. Para essas áreas há baixa atratividade para a iniciativa privada investir em infraestrutura, exigido empenho do Estado para mitigar as desigualdades regionais e identificar os modos de transporte mais adequados para cada situação. Na Amazônia, por exemplo, a necessidade de se preservar a floresta e evitar o avanço no desmatamento indica para soluções envolvendo o transporte hidroviário e o aéreo. Já no caso da integração sul-americana, é necessária uma atuação tanto no sentido de prosseguir na execução dos projetos da carteira IIRSA/Cosiplan, mas também avançar nas questões regulatórias, legais e aduaneiras que impedem uma maior integração entre os países da região.

De modo a mobilizar a iniciativa privada no processo de ampliação e manutenção da infraestrutura logística do País, o Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística – PIL, caracterizado pela concessão à iniciativa privada de diversos elementos de infraestrutura de transportes. No caso das rodovias, adotou-se o modelo em que a empresa que oferecer o menor valor de pedágio (dentro de um limite preestabelecido) é a vencedora do certame. Adicionalmente, a concessionária deve cumprir uma série de obrigações durante o contrato de concessão, notadamente a duplicação do trecho concedido no prazo

de cinco anos, com a cobrança do pedágio permitida somente após 10% das obras de duplicação concluídas, e com execução de melhorias, tais como viadutos, travessias urbanas, passarelas, entre outras. Em 2014, ocorreu a assinatura dos contratos referentes aos trechos concedidos em 2013. As empresas ganhadoras dos certames já iniciaram as obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Além disso, já foram instalados centros de atendimento ao usuário, houve melhoria na sinalização, entre outro. Adicionalmente, quatro trechos adicionais de rodovias estão em fase de estudos para concessão: BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis (MT) – Jataí (GO) – Goiânia (GO) (703,7 km); BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba (PA) (976,0 km); BR-364/GO/MG, Jataí (GO) – Entroncamento BR-153/MG (Comendador Gomes) (439,2 km) e BR-476/153/282/480, Lapa (PR) – Divisa SC/RS, passando por Chapecó (SC) (493,3 km).

Em relação ao modal aeroportuário, é de se ressaltar o sucesso na operação dos aeroportos concedidos, particularmente no período da Copa do Mundo, em que o índice de atraso médio foi de 6,94% (atraso acima de 30 minutos), inferior ao registrado em 2013 nos países da União Europeia (7,6%). Além disso, o crescimento do número de passageiros transportados foi 6,61% no ano de 2014, acima do crescimento do PIB no mesmo período. No contexto das concessões realizadas nos principais aeroportos do País, a Secretaria de Aviação Civil trabalha na definição dos próximos aeroportos a serem concedidos a partir de 2015.

Quanto ao modal ferroviário, prossegue a discussão relativa ao modelo a ser adotado para as novas concessões ferroviárias, sendo alternativas a adoção do chamado “modelo aberto”, que permitia a concorrência entre operadores ferroviários no mesmo trecho, o modelo vertical, já adotado nas concessões antigas, ou ainda soluções alternativas ou híbridas. Em 2014, o Governo Federal autorizou a publicação de Editais de Chamamento Público a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) para a realização de estudos para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Anápolis/GO – Corinto/MG; Belo Horizonte/MG – Guanambi/BA; Estrela D’Oeste/SP – Dourados/MS; Sapezal/MT – Porto Velho/RO; e Sinop/MT – Miritituba/PA. Assim que os estudos estiverem concluídos e as questões regulatórias estiverem definidas, tais trechos serão licitados para concessão.

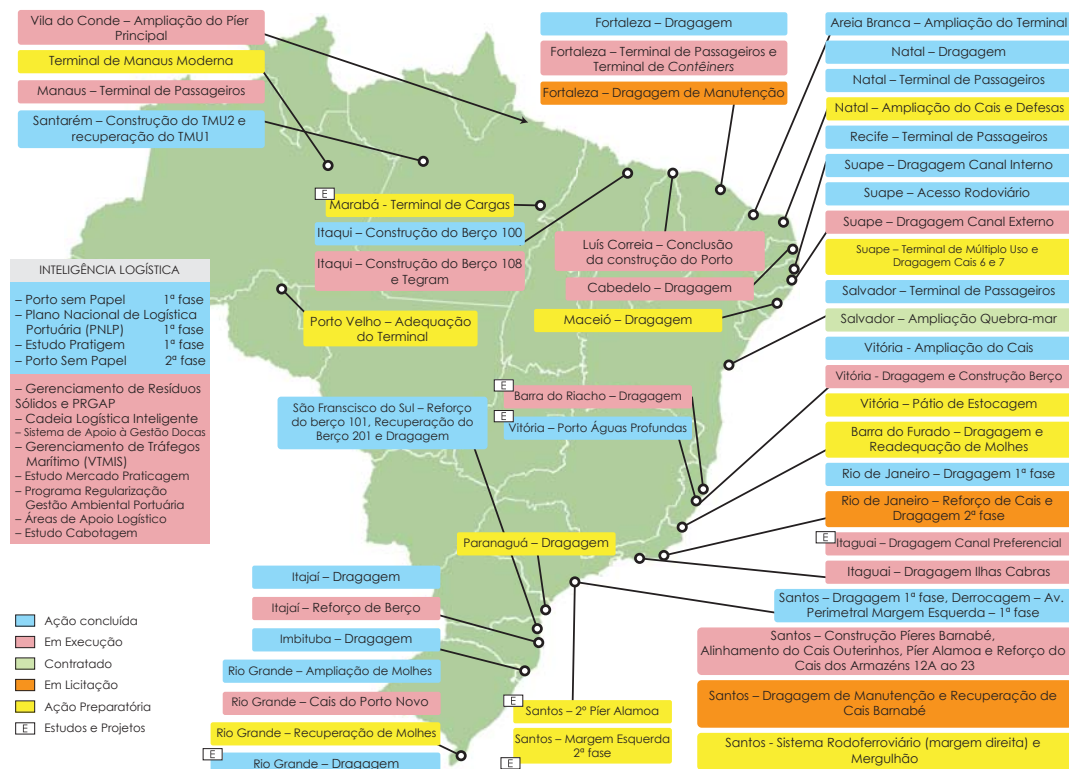
No setor portuário, a aprovação do novo marco regulatório estimulou a expansão nos investimentos, uma vez que se permitiu que os Terminais de Uso Privado – TUPs operem cargas de terceiros. Espera-se com isso estabelecer um novo patamar para as operações dos portos públicos e privados, com vistas a reduzir os custos de transportes e, portanto, tornar as exportações brasileiras mais competitivas. Em 2013 e 2014 foram autorizados 34 terminais, com investimentos previstos ao redor de R\$ 10 bilhões. Adicionalmente, como forma de ampliar a capacidade dos portos públicos estruturados, o governo criou o Programa de Arrendamentos Portuários, que visa à celebração de contratos de arrendamento para áreas localizadas dentro dos portos organizados. Esse programa, dividido em quatro blocos, compreende o arrendamento de 85 terminais portuários espalhados pela orla brasileira, e está sob avaliação do Tribunal de Contas da União desde 2013.

Adicionalmente ao investimento privado, continuou-se a estratégia de investimentos da União em infraestrutura. Em 2014, importantes empreendimentos

financiados pelo programa foram concluídos: no modal rodoviário foram adequados e duplicados 1.033 km e construídos 340,8 km, incluindo obras relevantes para o aperfeiçoamento dos corredores logísticos nacionais, tais como as BR-163 e BR-230 no Pará, a BR-101 em vários Estados da Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, as BR-163 e BR-158 no Mato Grosso, entre outras. Além disso, na busca de segregar o tráfego urbano do de longa distância, diminuindo engarrafamentos e aumentando a segurança, foram concluídas as obras da travessia de Lages (SC) e do viaduto do DAIA em Anápolis (GO), sendo que vários outros contornos e travessias estão em construção. No intuito de aprimorar a integração entre os modais, foi concluído o acesso ao porto de Itaguaí (RJ).

Em relação aos portos e hidrovias, foram concluídos projetos de dragagem em Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), entre outros, além do término da construção do terminal de passageiros em Natal (RN) e o alinhamento de 512 metros do cais de Outeirinhos em Santos (SP). Várias Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) foram disponibilizadas na região da Amazônia, e prosseguiu-se com ações de sinalização, balizamento, destocamento, dragagem, batimetria e elaboração de cartas náuticas para aproximadamente 6.000 km de hidrovias federais. Além disso, no contexto do Plano Hidroviário Estratégico, foram concluídos três Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEAs para os corredores hidroviários Madeira – Mamoré – Guaporé, Paraná – Tietê e Parnaíba, com outros seis estudos ainda em andamento.

FIGURA 7 – EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS NO PAC 2

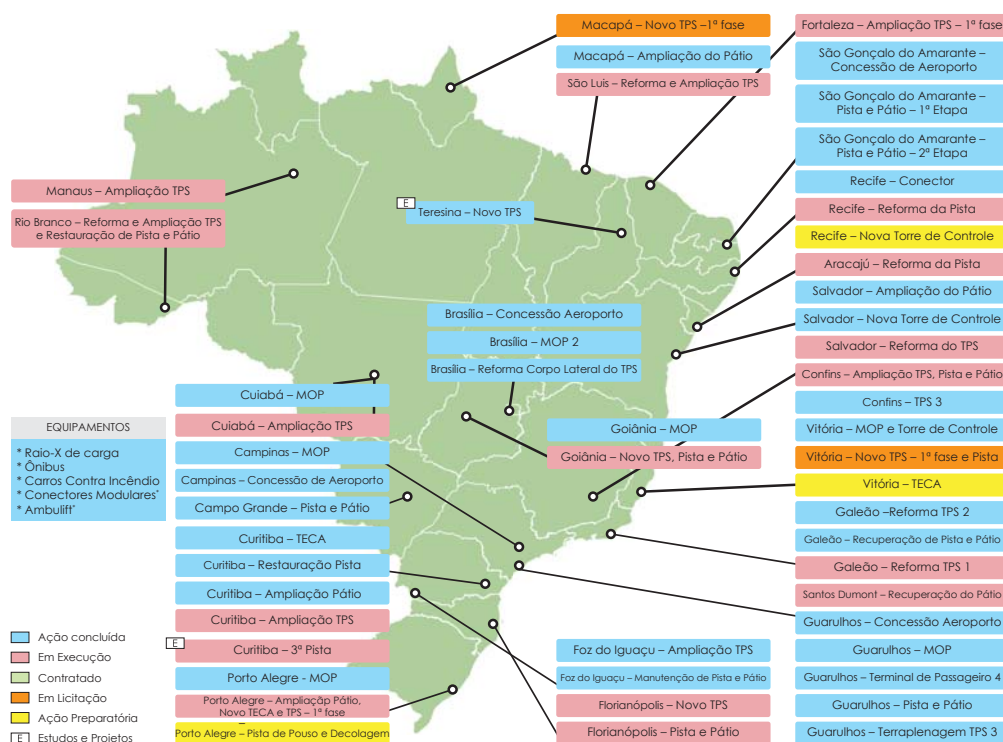


Fonte: 11º Balanço do PAC

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

Na aviação civil destacam-se as obras de recuperação, manutenção, revitalização ou ampliação de sistemas de pistas e pátios nos aeroportos de Curitiba (PR), Rio Branco (AC) e Campina Grande (PB); obras de reforma e ampliação de terminal nos aeroportos de Manaus (AM), de São Luís (MA), Cuiabá (MT) e São José dos Campos (SP); construção de infraestrutura de torre de controle em Macaé (RJ) e instalação de sistema de torre de controle em Vitória (ES). Em relação aos investimentos em aeroportos regionais, lançados no final de 2012, foram elaborados em 2014 os projetos executivos padrão e os Estudos de Viabilidade Técnica e Estudos Preliminares dos aeroportos envolvidos. Atualmente, o programa se encontra em fase de conclusão dos anteprojetos para, em 2015, iniciar as obras e a aquisição dos equipamentos necessários.

FIGURA 8 – INTERVENÇÕES EM AEROPORTOS NO PAC 2



*previsto para 31/12/2014

Fonte: 11º Balanço do PAC

Além das obras propriamente ditas, vários projetos implantados nos últimos anos, e que tiveram sequência em 2014, estão melhorando a eficiência e a segurança do sistema logístico como um todo. No setor portuário, o Programa Inteligência Logística Portuária prosseguiu na implantação dos seus componentes: Porto Sem Papel (simplicificação dos procedimentos burocráticos e redução no tempo das anuências); Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações (VTMIS) – monitoramento ativo do tráfego aquaviário; Cadeia Logística Portuária Inteligente (agendamento dos veículos que vão carregar/descarregar nos portos, reduzindo

filas e congestionamentos); e a adoção de um sistema de apoio à gestão dos portos. No setor aéreo, destaca-se o sucesso da Operação Copa do Mundo 2014, organizada no âmbito da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias – Conaero, que garantiu a segurança e a tranquilidade de milhares de passageiros durante a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no que diz respeito à segurança dos passageiros, disponibilização de informações para os turistas e baixos índices de atraso e cancelamento de voos. Além disso, houve uma redefinição no procedimento de alocação de horários de chegadas e partidas (*slots*) em aeroportos, o que possibilitou alocação de mais *slots* para empresas aéreas entrantes, permitindo uma maior concorrência entre as empresas e uma maior disponibilidade de serviços para os passageiros.

No modal rodoviário, prosseguiu-se com a implementação do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV, com 747 equipamentos entrando em operação em 2014, e do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-Legal, com 91 contratos assinados em 2014, referentes a 48.000 km de rodovias. Ambos os programas colaboram com a redução no número de acidentes, tanto ao evitar casos de excesso de velocidade como ao melhorar a sinalização nas rodovias federais.

Em relação aos marcos legais, destaca-se em 2014 a definição de diretrizes do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), que objetiva aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte, com prioridade aos residentes nas regiões menos desenvolvidas do País; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil e facilitar o acesso a regiões com potencial turístico. Assim, por meio de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC, serão subsidiadas passagens de voos que tenham como destino aeroportos com fluxo anual de passageiros menor que 600 mil passageiros/ano (800 mil na região amazônica). No setor ferroviário, foi publicada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT a regulamentação da figura do Operador Ferroviário Independente (OFI), elemento fundamental para a operacionalização do modelo horizontal de ferrovias previsto no PIL.

COMUNICAÇÕES

No setor de comunicações a inclusão digital se apresenta como elemento central para a concretização de direitos fundamentais como a comunicação, a educação e a cultura, condição necessária para a efetiva inclusão social, além de criar condições de competitividade para que o País seja atuante na produção de conteúdos digitais criativos e na provisão de serviços de Tecnologias de Informação e Conhecimento – TIC.

As estratégia de inclusão digital foca na expansão do acesso à internet banda larga – tanto pelas medidas de estímulo quanto pela expansão da infraestrutura; na expansão da oferta dos serviços (telefonia móvel, especialmente a ampliação da telefonia celular 4G, radiodifusão, TVs por Assinatura, TV Digital e serviços postais, incluindo a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais); na revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem o estímulo à diversidade, à pluralidade e à competição entre meios e agentes da área de

comunicações; e na promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL visa, assim, implementar medidas de estímulo do Governo Federal, de forma a atender 42 milhões de domicílios com Internet banda larga de qualidade. Dentro do programa foram tomadas várias ações, como a desoneração da implementação de redes de telecomunicações, a criação de um plano de acesso à Internet com preços mais acessíveis, a redução dos impostos sobre *smartphones*, entre outras medidas.

Tendo em vista a importância da ampliação do acesso em fibra óptica e à Internet em banda larga para o desenvolvimento do país, o Programa Cidades Digitais tem como objetivo viabilizar a conexão para comunidades ainda hoje excluídas destas tecnologias, por meio da instalação de pontos públicos para uso livre e gratuito. Diante desta perspectiva foram realizadas duas chamadas públicas para este programa: uma em 2012 (projeto piloto), que possibilitou o acesso para 77 municípios, prioritariamente das regiões Norte e Nordeste e para cidades com menos de 50 mil habitantes, e a outra em 2013 (PAC 2), com a seleção de 262 prefeituras, sendo dada preferência para locais com até 50 mil habitantes e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Até 31 de dezembro de 2014, o Ministério das Comunicações autorizou 37,61% das emissoras de TV e RTV, com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica, a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 4.173 consignações de um universo de 11.094 estações outorgadas. A nova plataforma de TV digital irá possibilitar o recebimento da imagem em alta resolução, sem os chuveiros e sombras comuns na tecnologia analógica. O sistema utilizado no Brasil, fruto de cooperação com o governo japonês, também foi adotado em 12 países da América do Sul e Central, como Peru, Argentina, Chile, Venezuela, Costa Rica, Paraguai, Equador e Nicarágua.

Em 2014, foram estabelecidos, respectivamente, o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão e as condições para o desligamento da transmissão analógica dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, que tiveram como objetivo principal a garantia do acesso à tecnologia digital pela população, bem como a diminuição do impacto causado pela transição para o sistema digital.

Para o dia 29 de novembro de 2015 está previsto um piloto na cidade de Rio Verde, em Goiás. A partir de abril de 2016, inicia-se de fato o processo de desligamento. O cronograma será concluído em novembro de 2018. Um dos benefícios da digitalização da TV será a liberação da faixa de 700 MHz. Essa faixa vai ser usada para expandir o serviço de telefonia e internet 4G no Brasil, que possibilitará cobertura de grandes áreas com o uso de menos antenas, o que permitirá levar os serviços de telecomunicações inclusive às áreas rurais, a um custo menor.

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) é outra iniciativa importante que tem por objetivo levar conexão para espaços e equipamentos públicos, entre telecentros, bibliotecas, órgãos governamentais, escolas, postos de saúde e postos de fronteira, localizados em áreas com dificuldades

de acesso à Internet. De 2008 a julho de 2014 foram mantidos, por contratos de conexão, mais de 13 mil pontos de presença, e em agosto de 2014, foi realizada licitação que tomou por base uma Ata de Registro de Preços, que permite a cada órgão federal interessado aderir a essa ata e ao mesmo tempo formalizar e gerir seus próprios contratos. O Ministério da Saúde aderiu à Ata, tendo contratado, até dezembro de 2014, 11.424 pontos de presença, destinados à conexão de Unidades Básicas de Saúde (UBS). O Ministério das Comunicações contratou, até o final de 2014, o total de 7.918 pontos de presença mantidos em telecentros, bibliotecas, postos de fronteira e espaços diversos de uso público, que desenvolvem ações de inclusão digital em áreas remotas ou em áreas de exclusão social com problemas de acesso à Internet.

Como forma de promover a Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos (PNCDC) foi realizado, em 2014, concurso para seleção de projetos de desenvolvimento de aplicativos e de jogos sérios de interesse público – INOVApps, como forma de estimular o desenvolvimento nacional de novos *apps* e *games* com a distribuição de prêmios no valor total de R\$ 4,5 milhões. Ao todo foram selecionados 25 aplicativos e 25 jogos eletrônicos de utilidade pública, dentre eles, três aplicativos e um jogo sério para o *middleware* Ginga.

No âmbito do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil), foram capacitados 40 profissionais das emissoras públicas contempladas com laboratórios de testes de conteúdos interativos para TV Digital. Destaca-se também a implementação de melhorias no repositório de conteúdos digitais interativos para a oferta de aplicativos aos beneficiários do Programa Bolsa Família, além da criação de um protótipo de uma rede experimental de distribuição de conteúdos (CDN) que poderá abarcar, inclusive, o próprio repositório, podendo ser estendida também a outros órgãos e entidades do Governo Federal.

No que diz respeito à inovação tecnológica, merece destaque o lançamento do Edital do Programa Inova Telecom, chamamento público conjunto mediante parceria entre Finep, BNDES e Ministérios das Comunicações; da Ciência, Tecnologia e Inovação; e da Saúde, que objetiva apoiar planos de negócios que contemplem a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica nas empresas brasileiras da cadeia de telecomunicações. O Inova Telecom prevê, para o período de 2014–2018, investimento total da ordem de R\$ 1,5 bilhão, tendo em 2014 sido iniciada a contratação dos projetos aprovados pelo edital.

Como reflexo desse conjunto de ações, os serviços de telecomunicações vêm evoluindo significativamente. Do início de 2012 a novembro de 2014, a quantidade de acessos de TV por Assinatura cresceu 55%, chegando a 19,8 milhões. A banda larga fixa aumentou 43%, para 24,3 milhões de acessos. A telefonia fixa, que vem perdendo espaço para a móvel, cresceu apenas 5%, mas alcançou uma base de 45,0 milhões de acessos. Em relação aos serviços móveis (pessoal e especializado), no mesmo período, o incremento foi de 18%, chegando a 290,3 milhões de acessos. Entretanto, a banda larga móvel (acessos 3G e 4G) aumentou 294%, chegando a 152,3 milhões.

Em janeiro de 2014, foi iniciada a construção do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas operado pela Telebras, provendo conectividade em banda larga a todo o Brasil, principalmente em regiões não

atendidas por fibra óptica ou rádio micro-ondas, por meio da banda Ka. Outra função do satélite é servir de suporte a comunicações estratégicas relacionadas à defesa nacional. Nesse caso, a operação será realizada por meio da banda X, de uso exclusivo militar, e gerenciada pelo Ministério da Defesa. A previsão é que o satélite seja lançado no final 2016.

Por fim, destaca-se a aprovação do Regulamento dos Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, um marco na busca por mais transparência nas relações de consumo no setor e ampliação dos direitos de quem utiliza serviços de telecomunicações no Brasil. O consumidor passou a dispor de direitos como o cancelamento automático de contratos pela Internet, retorno das ligações de *call centers* que não foram concluídas, facilidade para contestar cobranças, validade mínima de 30 dias para crédito de celular pré-pago e aplicação igual das promoções para novos e antigos assinantes.

DISPONIBILIDADE HÍDRICA

A política de infraestrutura do País contempla atuações para assegurar a oferta de água necessária ao desenvolvimento socioeconômico nacional. Atualmente, os sistemas integrados de abastecimento de água, comumente associados às grandes obras de infraestrutura hídrica, abastecem cerca de 800 cidades (14% do total de municípios brasileiros), beneficiando uma população de aproximadamente 78 milhões de pessoas²¹. São particularmente utilizados nas regiões metropolitanas e no Semiárido brasileiro, locais em que a demanda por água excede a oferta assegurada pelos mananciais mais próximos. Com o crescimento das cidades brasileiras e o esgotamento do potencial de aproveitamento de muitos mananciais locais, a tendência é de aumento da participação dos sistemas integrados no abastecimento nacional.

Ao longo do PAC, foram investidos mais de R\$ 12 bilhões em diversas obras e estudos dessa natureza, com foco na Região Semiárida brasileira, contemplada com infraestrutura hídrica em todos os seus Estados. Nesse sentido, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Pisf. A obra, que contribuirá para a oferta de água e segurança hídrica a 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, encontra-se com todas as suas etapas contratadas. Os Eixos Norte e Leste atingiram em 2014 mais de 69% de execução física, e empregam cerca de 11 mil trabalhadores. Outro resultado importante no Pisf foi o início do bombeamento na primeira estação do Eixo Leste, em outubro de 2014, captando águas do Rio São Francisco e elevando a 61,8 metros, até o Reservatório Areias, no município de Floresta, em Pernambuco.

Cabe ressaltar a conclusão, em 2014, do Trecho V do Eixão das Águas, no Ceará, interligando o Açude Gavião ao Complexo Industrial e Portuário de Pecém. Esse trecho da obra compreende 57 km e é composto por adutoras, estações elevatórias e reservatórios. Possui o objetivo de garantir abastecimento para a região e também ser aproveitado pelos complexos industriais existentes. Abrange os municípios cearenses de Pacatuba, Maracanaú, Caucaia e São Gonçalo do Amarante. O Eixão das Águas, em todas as suas etapas, beneficiará 4,2 milhões de

21 Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água – Panorama Nacional. Agência Nacional de Águas, 2010.

habitantes.

Também em 2014, destaca-se a conclusão da 1ª etapa da Adutora Pajeú, com 197 km, para fins de abastecimento humano, composta de captação no Lago de Itaparica, em Floresta, estações de bombeamento, reservatório e tubulações até Afogados da Ingazeira. Essa etapa beneficiará cerca de 177 mil pessoas.

Em atenção à grave crise hídrica na Região Sudeste, o Governo Federal apoiará dois empreendimentos com foco no abastecimento humano e que contribuirão para garantir a segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. O primeiro é a execução do Sistema Produtor São Lourenço, em São Paulo. A obra será realizada por meio de Parceria Público-Privada (PPP). O investimento é da ordem de R\$ 2,6 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões de financiamento. Desse total, aproximadamente R\$ 1,82 bilhão é financiado pela Caixa Econômica Federal e R\$ 522,8 milhões por bancos privados. A contrapartida da empresa Sistema Produtor São Lourenço é de R\$ 261,2 milhões. A ampliação e a readequação do sistema de abastecimento municipal beneficiarão cerca de 1,5 milhão de habitantes nos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Santana do Parnaíba e Vargem Grande Paulista, localizados na Região Metropolitana de São Paulo.

O segundo empreendimento, que receberá apoio do Governo Federal, é a transposição de água do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, por meio da interligação entre as represas Jaguari (RJ) e Atibainha (SP). As obras estão estimadas em R\$ 830,5 milhões, sendo R\$ 747,4 milhões de financiamentos e R\$ 83 milhões de contrapartida. A interligação aumentará, em média, a disponibilidade de água no Sistema Cantareira em 5,1 metros cúbicos por segundo, e irá reforçar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo.

A estratégia que vem sendo empreendida pelo Governo Federal para universalização do acesso à água consiste em aliar essas intervenções de infraestrutura de maior magnitude com a construção de sistemas isolados de abastecimento e, ainda, com ações para o atendimento à população rural difusa, realizada por meio da implementação de tecnologias sociais (cisternas, barreiros e sistemas simplificados de abastecimento), no âmbito do Programa Água para Todos. Esse programa disponibilizou, até o final de 2014, 780 mil cisternas de consumo, e mais de 100 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais.

De maneira geral, a garantia da disponibilidade hídrica do País, em especial na região do Semiárido, se baseia: i) na ampliação da oferta de água, por meio de obras de captação, adução e reservação; ii) na recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas existentes, a fim de propiciar maior eficiência aos sistemas e prolongar-lhes a vida útil; e iii) em intervenções para assegurar a qualidade das águas brasileiras, por meio da revitalização de bacias hidrográficas, ação que envolve a expansão da rede de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, o controle de processos erosivos de rios, a revegetação, a execução de obras para estabilizar margens, a proteção de encostas e a recomposição da mata ciliar.

Cumpra mencionar também que está em elaboração o Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH, importante instrumento de planejamento, que deverá apontar um rol de intervenções estruturantes capazes de resolver por longo período o abastecimento de água (bem como de realizar a prevenção de cheias) para as localidades a que se destinarem.

PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

A estratégia do PPA 2012–2015 para os setores produtivos procura assegurar a convergência entre as políticas de estímulo à demanda e de apoio à oferta. Do lado da demanda, observa-se a promoção do emprego formal e da atividade empreendedora, assim como a valorização da renda do trabalho e sua melhor distribuição. Do lado da oferta, busca-se fortalecer as bases institucionais desses setores, fomentar inovação tecnológica, o adensamento da cadeia produtiva, além de garantir acesso ao crédito e condições propícias ao investimento produtivo. Ademais, a estratégia busca a sustentabilidade e preservação ambiental, por meio da integração racional do homem e da sociedade aos meios de produção, em particular dos recursos naturais.

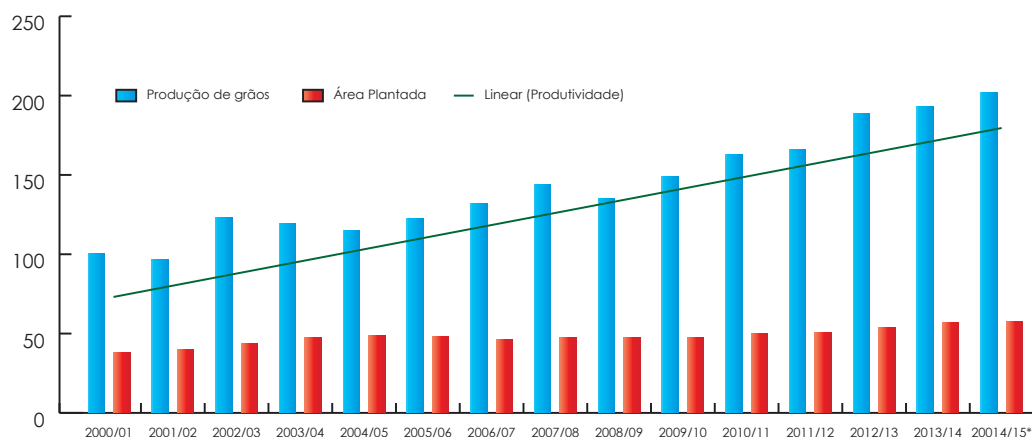
O comportamento da produção em 2014 no País esteve fortemente condicionado pela demora na recuperação da economia mundial e piora dos termos de troca. Na sequência, o comportamento dos distintos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) e das políticas de oferta em 2014 são apresentados. O tema “sustentabilidade” conclui a seção.

AGROPECUÁRIA

O Brasil é o maior exportador mundial de soja em grãos, café, açúcar, suco de laranja, carne bovina e carne de frango, além de deter o maior rebanho bovino comercial do planeta. Em 2014, o valor das exportações agropecuárias decresceu 3,2% em relação a 2013, mas alcançou a cifra de US\$ 96,8 bilhões, que representa 43,0% do total das exportações brasileiras. O principal complexo exportador foi o da soja (US\$ 31,4 bilhões), responsável por 32,5% das vendas externas agropecuárias. O segundo foi o de carnes, que alcançou exportações de US\$ 17,4 bilhões em 2014 (crescimento de 3,7% em relação a 2013), seguido pelo complexo sucroalcooleiro (US\$ 10,37 bilhões, com redução de 24,4% em relação a 2013). Outro complexo produtivo bem posicionado nas vendas externas em 2014 foi o de produtos florestais (US\$ 10,0 bilhões, crescimento de 3,3% em relação a 2013), seguido pelo café, que se destacou com um crescimento de 26,2% em relação às exportações do ano anterior, alcançando US\$ 6,7 bilhões em 2014. Esses cinco grupos somaram 78,4% das exportações agropecuárias (MDIC, sistema aliceweb).

Alguns dados evidenciam a alta produtividade da agropecuária brasileira: a produção de grãos continua crescendo, conforme aponta o gráfico 27, que registra a estimativa da Conab para a safra 2014/2015 em 202,2 milhões de toneladas; já o saldo comercial do agronegócio alcançou, em 2014, patamar 33,7% superior ao de 2008, mas com redução de 3,3% em relação a 2013, principalmente motivada pela redução dos preços internacionais.

**GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUTIVIDADE
(EM MILHÕES DE TONELADAS, MILHÕES DE HECTARES E KG/HA)**

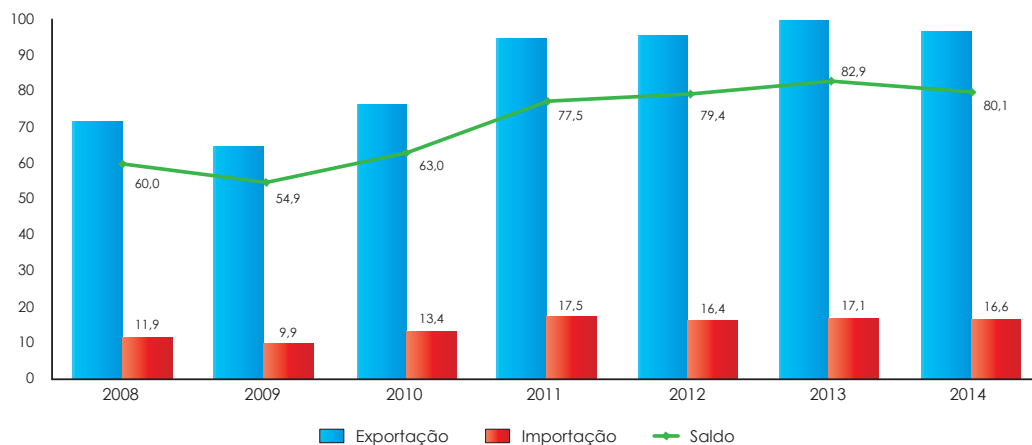


* Estimativa Conab em janeiro/2015

Fonte: Conab

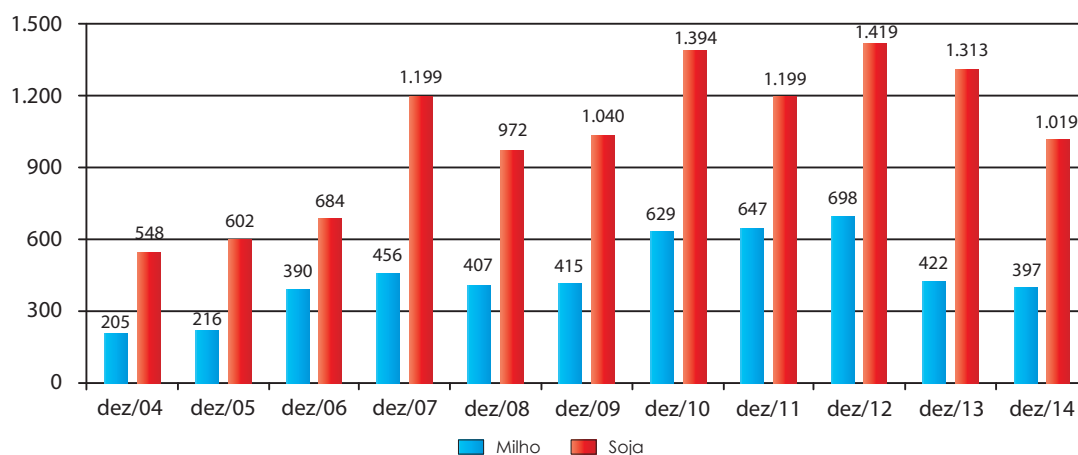
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GRÁFICO 28 – BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO (US\$ BILHÕES)



Fonte: CGOE/DPI/SRI/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**GRÁFICO 29 – COMMODITIES AGRÍCOLAS SELECIONADAS: MILHO E SOJA
COTAÇÕES* NO MERCADO INTERNACIONAL (CENTS \$/BU)****

* Cotação de fim de período de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na Chicago Board of Trade (CBOT)

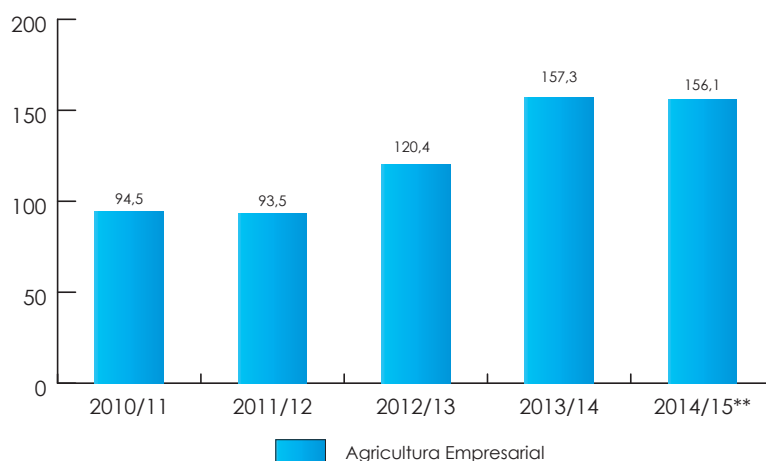
** Cents \$ = centavos de dólar dos Estados Unidos ; bu = bushel = 27,2kg

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O setor agropecuário responde por boa parte do saldo comercial brasileiro. A agricultura familiar é responsável, sobretudo, pela produção de um grande número de alimentos, como mandioca, feijão, arroz e hortaliças, garantindo a segurança alimentar da população e gerando emprego e renda no campo. A produção de leite, por exemplo, cresceu 54%, entre 2003 e 2013, um aumento de 12 bilhões de litros, e é da agricultura familiar a responsabilidade por maior parte dessa produção.

Esse processo de fortalecimento da agricultura, tanto a de larga escala como a da pequena produção familiar, é indissociável das políticas públicas, em especial da expansão do crédito rural ao grande, médio e pequeno agricultor. Entre a safra 2010/2011 e o projetado para a safra 2014/2015, o crédito para a agricultura empresarial deverá crescer 65,2%, enquanto o crédito para a agricultura familiar aumentará 109,4%. Em números absolutos, a safra 2014/2015 conta com programação de R\$ 156,1 bilhões para a agricultura empresarial e de R\$ 24,1 bilhões do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, todas linhas de crédito com baixas taxas de juros. Na comparação com 2002, hoje o País conta com 1 milhão de famílias a mais no Pronaf, que registra operações em 5.454 municípios (98% dos municípios brasileiros). Destaca-se, ainda no âmbito da safra atual e do crédito à agricultura empresarial, o incremento das disponibilidades de recursos destinados ao financiamento do investimento (5,8% em relação à safra 2013/2014), o que estimula a maior capitalização e modernização do setor.

GRÁFICO 30 – CRÉDITO RURAL (VALORES EFETIVAMENTE APLICADOS EM R\$ BILHÕES)

** Valores programados

Fonte: DEAGRI/SPA/MAPA em Jan/2015

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

No período recente, ao lado do crédito, também merece destaque o seguro rural (por meio do Programa Federal de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR), que protege o produtor contra perdas decorrentes do clima e busca a consolidação de um mercado segurador agropecuário privado no País. Em 2014, foram aprovados e executados recursos da ordem de R\$ 400 milhões para o PSR, que permitiram beneficiar 39,6 mil produtores rurais, com contratação de 56,3 mil apólices para cerca de 4,8 milhões de hectares de lavouras por todo o País.

A agricultura brasileira, ademais, constitui exemplo na área de inovação e de absorção de conhecimento científico e tecnológico na produção, para o que vem contribuindo decisivamente uma empresa pública federal, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Entre as safras 2000/01 e 2013/14, graças à tecnologia empregada no campo, aumentou-se a produção de grãos em 92,8%, enquanto a área plantada cresceu 50,79%.

Ainda na área de inovação e adensamento produtivo, cumpre mencionar a criação do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – Inovagro, que disponibilizará, entre 2013 e 2015, R\$ 3,0 bilhões em créditos por ano ao desenvolvimento e adensamento das cadeias produtivas de insumos para a agropecuária, de produtos e processos da indústria de alimentos e de máquinas e equipamentos para agropecuária.

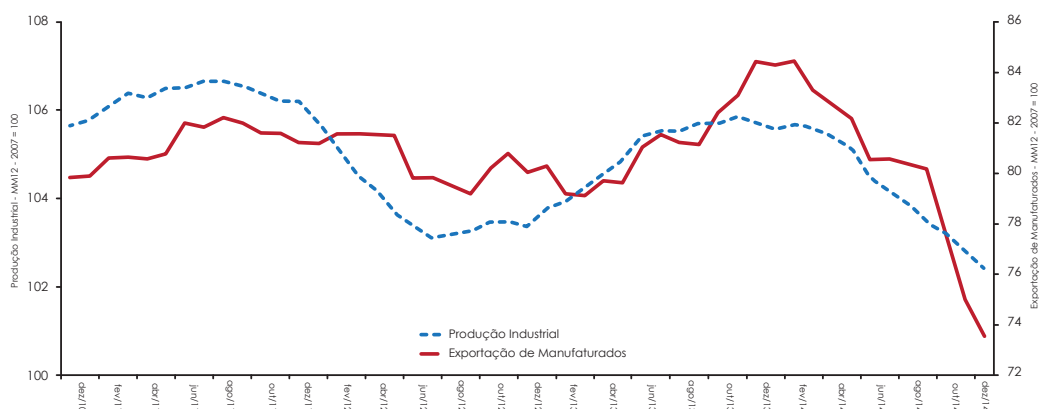
Além do crédito, do seguro rural e da inovação, a competitividade e a continuidade da expansão da agropecuária são catalizadores da modernização e ampliação da infraestrutura logística do País. O estabelecimento de fronteiras produtivas em novas regiões do Brasil, os sucessivos recordes de safras e o forte aumento do volume exportado (somente entre 2010 e 2014, o volume exportado de soja, açúcar e milho saltou de 67,9 milhões de toneladas para 90,45 milhões) estimulam e requerem novos investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias e portos.

No que tange à armazenagem, com o objetivo de ampliar a capacidade do País e evitar prejuízos causados pelos gargalos no escoamento da produção, foi lançado, ainda em 2013, o Programa para a Ampliação e Construção de Armazéns – PCA. Até 2017 serão disponibilizados R\$ 25 bilhões em crédito para a construção de unidades armazenadoras pelo setor privado, além de R\$ 500 milhões para ampliação dos armazéns públicos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Assim, a capacidade estática de armazenagem da Conab passará das atuais 1,96 milhão de toneladas para 2,81 milhões de toneladas. Em 2014 foram aplicados R\$ 6,06 bilhões no PCA, incluindo operações em análise aprovadas e desembolsos efetuados.

INDÚSTRIA

Semelhante ao observado nos anos anteriores, o desempenho da indústria brasileira permanece influenciado pelo cenário externo adverso, especialmente no que tange ao comércio de produtos manufaturados. Em 2014, a produção registrou recuo de 3,2% no total da indústria, puxado pelos resultados dos segmentos de bens de capital (-9,6%), de bens de consumo duráveis (-9,2%) e de bens intermediários (-2,7%). Vale notar que, nesse mesmo período, o *quantum* exportado de manufaturados recuou 12,9%, muito afetado pelo setor automotivo, cujas exportações sofreram com a retração do mercado argentino.

GRÁFICO 31 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL* E EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS**
MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES (2007 = 100)



* Produção da Indústria Geral, *quantum*

** Exportações, *quantum*, produto manufaturado

Fonte: IBGE e Funcex

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em perspectiva mais larga, deve-se destacar que as exportações de manufaturados em 2014 ficaram 26,4% abaixo dos níveis pré-crise de 2008, ao passo que o volume da produção industrial manteve-se 2,4% acima dessa mesma base de referência. Isso evidencia a importância da política industrial e das medidas contracíclicas do governo sem as quais a produção industrial teria colapsado no pós-crise.

Quanto ao nível de utilização da capacidade instalada medido pela Confederação Nacional da Indústria, alcançou 79,1%, um patamar adequado à recuperação da produção sem maiores pressões inflacionárias pelo lado da oferta.

Na sequência, as principais realizações do Plano Brasil Maior (PBM) em 2014 – a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal – são divididas em três grupos²²: (i) redução dos custos dos fatores de produção e oferta de crédito para investimentos; (ii) desenvolvimento das cadeias produtivas, indução do desenvolvimento tecnológico e qualificação profissional; (iii) promoção das exportações e defesa do mercado interno.

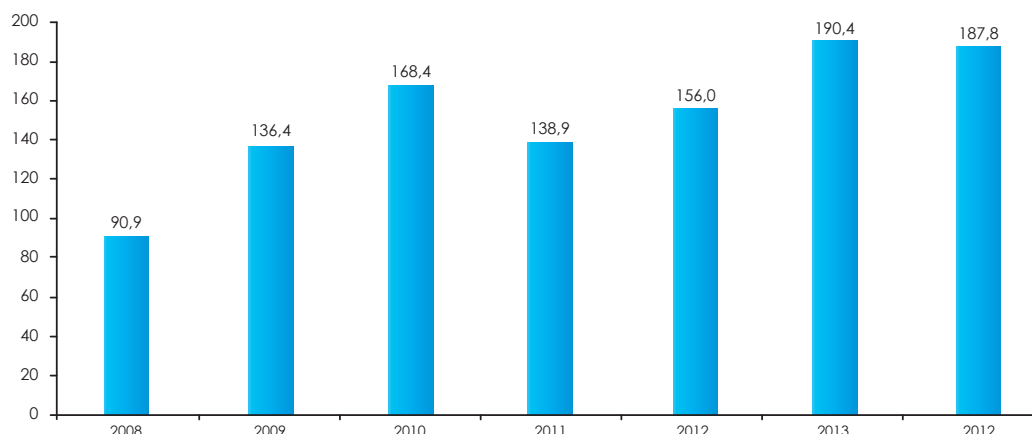
Dentre o conjunto de medidas voltado para a redução dos custos dos fatores de produção, merece destaque a expressiva evolução do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual – MEI. Em dezembro de 2014, o Simples Nacional totalizou 9,5 milhões de empresas optantes, aumento de 15,5% ante 2013, resultado do ingresso de 993 mil novos optantes MEI e de 283 mil novos optantes micro e pequenas empresas. Atualmente, os MEI representam 48,9% do total de contribuintes do Simples Nacional. Isso, em parte, deve-se aos avanços institucionais e legais recentes. Houve a ampliação dos valores contemplados pelo Simples Nacional que proporcionou reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento dos beneficiários, com destaque para a faixa MEI cujo limite de faturamento foi elevado de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil. Ademais, foi publicada a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, permitindo a adesão das empresas prestadoras de serviços e garantindo a universalização deste regime tributário.

Outro conjunto importante de medidas na mesma vertente de redução de custos diz respeito à desoneração dos tributos federais sobre bens de capital, que permitiu reduzir o custo do investimento, fomentando novos negócios essenciais para o desenvolvimento do País. A tributação média sobre a produção desses bens, que afeta diretamente o nível do investimento no Brasil, foi expressivamente reduzida de cerca de 32% em 2003 para 4,3% do custo do investimento²³, com o fim da CPMF, a isenção integral do IPI e o ressarcimento automático de crédito do PIS/Cofins.

No que tange à oferta de crédito em condições adequadas para inversões de longo prazo, os desembolsos do BNDES continuaram a exercer papel fundamental. Os principais destaques, entre janeiro e novembro de 2014, foram operações voltadas para infraestrutura do setor de Energia (R\$ 18,8 bilhões), para infraestrutura social com o setor público (R\$ 17,6 bilhões), para insumos básicos ao setor de Petróleo e Gás (R\$ 6,8 bilhões), para o setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (R\$ 4,9 bilhões), para aquisição de bens de capital e equipamentos na linha BNDES–Finame (R\$ 64,8 bilhões), para a área agropecuária e inclusão social na linha BNDES–Automático (R\$ 5,6 bilhões), em modalidades pré-embarque de apoio à fabricação (R\$ 4,5 bilhões) e pós-embarque de apoio à comercialização (R\$ 4,8 bilhões), na área de comércio exterior.

22 A referência utilizada é ABDI, Plano Brasil Maior, Balanço Executivo, 2011–2014.

23 ABDI, Plano Brasil Maior, Balanço Executivo, 2011–2014.

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014**GRÁFICO 32 – DESEMBOLSOS DO BNDES (EM R\$ BILHÕES)**

Fonte: BNDES

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quanto ao segundo pilar da política industrial, constituído pelo estímulo ao adensamento produtivo e indução ao desenvolvimento tecnológico, sobressaíram em 2014 a ampliação do mecanismo de compras públicas com margens de preferência, o bom desempenho de regimes especiais tributários e os avanços observados no Plano Inova Empresa.

Ao longo de 2014, foram editados decretos destinados a diferentes segmentos produtivos de criação de margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação, no âmbito das compras governamentais: fármacos e medicamentos, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos, aeronaves executivas, brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte e máquinas e equipamentos.

Dentre os regimes especiais tributários criados para estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas, merecem destaque o Inovar-Auto, com 52 empresas habilitadas e compromissos assumidos de investimentos da ordem de R\$ 9,43 bilhões, e o Retid da indústria de defesa com 50 empresas cadastradas como Empresas Estratégicas de Defesa, podendo usufruir dos seus benefícios.

Outra iniciativa de sucesso é o Plano Inova Empresa, lançado em 2013, que tem o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira por meio do fomento à inovação e pesquisa em setores estratégicos. Desde o início do Inova Empresa foram lançados 12 editais direcionados às seguintes áreas prioritárias: energia, petróleo e gás, complexo da saúde, complexo aeroespacial e defesa, Tecnologia da Informação e Comunicação, sustentabilidade socioambiental, cadeia agropecuária e ações transversais (inovação e engenharia, descentralização para MPEs, infraestrutura para inovação). A demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R\$ 98,7 bilhões, envolvendo 2.787 empresas e 238 instituições de pesquisa. Até dezembro de 2014, o valor total contratado correspondia a R\$ 35,4

bilhões, sendo R\$ 17,8 bilhões via BNDES e R\$ 17,6 bilhões via Finep. Já o saldo a ser contratado nos próximos meses corresponde a R\$ 15,9 bilhões, divididos entre Finep (R\$ 7,1 bi) e BNDES (R\$ 8,8 bi).

Em relação às medidas de estímulo às exportações e defesa do mercado interno, merece nota o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra, reinstituído pela Lei nº 13.043/2014, e com percentuais regulamentados pelo Decreto nº 8.415/2015 para o período 2015–2018. Pela nova regra, os resíduos tributários a serem reintegrados na empresa seguirão percentuais da receita das operações de exportação, escalonados no tempo: 1% em 2015–2016, 2% em 2017 e 3% em 2018.

Pelo lado do financiamento, o Proex Financiamento apoiou US\$ 514,3 milhões em exportações em 2014, enquanto o Proex Equalização, alavancou cerca de US\$ 6,3 bilhões em exportações.

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF, criada por meio do Decreto nº 7.976/2013, passou a assessorar o Ministério da Fazenda na concessão do Seguro de Crédito à Exportação em julho de 2014. Com a publicação da Lei nº 12.995/2014, foram ajustadas as regras aplicáveis à cobertura de garantias contratuais pelo SCE/FGE ao setor de defesa, fortalecendo o apoio público às exportações desse setor estratégico. Foi também disponibilizada ao mercado nova modalidade de Seguro de Crédito à Exportação, garantido pelo FGE, que oferecerá cobertura de risco político e extraordinário para operações de financiamento de curto prazo a exportações para o continente africano.

O combate às práticas desleais de comércio avançou em 2014. Foram iniciadas 44 investigações de *dumping* e encerradas 42 investigações com aplicação de direito, das quais três consistiam em revisões anticircunvenção, e foram celebrados dois compromissos de preços. Em 31 de dezembro de 2014, estavam em curso 56 investigações de *dumping* e uma investigação de subsídio. Das 133 medidas de defesa comercial em vigor, 131 são relativas a direitos antidumping definitivos e duas a direitos provisórios. Com isso, foram atendidos 23 setores cujas exportações foram afetadas por procedimentos de defesa comercial. Aliás, as investigações apoiadas pelo novo regulamento antidumping brasileiro (Decreto nº 8.058/2013), têm registrado maior celeridade, com média de 40 dias entre o recebimento da petição e o início da investigação e de 117 dias entre o início da investigação e a publicação da determinação preliminar.

SERVIÇOS

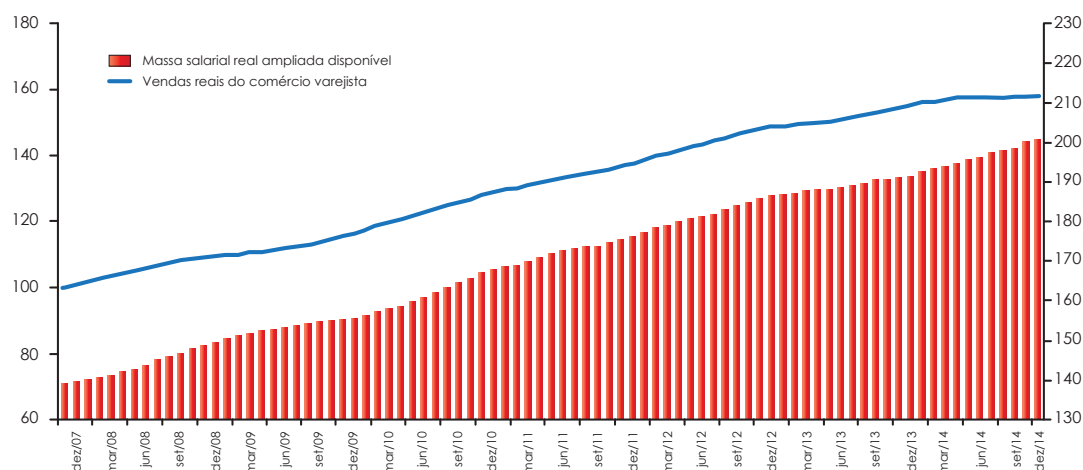
O setor de comércio e serviços tem apresentado relativa estabilidade em termos de agregação de valor ao PIB nos últimos anos e tem sido de fundamental importância na manutenção do emprego e da renda na economia. O valor gerado por essas atividades representou 71,0% do total adicionado ao PIB em 2014. No fim de 2007, essa participação era de 67,7%, comprovando a maior resiliência desse setor às oscilações conjunturais.

As vendas reais do comércio varejista em 2014 registraram alta de 2,2%, resultado do bom desempenho das vendas do grupo lojas de departamentos, artigos esportivos e brinquedos (+7,9%), artigos farmacêuticos e perfumaria (+9,0%),

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015
ANO-BASE 2014

supermercados, alimentos e bebidas (+1,3%) e combustíveis e lubrificantes (+2,6%). Em seu conceito ampliado, o comércio varejista apresentou queda de 1,7%, devido à retração do grupo veículos, motos, partes e peças (-9,4%) e estagnação das vendas de material de construção.

GRÁFICO 33 – VENDAS DO COMÉRCIO* X MASSA SALARIAL **



* Vendas reais do comércio varejista

** Massa salarial real ampliada disponível: total de rendimentos do trabalho, acrescido dos benefícios previdenciários e de programas de proteção social do governo, excluídos os descontos correspondentes aos pagamentos previdenciários e ao imposto de renda na fonte. Série deflacionada pelo INPC

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

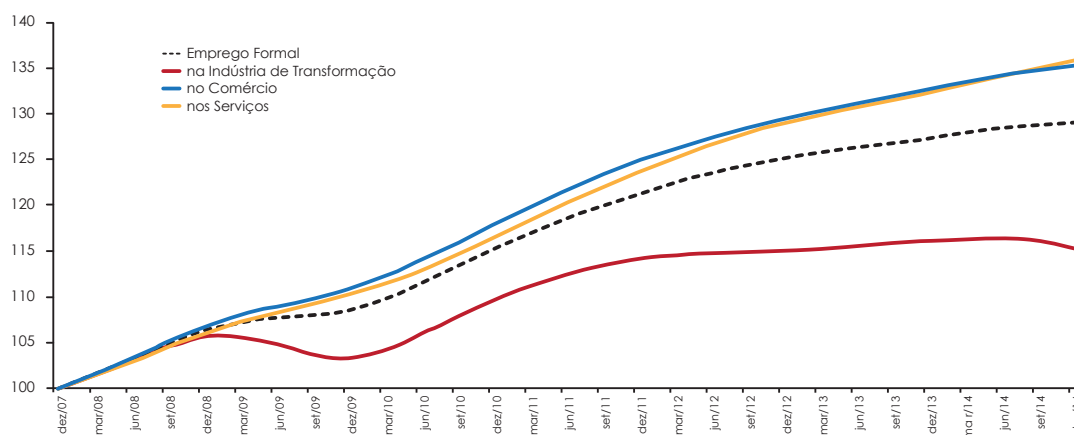
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Vale dizer que a evolução do setor de comércio nos últimos anos relaciona-se diretamente ao crescimento sustentável da massa salarial e às políticas governamentais de transferência de renda, valorização do salário mínimo e estímulo à criação de novos postos formais de emprego. A massa salarial real ampliada disponível injetou na economia, direta ou indiretamente, em média, cerca de R\$200 bilhões ao mês em 2014, ou cerca de 47% do PIB no acumulado do ano. Frente a um cenário econômico externo adverso, o mercado consumidor interno atuou contraciclicamente, ajudando a sustentar a atividade e o emprego.

Especificamente em relação à cadeia do turismo, o setor vem se consolidando nos últimos anos como polo de geração de emprego, de renda e de projeção da imagem do País no exterior. De 2003 a 2013, o Brasil mais que dobrou a entrada de divisas geradas por turistas internacionais (170,63%), aumento superior à média mundial (119%). Em 2014, a Copa do Mundo FIFA atraiu cerca de um milhão de turistas estrangeiros para o País, que visitaram 491 cidades. Pesquisa do Ministério do Turismo revelou que 95% dos turistas aqui presentes durante a Copa pretendem retornar ao País. O desafio presente é o de manter a imagem conquistada e atrair mais turistas para os próximos eventos, como as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Nesse sentido, e também na direção do fortalecimento do turismo doméstico,

o Governo atua para aumentar a competitividade, sustentabilidade e qualidade dos serviços turísticos, por meio de normatização e ordenamento da atividade, financiamento à iniciativa privada, estruturação de destinos e investimentos em infraestrutura turística.

GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA
MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES – ÍNDICE: 2007 = 100



Fonte: CAGED/MTE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

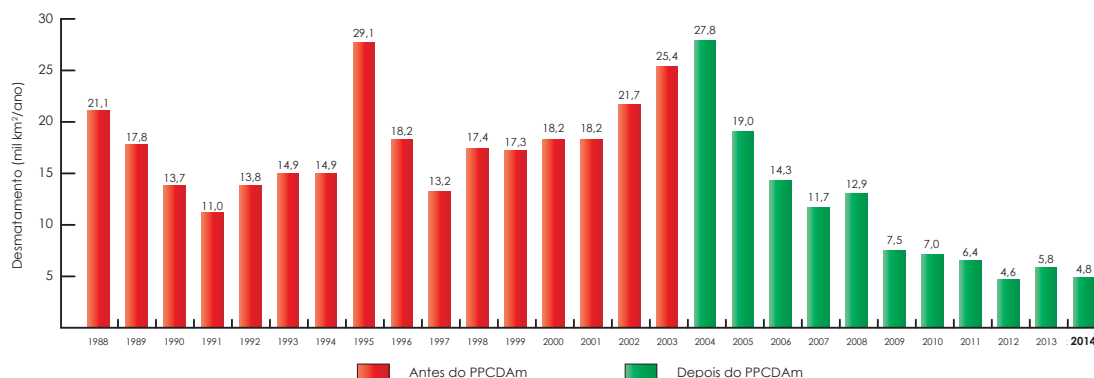
O setor terciário da economia tem sido o *locus* privilegiado de expansão do emprego formal no País. Em 2014, segundo dados do Cadastro Nacional de Emprego e Desemprego, o setor de serviços contribuiu com a criação líquida de 476 mil postos de trabalho e o comércio com 181 mil, neutralizando o desempenho ruim dos demais setores de atividade que fecharam o ano com destruição líquida de 260 mil postos, contribuindo com um saldo positivo de 397 mil postos para o mercado de trabalho formal como um todo.

Dentre as medidas que têm favorecido o setor terciário, além da já mencionada publicação da Lei Complementar nº 147/2014, que incluiu o setor de serviços no rol de micro e pequenas empresas passíveis de adesão ao Simples Nacional, merecem destaque em 2014: a conclusão da implantação do Submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior, do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – Siscoserv, e o desenvolvimento e homologação do *Datawarehouse*, ferramenta que possibilitará a disponibilização de dados acurados de forma ágil e segura. Vale dizer que o Siscoserv foi apresentado em setembro de 2014 na Organização Mundial do Comércio em Genebra, Suíça, como uma das melhores práticas no mundo para geração de estatísticas confiáveis e tempestivas.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento impõe que os avanços socioeconômicos sejam complementados, ao invés de se oporem, pela preservação e pelo uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, merece destaque a continuidade do processo, inaugurado em 2005, de queda da taxa de desmatamento na Amazônia que, em 2014, alcançou 4.848 km² (agosto de 2013 a julho de 2014). Essa taxa indica uma redução de 18% em relação ao período anterior. Destaca-se que a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal, em 2014, contribuiu para que o Brasil já tenha alcançado 70% do compromisso assumido em Copenhague de reduzir, até 2020, 80% do desmatamento na Amazônia em relação à média de 19.625 km² observada entre os anos de 1996 e 2005.

GRÁFICO 35 – TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (EM MIL KM²/ANO)

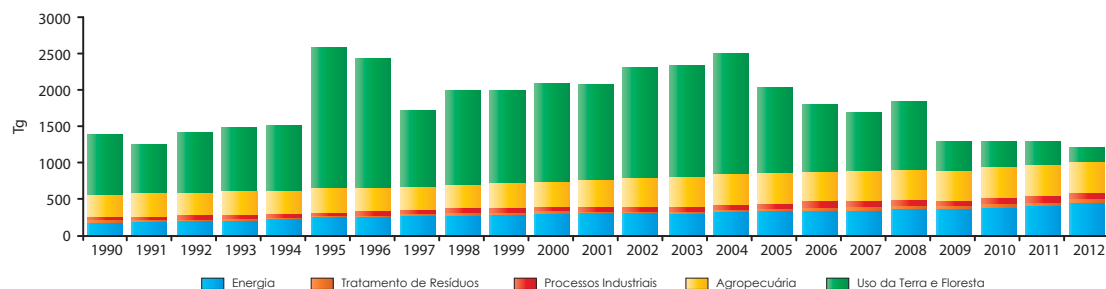


Fonte: Prodes/INPE/MCTI

Elaboração: Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento/MMA

A tendência de queda do desmatamento é resultante de um conjunto de ações interministeriais de combate ao desflorestamento, coordenadas pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, que possui três eixos de atuação: i) ordenamento Fundiário e Territorial; ii) monitoramento e controle ambiental; e iii) fomento às atividades produtivas sustentáveis. Outra iniciativa de destaque do Governo Federal no combate ao desmatamento foi o Decreto nº 6.321/2007 que, além de criar a Lista de Municípios Prioritários da Amazônia, onde se priorizam ações de combate ao desmatamento, impede a concessão de crédito por agências oficiais para: i) atividade agropecuária ou florestal realizada em imóvel rural que descumpra embargo de atividade e ii) serviço ou atividade comercial ou industrial de empreendimento que incorra em infrações ao meio ambiente.

A redução do desmatamento vem se refletindo também na tendência e perfil das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no País. As estimativas divulgadas em 2014, ano-base 2012, demonstram redução dessas emissões a partir de 2005, com mudança de perfil refletida em diminuição do peso do “uso da terra e florestas” e maior relevância das emissões oriundas da “agropecuária” e “energia”.

GRÁFICO 36 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA EM CO₂ EQUIVALENTE

Fonte: Estimativa anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, 2ª edição, período 1990-2002, MCTI (2014)

A redução das emissões brasileiras de GEE também deve ser compreendida à luz dos compromissos voluntários de controle e redução assumidos pelo País durante a 15ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 15), realizada em 2009 na cidade de Copenhague. Tais compromissos foram incorporados à Política Nacional sobre Mudança do Clima, que visa reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de GEE projetadas até 2020 (Lei 12.187/2009, art. 12). Os primeiros resultados do módulo do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa – Smmare, relacionado ao PPCDAM e obtidos em 2014, indicaram uma redução média superior a 650 milhões de toneladas de CO₂ entre 2010 e 2013.

No que tange à agricultura, o Programa de Agricultura de Baixo Carbono – ABC, criado em 2010, aplicou efetivamente na safra 2013/2014 cerca de R\$ 2,8 bilhões. O Programa consiste no fomento, por meio da equalização de juros, à recuperação de pastagens degradadas, implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária, plantio direto na palha, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais, implantação e manejo de florestas comerciais, regularização ambiental das propriedades rurais, tratamento de dejetos de animais, implantação de florestas de dendezeiro e estímulo ao uso da fixação biológica do nitrogênio. A safra 2014/2015 deverá disponibilizar R\$ 4,5 bilhões à agropecuária sustentável.

Ainda sobre a agropecuária e uso da terra, o novo Código Florestal, instituído em 2012 (Lei 12.651/2012), criou instrumentos mais efetivos de regularização ambiental das propriedades rurais e de promoção da sustentabilidade ambiental. Dentre eles, o Cadastro Ambiental Rural – CAR, registro cartográfico eletrônico com abrangência nacional, que integra informações ambientais georreferenciadas das propriedades rurais com o objetivo de monitoramento da situação das áreas de Reserva Legal, de Preservação Permanente, de Uso Restrito, das Florestas e Vegetação Nativa e das Áreas Consolidadas. Em 2014, foram desenvolvidos dois módulos do Sistema Integrado de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e cadastrados cerca de 500.000 imóveis rurais, abrangendo 120 milhões de ha, o que corresponde a aproximadamente 40% da área rural cadastrável no País. O novo Código Florestal estabelece que, a partir de 2017, o acesso ao crédito rural, em qualquer uma de

suas modalidades, estará restrito aos produtores rurais que tenham aderido ao CAR.

Em 2014 a capital do Peru sediou a 20ª Conferência das Partes (COP-20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 10ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (CMP-10). A Conferência encerrou seus trabalhos com a aprovação da Decisão "Chamado de Lima para Ação Climática", relacionada ao processo de negociação de novo acordo sob a Convenção, previsto para ser concluído em 2015, na COP-21, em Paris, que passará a vigorar a partir de 2020. A Decisão de Lima torna explícito o compromisso em lograr um novo acordo que reflita o "princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR)", à luz das diferentes circunstâncias nacionais. A Decisão atendeu também à expectativa de aprovar elementos para um rascunho de texto de negociação, que servirá de base para a elaboração da primeira minuta do acordo que, após rodadas intermediárias de negociação, deverá ser aprovado pelas Partes na COP-21.

Progressivamente, a sustentabilidade também se integra às compras da administração pública federal. Em 2010, critérios de sustentabilidade ambiental passaram a compor o rol de considerações observadas nos processos licitatórios²⁴. Assim, critérios de eficiência energética, redução do consumo de água no processo produtivo, uso de energias renováveis, gestão de resíduos sólidos, biodegradabilidade e rastreabilidade paulatinamente vêm se incorporando às compras públicas.

²⁴ Instrução Normativa nº1 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 19 de janeiro de 2010.

INSERÇÃO INTERNACIONAL

A inserção internacional soberana é condição necessária para que a estratégia de desenvolvimento em curso no País obtenha êxito. Dessa constatação, decorre a necessidade de que o Brasil participe do sistema político internacional em condições de defender e promover seus interesses atuais e futuros. Isso inclui: a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; acordos internacionais que favoreçam a agregação de valor e a ampliação da produtividade e da competitividade das economias dos países em desenvolvimento; e a adoção de capacidade de defesa capaz de dissuadir eventuais agressores externos, resguardando a soberania sobre o território nacional.

A estratégia brasileira de inserção internacional, situada em um contexto de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, consiste na ampliação dos esforços de consolidação do bloco regional da América do Sul, com fundamento nos princípios de não intervenção, de autodeterminação e de cooperação para redução das assimetrias regionais. Ao mesmo tempo, o Brasil procura intensificar a cooperação com parceiros de todos os níveis de desenvolvimento, participando ativamente dos principais debates da agenda internacional, em particular em organismos multilaterais, tanto no plano econômico-comercial quanto no âmbito político e social.

No âmbito militar, a estratégia brasileira tem como foco a priorização do desenvolvimento tecnológico nacional, com ampliação e diversificação do parque industrial nacional de produtos de defesa, de forma a reduzir a dependência de compras externas e ampliar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de uso civil e militar.

AMÉRICA DO SUL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Desde o início da década de 2000, o Brasil tem conferido à integração política e econômico-comercial com os países do continente atenção especial em sua política externa. Nesse marco, destaca-se a atuação brasileira no Mercado Comum do Sul – Mercosul e na União de Nações Sul-Americanas – Unasul.

Em 2014, foram retomados os trabalhos do Parlamento do Mercosul, após dois anos de interrupção, consolidando o pleno retorno do Paraguai ao bloco. Continuam as tratativas para que a Bolívia se torne o sexto membro pleno do Mercosul. Um marco da integração regional foi a aprovação de um modelo unificado de placas para veículos nos cinco países do bloco, a ser aplicado a partir de 2016, facilitando a fiscalização nas fronteiras e beneficiando o turismo local.

Com relação ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – Focem, destaca-se a inauguração do primeiro projeto brasileiro de infraestrutura financiado com recursos do Fundo. A Ampliação do Sistema de Saneamento de Ponta Porã – MS contou com investimentos da ordem de US\$ 6,1 bilhões. A atual carteira do Fundo conta com 45 projetos, no valor total de cerca de US\$ 1,45 bilhão. O Brasil tem oito projetos aprovados, sendo dois deles plurinacionais.

Já a Unasul tem se consolidado como um espaço de coordenação entre os países do continente sul-americano. As atuais discussões têm priorizado a redução de assimetrias sociais, o reforço à competitividade econômica e a iniciativa em ações de segurança pública.

Quanto aos Conselhos da Unasul, vale ressaltar o andamento dos trabalhos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul - Cosiplan, criado em 2009 para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração física da região. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência pro *tempore* do COSIPLAN, coordenando o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico do Conselho para o decênio 2012 a 2022. Nessa mesma ocasião, foram definidos os projetos que compõem a Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API, que compreende 31 projetos estruturados e 100 individuais, escolhidos por consenso entre os países. A soma dos investimentos, em 2014, atingiu US\$ 21,2 bilhões. Desses projetos, 11 foram concluídos, 27 estão em execução, 46 em pré-execução e 16 em estágio de perfil.

No Cosiplan, o Brasil exerce a presidência do Grupo de Trabalho sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias. Esse grupo tem por mandato buscar formas alternativas para financiamento de projetos de integração física entre os países, tendo em vista que a escassez de financiamento é um dos maiores desafios a serem superados para que os projetos sejam executados. Em reunião desse grupo realizada em setembro de 2014 no Rio de Janeiro, foi iniciada uma aproximação com o Conselho de Economia e Finanças da Unasul, com a intenção de que se elaborem esquemas específicos de financiamento aos projetos prioritários.

Destacam-se ainda, no âmbito da concertação com os países vizinhos, a continuidade das negociações referentes à integração da malha ferroviária com Argentina, Paraguai, Uruguai e Peru; os entendimentos com o Uruguai com vistas à ampliação da capacidade portuária e para melhoria do transporte multimodal no Sistema Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos; e as tratativas para melhoria da infraestrutura de integração entre Brasil e Guiana.

No que concerne à integração latino-americana, a Presidenta da República participou, em janeiro de 2014, da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos - Celac, em Havana. Na reunião, foi estabelecido o Foro Celac-China, que teve seu lançamento simbólico em julho de 2014, em Brasília, durante a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe. Brasília também sediou a I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar da Celac, reforçando a cooperação em matéria de desenvolvimento rural.

A Associação Latino-Americana de Integração – Aladi realizou, em outubro de 2014, no Uruguai, a primeira edição da Expoaladi, reunindo 600 empresários dos países membros que contabilizaram cerca de US\$ 142 milhões em negócios durante os encontros comerciais. O foco da maior conferência de macronegócios já realizada na América Latina foi explorar as oportunidades de associação, complementaridade e financiamento para pequenas e médias empresas da região.

O Brasil também tem buscado construir políticas específicas à faixa de fronteira, com destaque para: o Programa Calha Norte; a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron; e o diálogo federativo com os núcleos regionais de

fronteira no âmbito da Comissão Permanente para Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Cdif. O Brasil mantém, ademais, ciclo regular de reuniões com os países vizinhos sobre temas relacionados à fronteira. Cite-se, a propósito, a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil–Argentina – Codefro; a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai; os Comitês de Integração Fronteiriça com a Bolívia; a Comissão de Vizinhança e Integração Brasil–Colômbia; o Comitê de Fronteira Brasil–Guiana; a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil–Peru – CVIF; e o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço – GTDF com a Venezuela.

Nota-se que a perspectiva de integração regional vem sendo gradativamente incorporada a um conjunto cada vez mais amplo das políticas nacionais. É preciso seguir avançando nessa direção, tendo em vista as potencialidades do continente, por exemplo, no que se refere à integração física e produtiva, agregando valor às atividades baseadas em recursos naturais, como aquelas relacionadas à biodiversidade e energia, dentre as quais se destacam o nióbio e o lítio, minerais estratégicos em função de sua importância em equipamentos eletrônicos de alta tecnologia.

O Brasil tem como desafio manter-se ativo nos debates regionais, utilizando-se de sua projeção no cenário internacional para atuar de forma dinâmica no desenvolvimento de seus vizinhos. Seus avanços internos de desenvolvimento devem ser refletidos e complementados no plano externo. Para fortalecer cada vez mais o processo de integração sul-americano, contribuindo em particular com a reorganização do parque industrial e das cadeias produtivas dos países vizinhos, o Brasil precisará investir na região, com custos e compromissos.

MULTILATERALISMO

A estratégia nacional de política externa, ao priorizar a solução pacífica de conflitos internacionais, o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, tem permitido ao Brasil uma influência cada vez maior no cenário internacional. Isso se reflete no fortalecimento de relações com parceiros tradicionais e na construção de novas parcerias com outros países. O Brasil figura entre as poucas nações que mantêm relações diplomáticas com todos os demais 192 membros da Organização das Nações Unidas – ONU. Importantes diálogos têm se desenvolvido entre o País e nações emergentes de forte presença mundial, tanto no plano bilateral como no contexto de mecanismos como o Brics²⁵, as cúpulas América do Sul–África – ASA e América do Sul–Países Árabes – Aspa e o Ibas²⁶.

No tocante ao relacionamento com a África, são fortes os laços humanos e históricos. O Brasil continua a estreitar os laços políticos com o continente e a aprofundar as relações econômicas, por meio da promoção dos vínculos comerciais, da geração de oportunidades de investimento e do financiamento de empresas brasileiras. A cooperação prestada pelo Brasil no continente, como política de longo prazo, tem trazido benefícios com reflexos em todos os âmbitos do relacionamento.

25 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

26 Índia, Brasil e África do Sul.

O Brasil participou de importantes eventos no continente africano. Na III Conferência de Exame da Convenção de Ottawa sobre a Proibição de Minas Terrestres Antipessoais, em junho, em Maputo, recordou-se o apoio prestado pelo Brasil a países afetados por esses armamentos, em missões de desminagem humanitária e cursos e treinamentos nessas técnicas. Também em junho, em Nairóbi, o Brasil participou da Primeira Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), cumprindo decisão tomada na Rio +20 de se fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil acompanhou o processo eleitoral em Moçambique e em São Tomé e Príncipe, como observador, e enviou técnicos para apoio às eleições gerais na Guiné-Bissau, que encerraram uma séria crise política nesse país com a posse do governo eleito em junho.

Com a presença da Presidenta Dilma Rousseff, foi realizada a VI Cúpula dos Brics, em Fortaleza e Brasília, na qual as discussões tiveram como foco a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Avançaram as discussões sobre o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas, no valor de US\$ 100 bilhões, que funcionará como mecanismo de salvaguarda para eventuais crises de balanço de pagamentos, e do Novo Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial foi estimado em US\$ 50 bilhões. Essas iniciativas visam reforçar o papel do Brics na democratização das relações internacionais e no aprimoramento das instituições de governança internacional existentes.

A cooperação sul-sul prestada pelo Brasil continuou a firmar-se como importante vertente de ação e faceta da identidade internacional do País. Em 2014, o Brasil executou 107 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e Caribe, beneficiando 28 países. Na África, o Brasil desenvolveu cooperação técnica com 25 países nos setores de agricultura, pesca, saúde e formação profissional, num total de 56 projetos. Essa cooperação tem contribuído para o desenvolvimento inclusivo nesses países, além de irradiar seus benefícios para as áreas econômica e política do relacionamento.

O Foro Celac-China teve seu lançamento simbólico durante a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe, e deverá funcionar como um mecanismo de promoção de comércio e investimento recíprocos, em especial nos setores de infraestrutura logística e de transportes e fontes alternativas de energia.

Em setembro de 2014, a Presidenta da República abriu o debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, destacando em seu discurso a importância da prática da solidariedade no fortalecimento do cenário global de multilateralismo, respeito ao Direito Internacional e busca pela paz. Nesse cenário, a Presidenta ressaltou a preocupação com a atuação de intervenções militares e operações de paz e o acirramento de conflitos em diversas regiões, incitando uma reflexão sobre alternativas à solução de conflitos. A necessidade premente do aprimoramento da governança da internet como medida de proteção aos direitos humanos, tema já levado à discussão no ano anterior por Brasil e Alemanha, também foi lembrado no discurso da Presidenta.

Ainda na Assembleia Geral, o discurso presidencial apontou a necessidade de

uma maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial, de modo a refletir o atual cenário econômico internacional. Por fim, a Presidenta destacou a importância do combate à discriminação e à exclusão, incluindo medidas como a valorização da mulher no mercado de trabalho, o combate ao racismo e à homofobia e a punição aos atos de corrupção.

Quanto ao regime internacional de combate à mudança do clima, o País foi representado em nível presidencial e ministerial na Cúpula do Clima da ONU, maior conferência sobre mudança do clima já organizada fora do processo de negociação formal da Convenção, realizada em Nova York, em setembro de 2014. Por ocasião da 20ª Conferência das Partes (COP-20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada no Peru, o Brasil demonstrou empenho no cumprimento da Plataforma de Durban e voltou a defender acordo ambicioso e abrangente para o enfrentamento à mudança do clima e adaptação aos seus efeitos, aplicável a todos os países, de acordo com as suas respectivas capacidades e responsabilidades. Espera-se concluir esse processo por ocasião da COP-21, a ser realizada em Paris, em 2015.

O Brasil tem participado de forma ativa dos principais foros internacionais sobre temas de energia, inclusive dos grupos temáticos no âmbito do G20. Encontra-se em curso esforço com vistas à elaboração de um Tratado Energético Sul-Americano. Prosseguem, igualmente, os esforços brasileiros destinados a transformar os biocombustíveis em *commodity* internacional. Em maio de 2014, o País promoveu em Moçambique, no âmbito da *Global Bioenergy Partnership – GBEP*, a II Semana de Bioenergia, capacitando países em desenvolvimento para a produção sustentável de bioenergia.

No que tange à cooperação humanitária, destacam-se as 54 iniciativas empreendidas pelo Brasil no ano de 2014, envolvendo 30 países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Dentre essas ações, foram doados medicamentos e alimentos aos países mais afetados pela grave crise de epidemia de Ebola na África Ocidental.

A participação de tropas brasileiras em missões sob a égide da ONU contribui para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Ao integrar 10 das 16 operações atualmente existentes, o Brasil assume participação ativa na solução de problemas no âmbito internacional. Em 2014, o País manteve contingentes elevados em duas missões da ONU: a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti – Minustah e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano – Unifil. A Minustah tem contribuído para a estabilização político-institucional do Haiti e para o desenvolvimento socioeconômico daquele país. Nesse ano, o Brasil ainda ocupou a presidência *pro tempore* da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Em dezembro de 2014, Brasília sediou a Reunião Ministerial "Cartagena+30", organizada em comemoração ao trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre os Refugiados. Essa Declaração, assinada em 1984, expandiu a definição de refugiado adotada pela Convenção de 1951, e tem como foco a proteção e os desafios humanitários enfrentados por refugiados. O fato de o Brasil ter sediado a convenção demonstra a contínua disposição do País em acolher aqueles que não encontraram proteção em suas pátrias, mantendo seu compromisso com a missão

humanitária.

No tocante ao grave conflito na Síria, o Brasil participou, em janeiro de 2014, da Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra-II), que buscou promover uma solução política para o conflito naquele país. Na Conferência, que pela primeira vez reuniu representantes do governo e da oposição sírios, o País apoiou as iniciativas para uma solução negociada, incluindo o acesso irrestrito a equipes de ajuda humanitária, o compromisso com o cessar-fogo e um embargo de armas abrangente e efetivo.

A diplomacia brasileira manteve-se atuante também na promoção da agenda multilateral do desarmamento. Na III Cúpula sobre Segurança Física Nuclear em Haia, em março de 2014, o Brasil liderou um exercício, integrado por outros 14 países, de elaboração de declaração conjunta a respeito da inter-relação entre segurança física e desarmamento nuclear.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU, foi aprovada a resolução 27/32 sobre "direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero", de autoria do Brasil e outros três países. O documento defende o combate à violência e à homofobia. Outra conquista foi o lançamento, pela Assembleia Geral da ONU, da Década Internacional dos Afrodescendentes. Ressaltando a promoção dos direitos dos afrodescendentes e contando com diversas programações, a Década se estenderá de 2015 a 2024.

O Brasil seguiu empenhado em conduzir ações externas no plano econômico-comercial com vistas a cooperar com os esforços de desenvolvimento da economia nacional. Além da intensificação das iniciativas de promoção comercial, prosseguiu-se o trabalho de obtenção de melhores condições de acesso a mercados por via das negociações internacionais.

Ao longo de 2014, o Brasil atuou intensamente na Organização Mundial do Comércio – OMC, que desde o ano anterior conta com o brasileiro Roberto Azevêdo como seu Diretor-Geral. O grande desafio tem sido a superação do impasse em torno da implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio e das outras decisões acordadas na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, em dezembro de 2013. A nova direção da OMC pôs fim a anos de paralisia da Rodada Doha e trouxe subsídios à retomada das negociações, com foco nos temas centrais da Rodada, de interesse primordial para o Brasil, sobretudo agricultura.

Quanto aos contenciosos comerciais, encerrou-se o caso Brasil-Estados Unidos sobre os subsídios norte-americanos concedidos à produção e exportação de algodão, controvérsia que já durava 12 anos. Foram acordadas modificações importantes na legislação questionada e uma compensação financeira a ser paga pelos EUA ao Instituto Brasileiro do Algodão.

Ao mesmo tempo, o Brasil procurou avançar, com os parceiros do Mercosul, em processos de negociação comercial com terceiros países ou blocos. No âmbito das negociações Mercosul-União Europeia, tomou-se a decisão, em 2013, de transitar para a etapa de troca de ofertas de acesso a mercados em bens, serviços, investimentos e compras governamentais. Em julho de 2014, na Cúpula do Mercosul, os presidentes consolidaram o acordo da oferta comum do bloco. Aguarda-se a consolidação da proposta da União Europeia para que a troca seja promovida.

Dada a centralidade do tema da competitividade na atual etapa do desenvolvimento brasileiro, atribuiu-se também especial atenção ao fortalecimento e ampliação das parcerias em educação, ciência, tecnologia e inovação. Deu-se continuidade, nesse contexto, à execução do programa Ciência sem Fronteiras, permitindo o avanço do processo de internacionalização acadêmica do País.

SOBERANIA E DEFESA NACIONAL

A defesa de um país consiste basicamente no conjunto das capacidades organizadas com o objetivo de garantir a segurança do patrimônio natural e social, a dissuasão por meio da capacidade de combate e o cumprimento dos compromissos internacionais, que culminam com a manutenção da soberania do Estado nacional. Portanto, defesa nacional é assunto de Estado e requer planejamento e investimentos de longo prazo.

O Brasil busca a solução pacífica de controvérsias, mas não ignora os riscos e ameaças decorrentes, por exemplo, da crescente demanda mundial por recursos naturais. Nesse contexto, zela por seus interesses e busca reduzir a dependência de compras externas ao tempo em que amplia e diversifica seu parque industrial. Essa é a concepção que orienta a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégia Nacional de Defesa – END e o Livro Branco de Defesa – LBD.

Nos últimos anos, em sintonia com as diretrizes de política industrial consolidadas no Plano Brasil Maior, o Governo brasileiro vem investindo na modernização e na aquisição de meios terrestres, aéreos, navais e aeronavais, com vistas ao reaparelhamento das Forças Armadas e ao aperfeiçoamento dos sistemas de apoio às atividades de defesa terrestre, aérea e naval. Os acordos firmados para realizar esses investimentos possuem cláusulas contratuais de transferência de tecnologia, materializando o esforço governamental de adquirir autonomia tecnológica em produtos de defesa.

Cabe ressaltar aqui o relevante papel incumbido às Forças Armadas de atuarem como integradores nacionais nas faixas de fronteira e na Amazônia e atuação subsidiária na sociedade civil nos campos de segurança e ações cívico-sociais.

Dessa forma, a estratégia pode ser compreendida em três eixos: a Base Industrial de Defesa; as defesas terrestre, aérea e naval; e a atuação subsidiária das Forças Armadas na sociedade civil e integração nacional.

A indústria de defesa é estratégica para o Brasil na medida em que se constitui em uma fonte de inovação tecnológica, que gera benefícios para diversas indústrias, como a de equipamentos médico-hospitalares, aeronáutica, espacial, automobilística, têxtil, alimentícia, entre outras. Assim, no ano de 2014, o governo brasileiro teve como foco o fortalecimento e a manutenção da base industrial de defesa, por meio do incremento das exportações de produtos duais. A produção e comercialização desses produtos permitem a sustentabilidade desse vetor da indústria nacional, gerador de tecnologias inovadoras e de postos de trabalho dos mais diversos níveis de qualificação.

Para apresentar as principais soluções produzidas pela indústria de defesa

nacional, em 2014, foi realizada, em Brasília, a terceira edição da Mostra da Base Industrial de Defesa (III Mostra BID-Brasil). Participaram do evento, como expositoras, 89 empresas de defesa, tais como a Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer), Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e Odebrecht Defesa e Tecnologia (Mectron). O evento contou também com a participação de comitivas da África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, França, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Tanzânia.

Em 2014, foi dada continuidade ao Programa Inova Aerodefesa, no âmbito do qual foram aprovados 315 projetos, de 64 empresas, atingindo o valor de R\$ 8,4 bilhões em créditos reembolsáveis, o que demonstra a grande demanda reprimida e o potencial de desenvolvimento de novos produtos pelas empresas do setor de defesa.

O governo brasileiro incentiva, assim, a indústria nacional por meio de amplo leque de compras governamentais relacionadas à defesa nacional e evita que o desenvolvimento das empresas brasileiras resulte na sua posterior venda ou apropriação por empresas estrangeiras. Da mesma forma, aprofunda as políticas de indução dos investimentos e incentiva pedidos de patentes por empresas brasileiras, estimulando as sinergias entre tecnologias de interesse civil e militar.

Com relação à defesa terrestre, em 2014 o Governo Federal deu seguimento ao processo de aperfeiçoamento das estruturas operacionais do Exército Brasileiro com a adoção de um conjunto de ações necessárias para a defesa dos interesses estratégicos do Brasil. Nesse sentido, o Exército tem focado na execução de seus principais projetos: Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Projeto Proteger, Projeto de Defesa Cibernética, Projeto Guarani, Projeto Astros 2020 e o Projeto Estratégico do Exército – Defesa Antiaérea.

Para fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira, prosseguiu-se, em 2014, a implantação do Projeto-Piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, por meio da aquisição de equipamentos de alta tecnologia (sensores eletromagnéticos, radares de vigilância, rádios, terminais de satélites, dentre outros); o início da implantação de uma rede estratégica de comunicações fixas em visada direta (infovia); a obtenção de viaturas especializadas e embarcações de emprego diverso, bem como a contratação de serviços de elevada complexidade (aplicativos de apoio à decisão, integração de sistemas e suporte logístico integrado); e a construção e adequação de instalações militares. Tais iniciativas dentro do Sisfron, além de apoiar a execução de operações interagências, contribuem para o desenvolvimento da base industrial de defesa, a geração de emprego e renda, e potencializam a segurança de nossas fronteiras.

O Projeto Proteger, cujo objetivo é dotar o País de um sistema integrado de proteção das estruturas estratégicas terrestres quando da realização de grandes eventos, no apoio à defesa civil, na proteção ambiental, em operações contra agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, atentados terroristas e em operações de garantia da lei e da ordem, deu continuidade em 2014 às ações de proteção das unidades de geração e transmissão de energia, de mananciais de água e sistemas de transporte e de comunicações. Para tanto, foram adquiridas viaturas operacionais e instrumentos de pontaria e precisão para o armamento do

Exército, além de equipamentos especializados para tropas antiterrorismo.

Cumprindo o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa, deu-se prosseguimento ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas iniciado em 2012. No Projeto Estratégico Defesa Cibernética, citam-se como avanços, em 2014, a utilização de um computador de alto desempenho em pesquisas científicas na área de defesa cibernética e de um simulador de operações cibernéticas, desenvolvido por uma empresa nacional, assim como a continuidade da implementação do Projeto Rádio Definido por Software. Esse Projeto contribuirá para a interoperabilidade das Forças Armadas brasileiras e proporcionará um grande ganho na segurança das comunicações contra ataques de guerra eletrônica e cibernéticos, além de promover o desenvolvimento da indústria nacional nesse setor. Nessa temática, destaca-se a também a participação do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como ocorreu nas diversas cidades-sedes da Copa do Mundo da FIFA, no apoio às Eleições 2014 e a participação na Operação Amazônia.

Outro projeto estratégico do Exército Brasileiro é o Projeto Guarani, que tem a finalidade de substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos, além da recuperação de viaturas blindadas, helicópteros e equipamentos. Em 2014, foram entregues às organizações militares do Exército 128 viaturas blindadas de transporte de pessoal modernizadas. Cabe ressaltar também a conclusão do desenvolvimento de aço balístico nacional, pela Empresa Usiminas e da munição nacional de 30 milímetros pela Companhia Brasileira de Cartuchos.

O Projeto Astros 2020, inserido no PAC em 2014, tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão à Força Terrestre dispor de um sistema de artilharia, com capacidade de empregar foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro com alcance de 300 km. Um dos grandes avanços desse Projeto, em 2014, foi o desenvolvimento tecnológico de produtos de defesa como o do Míssil Tático de Cruzeiro e o do foguete guiado.

O Projeto Estratégico do Exército, Defesa Antiaérea – PEE DA-Ae, tem como objetivos principais a recuperação e aquisição de novos meios de artilharia antiaérea de baixa altura e obter a capacidade de artilharia antiaérea de média altura. Em 2014, foram capacitados militares em Defesa Antiaérea e adquiridos quatro radares e sete centros de comando e controle antiaéreos de fabricação nacional, 75 conjuntos de equipamentos de comunicações para o sistema de artilharia antiaérea e 11 viaturas para organizações militares, além da realização de adequações nas instalações de seis unidades militares que receberão os simuladores dos equipamentos adquiridos.

Com relação à defesa aérea, houve o recebimento de diversas aeronaves dentro do projeto de aquisição e modernização de meios aéreos, destacando-se: uma Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) modelo Hermes 900, adquirida na empresa AEL Systems S. A., para monitoramento eletrônico de fronteiras; uma aeronave de patrulha P-3BR modernizada pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S. A.; doze aeronaves de transporte de carga e tropa modernizadas do Projeto C-95 Bandeirante; duas aeronaves de combate modelo A-1M modernizadas; três helicópteros de ataque AH-2 Sabre do Projeto AH-X; doze helicópteros EC-725 do Projeto H-XBR, do consórcio constituído pelas empresas Helibras (Brasil) e Airbus

Helicopter (França–Alemanha); e uma aeronave do tipo F-5FM (modelo biposto) no âmbito do Projeto de Modernização dos F-5BR.

Em 2014 foi assinado o contrato com a Empresa Sueca Svenska Aeroplan AktieBolaget (Saab), o qual prevê a aquisição de 36 aeronaves caças Gripen NG (F-39), no âmbito do Projeto F-X2. O contrato inclui o treinamento de pilotos e mecânicos, o apoio logístico e a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras. Além disso, prosseguem as negociações entre a FAB e a Saab para a cessão temporária de caças Gripen, modelo C/D, como solução temporária até a chegada das novas aeronaves.

Também foi assinado o contrato com a Embraer S. A. referente ao Projeto I-X (anteriormente Projeto VU-Y) para o fornecimento de seis aeronaves Legacy 500 (EMB 550). Esse contrato proporcionará um avanço na qualidade e nas possibilidades da inspeção em voo no Brasil, devido à consolidação dos novos padrões de navegação, associados aos conceitos adotados pelo País.

Concluiu-se a negociação e assinatura do contrato do Projeto CL-X2, destinado à aquisição de três aeronaves C-295, na sua versão de busca e salvamento, denominada como SC-105 Amazonas, fabricada pela empresa espanhola EADS-Casa.

Quanto aos projetos relativos ao desenvolvimento e à aquisição do cargueiro tático militar KC-390, foi celebrado o contrato de aquisição de 28 aeronaves de série e logística inicial associada, entre o Comaer e a Embraer, em maio de 2014. Em outubro deste mesmo ano ocorreu a apresentação oficial da primeira aeronave (roll-out).

No que diz respeito ao Projeto A-1 (AM-X), ressalta-se que dois protótipos de aeronaves A-1 estão em fase de testes de desenvolvimento, sendo que as primeiras três unidades modernizadas foram recebidas no decorrer dos anos de 2013 e 2014, estando já em operação.

Em relação ao Projeto E-99M, foi disponibilizada uma versão intermediária da aeronave para atender à demanda requerida pela realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Duas unidades foram adaptadas para atender de imediato a esta demanda e foi possível uma análise mais detalhada quanto ao ganho operacional dessa adequação e também uma avaliação mais precisa do Sistema Aeroembarcado, que resultou na diminuição dos riscos do Projeto, antes da versão final da aeronave.

Quanto ao Míssil A-Darter, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, deu-se continuidade, em 2014, à etapa final da campanha de ensaios, para verificação de cumprimento de requisitos e avaliação de desempenho. O Projeto tem contribuído decisivamente para o aumento da capacidade operacional da FAB, para o alcance da independência tecnológica e para o fortalecimento da indústria nacional de defesa. A previsão é que esses mísseis venham a equipar os caças Gripen NG da FAB.

Com relação à área de ciência e tecnologia espacial, destacam-se: o desenvolvimento da tecnologia de propulsão líquida, com a realização do primeiro ensaio, a quente, do modelo de voo do estágio de propulsão líquida, passo

importante em direção à consolidação do uso da tecnologia de propulsão líquida para foguetes; e o rastreamento remoto do veículo Ariane, cuja parceria do Brasil com a Agência Espacial Europeia (ESA) alcançou a expressiva marca de 199 veículos rastreados, o que confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do acordo de cooperação firmado com a ESA.

No que diz respeito à segurança de voo e ao controle do espaço aéreo brasileiro, em 2014, deu-se continuidade ao processo de modernização e revitalização do sistema de controle do espaço aéreo e das atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos. Tudo isso, com o propósito de propiciar aos usuários dos serviços de transporte aéreo do País, melhorias contínuas na fluidez e na segurança das operações aéreas.

Em prosseguimento às ações governamentais em prol da defesa naval, aprimoraram-se os meios navais e aeronavais, com o intuito de reaparelhar a Marinha do Brasil, de modo a garantir a segurança das águas fluviais e oceânicas do território brasileiro e da navegação aquaviária.

No Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub destacam-se a construção da base e do estaleiro naval, cujas obras prosseguiram em ritmo acelerado em 2014.

Em decorrência da prioridade do governo brasileiro em ampliar as pesquisas científicas nas águas jurisdicionais brasileiras, prosseguiu-se, em 2014, com a construção do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, na China, incorporado à Força Naval em março de 2015. O “Vital de Oliveira” está entre os dez navios mais modernos do mundo na sua classe, dotado de laboratórios e equipamentos científicos de última geração, com capacidade para acomodar cerca de cinquenta pesquisadores e operar com aeronaves de asa rotativa.

A cartografia náutica ganhou em 2014 mais um reforço na produção de cartas dos rios da Amazônia. O navio hidroceanográfico fluvial Rio Branco foi entregue à Marinha. Construído com recursos do Censipam e com cerca de 70% de conteúdo nacional, a embarcação apoiará a atualização e a produção de novas cartas náuticas, o que é fundamental para a segurança da navegação na Amazônia, onde mais de 95% de todo o transporte comercial da região ocorre por meio dos rios e o transporte fluvial de passageiros movimenta anualmente 8,9 milhões de pessoas.

Na área de Monitoramento e Controle foi idealizado o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – Sisgaaz, para atender aos aspectos de monitoramento e controle de forma integrada, das águas jurisdicionais brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, para prover a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade. Esse Sistema atenderá às demandas da Marinha do Brasil no que se refere ao cumprimento das tarefas de segurança marítima, busca e salvamento e prevenção à poluição. Além disso, proporcionará flexibilidade para interoperação com sistemas das demais Forças (Sisfron e Sistema de Defesa Aérea – Sisdabra) e com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Nas atividades de comunicação, vale ressaltar a aquisição do direito de uso da banda X do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) pela Empresa Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras), que também será responsável

pela sua operação. Essa aquisição ampliará os enlaces satelitais do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – Siscomis, o que permitirá a interligação de Sistemas como o Sisfron, o Sisgaaz e o Sisdabra.

As Forças Armadas, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, também vêm atuando na sociedade civil e em ações que visam à integração nacional. Nessa linha de atuação, as Forças Armadas coordenaram o trabalho de atendimento clínico, cirúrgico e odontológico em comunidades indígenas em diversas regiões nos Estados de Mato Grosso e Pará. Apoiaram também o processo eleitoral de 2014, desde o transporte de urnas e pessoal da Justiça Eleitoral em municípios de difícil acesso até a realização de ações em favor da garantia da lei e da ordem, durante o período de votação e apuração de resultados, nas localidades designadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Integrar efetivamente a região amazônica às demais regiões do País se constitui em elevada prioridade da política de desenvolvimento do governo brasileiro. Nesse sentido, o Programa Calha Norte (PCN) tem por estratégia atender a duas vertentes: a da Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três forças nas áreas de abrangência do Programa; e a do Desenvolvimento Regional (vertente civil), que tem por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, por meio de convênios, firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados e as prefeituras municipais.

O esvaziamento demográfico das áreas mais remotas de atuação do PCN é um dos principais desafios enfrentados, na medida em que aumenta a necessidade de vigilância da fronteira, bem como de proteção das populações da região. Constitui-se em outro objetivo do PCN aumentar a presença do poder público em sua área de atuação, além de contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência às suas populações a fim de fixar o homem na região, sem descaracterização regional e cultural.

No conjunto das atividades realizadas em 2014 no âmbito da vertente Soberania, destacam-se: a criação do Centro Técnico de Formação de Fluvialários da Amazônia Ocidental; a adequação e manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), com destaque para o início do projeto de construção da microcentral hidrelétrica, no PEF de Tiriós/PA; a ampliação do setor fluvial do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva, em Clevelândia/AP; e a ampliação dos Aeródromos dos PEF de Estirão do Equador/AM e de Yauaretê/AM.

Na vertente Desenvolvimento Regional, em 2014, o PCN apoiou municípios na realização de diversas obras de melhoria da infraestrutura social (quadras, praças, ginásios, etc.) e aquisição de equipamentos (viaturas, tratores, etc.).

O PCN abrange 194 municípios, 95 dos quais situados ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A área de atuação do PCN corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

ESTADO, FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

A atuação do Governo Federal para a implantação da estratégia de desenvolvimento com vistas a dar materialidade aos objetivos fundamentais da República afirma um Estado pautado pelos compromissos pactuados e firmados na Constituição Federal de 1988. O fortalecimento de um Estado democrático que tome uma postura ativa em prol do desenvolvimento, reforçando principalmente seus pilares sociais, é o cerne deste eixo da dimensão estratégica.

A atual estratégia consolida a visão de desenvolvimento já não mais associada exclusivamente ao crescimento econômico, tendo como parâmetro fundamental a redução das desigualdades com sustentabilidade. Tal visão implica em cobranças com um grau cada vez mais elevado de exigência em relação ao papel a ser desempenhado pelo Estado. Espera-se que o Estado se fortaleça em sua capacidade operacional e que se torne mais capacitado a exercer funções que implicam em maior abertura à participação social e um protagonismo na articulação, negociação e coordenação de políticas, inclusive sob o ponto de vista federativo.

A expansão da atividade estatal passa a ser pautada pelo fortalecimento da capacidade de administração, incluindo o planejamento e a gestão das políticas públicas, de regulação e de financiamento para cumprir objetivos de desenvolvimento que se estabeleçam em um redesenho da relação entre Estado e sociedade. Uma relação que se exige cada vez mais aberta a novos atores, mais transparente nos atos e no passo a passo das decisões de interesse público, mais participativa, para ver, criticar e rever iniciativas que entreguem soluções mais eficazes e duradouras. Para além da melhoria da qualidade dos serviços prestados, o Estado pauta-se, assim, pelo próprio aprimoramento constante da democracia.

Foi necessário agregar valor ao Estado incorporando marcos regulatórios, aprovados pelo Poder Legislativo, organizadores de sua ação para longo prazo. A estruturação de políticas de Estado nas mais variadas áreas e agendas implica em transformações estruturais que exigem novas capacidades de planejamento da ação estatal.

De outro lado, a condução deliberada de uma estratégia de desenvolvimento exige um Estado capaz de gerir seus programas estruturantes com vistas a promover entregas à população que conduzam a uma sociedade menos desigual social e regionalmente. A elevação da capacidade do Estado é buscada pela própria estruturação da administração pública, com incentivos à cooperação institucional e tratamento transversal e intersetorial de várias agendas, de forma a elevar a qualidade dos serviços entregues à população e a aumentar a transparência com a qual presta esses serviços.

As especificidades do Estado brasileiro exigem esforços de gestão para fazer com que as políticas públicas, de responsabilidades muitas vezes compartilhadas, alcancem os cidadãos onde são mais necessárias.

A afirmação da estratégia de desenvolvimento também tem exigido do Estado a coordenação dos instrumentos econômicos em favor do desenvolvimento, criando as condições necessárias para o financiamento do investimento ao tempo em que fortalece seu papel regulador.

ESTADO E DESENVOLVIMENTO: COORDENAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E REGULAÇÃO

Para viabilizar a estratégia de desenvolvimento inclusivo foi necessário reforçar gradualmente o protagonismo do Estado como um ator central, condizente com sua responsabilidade, atuante no combate às desigualdades e na promoção do bem-estar social. O Governo Federal vem estimulando a ampliação dos investimentos no País, utilizando recursos próprios e, de maneira crescente, fazendo parcerias com Estados, municípios e iniciativa privada.

O atual modelo de planejamento declara o Estado como indutor de um modelo de desenvolvimento organizado para promover o crescimento do País com redução de desigualdades. Tão importante quanto essa declaração são as práticas criadas pelo Governo Federal, multiplicando experiências exitosas como as do PAC, do Brasil Sem Miséria e do Minha Casa, Minha Vida.

Os resultados do PAC revelam que o Programa é o grande plano de investimento público que orienta, fomenta e induz o investimento privado, promovendo melhorias na legislação tributária, estímulo ao crédito e fortalecendo a capacidade dos Ministérios. O PAC também é modelo de gestão porque induziu a qualificação das administrações públicas subnacionais; reduziu obstáculos burocráticos, normativos e jurídicos, que criavam restrições à execução das políticas públicas; e criou um processo de coleta, análise e tratamento da informação com foco na efetividade das políticas públicas.

Os investimentos do PAC no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social atingiram R\$ 57 bilhões no ano de 2014. Desse montante destacam-se os pagamentos de R\$ 17,4 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e de R\$ 5,4 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes.

As ações finalizadas somam R\$ 796,4 bilhões, ou seja, 99,7% do valor global atualizado previsto para ser contratado até 2014. O resultado é 17,8% superior em relação ao último balanço, quando o volume de obras concluídas foi de R\$ 675,8 bilhões.

Em apoio aos investimentos por parte dos entes federados, em 2014 foi ampliado em R\$ 2 bilhões o limite de contratação de crédito para financiar contrapartida de obras do PAC, do MCMV e de projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014. Ademais, os recursos autorizados para contratação de novas operações de crédito aumentaram em: i) R\$ 3,2 bilhões para financiamento de projetos de pavimentação e qualificação de vias urbanas, por meio da linha Pró-Transporte – FGTS; ii) R\$ 2 bilhões para empreendimentos de mobilidade urbana constantes no PAC 2; e iii) R\$ 3,5 bilhões para esgotamento sanitário. Além disso, o prazo para contratação dos recursos do Programa Caminho da Escola foi estendido e a taxa cobrada foi reduzida em 2%.

Entre os anos de 2011 e 2014, o Governo Federal realizou 11 balanços do PAC 2. Para cada um deles, foi elaborado e publicado na Internet (www.pac.gov.br) um Relatório Nacional por eixos, com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do Programa.

O PAC se estabelece como um instrumento de coordenação horizontal e intersetorial do investimento. Em função do intenso diálogo federativo e da indução que enseja ao setor privado, a execução do programa impacta decisivamente o nível agregado de investimento no País, reforçando deliberadamente a estratégia de desenvolvimento que promove.

Aos investimentos do PAC somam-se as parcerias com o setor privado materializadas por meio das concessões, das quais se destaca o Programa de Investimentos em Logística (PIL). O PIL é um programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos). O início da cobrança de pedágio ocorrerá somente após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER). As seis concessões rodoviárias integrantes do PIL correspondem aos lotes das BR-040/DF/GO/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-163/MS e BR-163/MT, que tiveram os leilões realizados e contratos assinados. Em 2014, o PIL se consolidou com a prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e o início de obras de duplicação em rodovias concedidas.

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Em abril de 2014 foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins e a administração desses aeroportos foi transferida às concessionárias vencedoras das licitações. Previsões iniciais indicam investimentos da ordem de R\$ 9,15 bilhões nesses dois aeroportos, sendo R\$ 5,65 bilhões no Galeão e R\$ 3,5 bilhões em Confins. Com isso, o Galeão deverá aumentar a capacidade de passageiros/ano de 17 milhões para mais de 60 milhões em 2038. Em 2043, o terminal de Confins, por sua vez, terá capacidade para receber mais de 43 milhões de passageiros/ano.

Para a elevação do investimento também foi preciso aperfeiçoar as legislações que regulamentam a forma de operar do Estado. Nesse sentido, foram editados atos estabelecendo regras e procedimentos, dentre os quais se destaca a alteração de regulamentação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de forma a ampliar a eficiência nas contratações públicas, diminuindo riscos inerentes, e incentivar a inovação tecnológica. O Sistema de Registro de Preços (SRP) passou por modificação de regras para a contratação de serviços terceirizados e por nova definição de regras e procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços pelo órgão licitante. A Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2014, que trata dos procedimentos de contratações de soluções de tecnologia da informação, foi simplificada com maior foco no alinhamento estratégico e no Plano Diretor das entidades.

No que se refere às compras governamentais, a criação da Central de Compras e Contratações do Governo Federal, pelo Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, possibilitou a gestão estratégica e centralizada de itens necessários ao funcionamento de todos os órgãos de governo, tais como vigilância e limpeza, manutenção predial e frota. Com a atuação da Central, objetiva-se conseguir melhores preços por ganhos de escala, utilizar o poder de compra do Estado para estimular práticas inovadoras, fomentar pequenas e microempresas, além de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento regional. A centralização também permite a padronização e o aperfeiçoamento de procedimentos, promovendo maior eficiência, qualidade, controle e fiscalização das compras públicas.

O Governo Federal mantém uma agenda transversal de projetos e atividades, elaborada no âmbito da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, orientada para melhoria da eficiência e modernização da gestão pública, com foco em prover meios, habilidades e tecnologia para que os diferentes setores do governo possam entregar seus resultados com uso racional dos recursos. A Central de Compras e Contratação é um dos resultados concretos da atuação da referida Câmara.

A continuidade da Agenda de Ações para Modernização e Melhoria da Gestão Pública vem permitindo que órgãos e entidades do Governo Federal melhorem os processos de maior impacto na vida dos cidadãos e das empresas e na competitividade do País. Como resultados da referida Agenda em 2014, destacam-se: i) a implantação do Porto Sem Papel, que simplifica a atracação e liberação de embarcações nos portos públicos e elimina a necessidade de 140 formulários em papel; ii) a modernização da gestão portuária e do comércio exterior com revisão de processos em mais de 20 órgãos, por meio do Programa Portal Único de Comércio Exterior; iii) a desburocratização de abertura e encerramento de empresas, com simplificação de procedimentos e integração de sistemas federais, estaduais e municipais; e iv) modernização da gestão em mais de 30 órgãos, tais como a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a Infraero, os Correios e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como nos Ministérios da Saúde, da Justiça, dos Transportes e da Cultura.

PLANEJAMENTO E FEDERALISMO: SUPERANDO OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA

Para executar a estratégia de desenvolvimento em consideração às características singulares do federalismo brasileiro, o Governo Federal tem envidado esforços para estabelecer uma cooperação federativa estruturadora da capacidade do Estado em atender às demandas da população.

A realização de encontros anuais de prefeitos, a organização das atividades do Comitê de Articulação Federativa (CAF), a instituição de Fóruns de Gestores Federais nos Estados, a realização de reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf) e a articulação com as entidades representativas dos prefeitos foram instrumentos essenciais na produção dos resultados do ano de 2014, a exemplo do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e do aperfeiçoamento do Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV.

O CAF contribuiu para a resolução, entre outros, da desburocratização do processo de transferências voluntárias; do pacto pela mobilidade urbana; para o aumento em 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja PEC foi aprovada em novembro de 2014; para alterações favoráveis aos municípios na cobrança do ISS; e para a renegociação da dívida dos entes federativos. Cabe registrar que entre as principais agendas do CAF estão a desburocratização do processo de transferências voluntárias e o pacto pela mobilidade urbana. A atuação nos órgãos ministeriais resultou em avanços no diálogo federativo sobre o acesso aos programas federais, como o PAC, Brasil sem Miséria e Mais Médicos.

O apoio aos entes federativos por meio de acordo de cooperação técnica com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a transferência de tecnologia e conhecimento na elaboração de PPAs resultou na integração gradual entre o PPA federal e os PPAs estaduais e municipais. A cooperação com a FNP também oportunizou a aproximação e o diálogo com Consórcios Públicos Intermunicipais Multifinalitários. Foram firmados Termos de Compromisso com 30 Consórcios Públicos Intermunicipais focando na melhoria da gestão dos serviços públicos.

O Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br) consolidou-se como um meio virtual de relacionamento com a oferta de conteúdo de forma clara e acessível sobre os temas da agenda federativa.

A criação do *blog* Diálogos Federativos (www.dialogosfederativos.gov.br) apoiou a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável, compromisso firmado na Conferência da ONU sobre o tema.

Cabe destacar eventos importantes que definiram a agenda municipalista para 2014. Entre eles estão a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, a 65ª e a 66ª Reuniões da FNP e o Encontro Nacional de Municípios, promovido pela Associação Brasileira de Municípios – ABM.

Destaca-se ainda o apoio ao fortalecimento da área orçamentária dos governos estaduais por meio de ações de capacitação e transferência de tecnologia. Um dos principais resultados foi a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), sem custos, no governo da Paraíba, permitindo àquele Estado a elaboração da LOA 2014 no sistema, disponível em siop.pb.gov.br.

Há evidências concretas da importância do envolvimento de todos os entes federados na consecução das políticas públicas. Muitas vezes, é justamente nos territórios com estruturas institucionais mais frágeis que o Estado precisa se fazer presente. O Plano Brasil Sem Miséria é um bom exemplo disso, pois representa uma importante inovação na gestão das políticas públicas com intenso diálogo federativo.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O CIDADÃO

O Governo Federal se pauta pela abertura permanente para o diálogo, debate de ideias e construção de soluções para as demandas da população.

O ano de 2014 foi marcado por avanços importantes no âmbito do compromisso de promover a participação social como método de governo. Entre os avanços, destaca-se a assinatura do Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS. Construída a partir de um longo processo de consultas à sociedade, a PNPS estabelece um conjunto de diretrizes relativas às instâncias e mecanismos de diálogo e participação social existentes no Governo Federal, a saber, conselhos, comissões de políticas públicas e fórum interconselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogos, audiências públicas, consultas públicas e ambientes virtuais de participação. A PNPS orienta os órgãos da Administração Pública a considerar os mecanismos de diálogo, de forma a tornar as políticas públicas mais efetivas e as instâncias de participação mais transparentes, abertas e acessíveis a todos os cidadãos.

Da mesma forma, foi lançado o Compromisso Nacional pela Participação Social. Os entes signatários comprometem-se a publicar planos de ação para ampliar a participação cidadã, com metas para um período de cinco anos. Até outubro de 2014, dez Estados aderiram ao Compromisso. Em 2015, a meta é expandir o Compromisso para novos Estados e promover a mobilização regional para a implementação, monitoramento e avaliação dos planos de ação nacional e locais.

O Portal Participa.br, lançado oficialmente em 2014, firmou-se como um espaço de escuta e diálogo com a sociedade civil. A plataforma, desenvolvida em *software* livre, promoveu práticas inovadoras de participação via Internet e oferta de espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, permitindo a expressão de opinião e participação na formulação de políticas públicas. Atualmente, o portal tem 3.200 usuários, registrando cerca de 21 milhões de acessos. Já foram realizadas 15 consultas públicas sobre diversas políticas, com destaque para as consultas públicas sobre a minuta do texto da PNPS e sobre os “princípios orientadores da Internet que queremos”.

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) aperfeiçoou sua interface com a sociedade por meio do V Fórum Interconselhos e dos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais. Atualmente, existem nove Agendas que retratam os objetivos e metas do PPA para segmentos específicos da população. No Fórum, a execução do Plano é apresentada e submetida à crítica da sociedade. Pelo segundo ano consecutivo, a sociedade pôde apresentar contribuições na forma de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foram analisadas e respondidas individualmente. Também foi realizada uma audiência pública para apresentar as ferramentas de monitoramento do orçamento federal e receber sugestões às propostas orçamentárias.

O Fórum foi agraciado com a distinção máxima na categoria *Fostering Participation in Public Policy-Making Decisions*, prêmio das Nações Unidas para as melhores práticas em participação social.

A participação social também foi consolidada como princípio no novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil com a aprovação da Lei nº 13.019/2014, que instituiu regras próprias para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil. A nova Lei permitirá construir uma nova arquitetura de fomento e colaboração com as organizações da sociedade civil, pois as administrações de todo o País terão a oportunidade de criar sistemas de gestão de parcerias informatizados, capacitar seu corpo técnico e cumprir um conjunto de regras de transparência.

A realização da Arena da Participação Social foi um importante evento voltado à discussão sobre a parceria entre governo e organizações da sociedade civil, sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. O evento contou com mais de 2.500 participantes, incluindo gestores públicos, membros da iniciativa privada, organizações e cidadãos, convidados e autoridades internacionais e nacionais. Na ocasião, foi realizado o 2º Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, além de diversas atividades, painéis e oficinas que contemplavam a temática da Participação Social.

Ainda em relação ao avanço nas políticas sociais, há que se destacar a promulgação da Lei 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Essa Lei representa importante contribuição à promoção da igualdade de oportunidades no País, ainda marcado pela exclusão social ancorada na raça. A política afirmativa visa tornar o perfil racial dos servidores da Administração Pública Federal (30% são negros) mais representativo da composição racial da sociedade brasileira (50,74% são negros). Com essa Lei, espera-se também sensibilizar outros Poderes e entes da Federação, e até mesmo o setor privado, a adotarem institutos semelhantes para o combate à desigualdade racial.

Destaca-se também a aprovação da Lei 12.965/2014, que ficou conhecida como o Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, bem como estabelece diretrizes para a atuação do Estado nesse tema. Essa Lei disciplina a proteção à privacidade dos usuários e à liberdade de expressão e a preservação e garantia de neutralidade da rede, isto é, institui que todas as informações que trafegam na rede devem ser tratadas da mesma forma, navegando à mesma velocidade. É esse princípio que garante o livre acesso a qualquer tipo de informação na rede, sendo considerado a base da democracia na rede, permitindo assim acesso igualitário de informações a todos, sem quaisquer interferências no tráfego eletrônico.

O trabalho do Governo Federal para promover o desenvolvimento e o bem-estar para a população deve ser emoldurado por um processo transparente de relacionamento com a sociedade. A transparência do setor público vem sendo buscada ativamente, garantida por meio da Lei de Acesso à Informação – LAI, mecanismo a partir do qual já se realizaram 90.167 pedidos de informação em 2014, dos quais 89.362 (99,1% do total) foram tratados e respondidos dentro do prazo

estipulado. A transparência, adotada como regra basilar da gestão pública, tem o poder de mobilizar o controle social sobre as políticas públicas, além de prevenir a corrupção e a ineficiência no âmbito do Estado brasileiro.

Como resultado das escolhas estratégicas e práticas de gestão adotadas pelo governo, está em curso a construção de um Estado com maior responsabilidade social e com características próprias, centrado no desenvolvimento social e econômico sustentáveis, estruturado para garantir a participação da sociedade e orientado para a redução das desigualdades sociais e regionais com valorização do diálogo federativo e voltado para concretizar os comandos constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Relatório, verificou-se que o ano de 2014 – terceiro ano de vigência do PPA 2012–2015 –, foi caracterizado pela continuidade do processo de consolidação do modelo de desenvolvimento inclusivo, que tem promovido avanços importantes para a sociedade brasileira, ao estimular o crescimento econômico em equilíbrio com a distribuição de renda e qualidade de vida da população. As políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo têm expandido para milhares de brasileiros os benefícios econômicos e sociais do desenvolvimento, propiciando o acesso a um padrão de vida mais digno.

Na dimensão econômica, houve continuidade da estratégia de incentivo ao crescimento com estímulos à ampliação dos investimentos, ao fortalecimento do mercado interno e promoção das exportações, e à redução da vulnerabilidade externa, com preservação da estabilidade macroeconômica. O PAC manteve seu ritmo de execução, com ações finalizadas que somam R\$ 796,4 bilhões, o que corresponde a 99,7% do valor global atualizado previsto para ser contratado até 2014, demonstrando mais uma vez ser o principal indutor do investimento no País. Aliado ao PAC, a ampliação das concessões ao setor privado tem dado novo impulso ao setor de infraestrutura, notadamente via Programa de Investimentos em Logística (PIL). No que se refere ao trabalho e emprego, mesmo diante da persistência de um cenário de instabilidade econômica internacional, ainda fruto da crise de 2008, por mais um ano a taxa de desemprego decresceu, enquanto que se registrou expansão, embora pequena em relação aos anos anteriores, no número de postos de trabalho, com mais de 396 mil novos postos formais de trabalho gerados em 2014. Esses dois movimentos, aliados a uma política de valorização do trabalho assalariado, por meio de ganhos reais no salário mínimo, refletem o entendimento de que o trabalhador é o maior gerador da riqueza de um país, bem como a importância da melhoria da renda familiar como variável de inclusão no padrão de desenvolvimento que está em curso há mais de uma década.

Os ganhos em renda e a distribuição mais igualitária da riqueza refletem na dimensão social na forma de maior acesso a bens e serviços públicos, o que impõe ao Estado, notadamente em sua vertente reguladora, que mobilize e organize a oferta com o padrão de qualidade esperado pelo cidadão. Sob essa premissa, constatou-se em 2014 a continuidade das ações que promovam a igualdade de oportunidades a todos os brasileiros, como no acesso ao mercado de trabalho e a serviços de saúde e educação. Programas como Pronatec, Mais Médicos e Ciência sem Fronteiras são exemplos desse esforço constante de aperfeiçoamento da ação estatal.

A estratégia de desenvolvimento também foi marcada, em 2014, pela continuidade de ações em prol da sustentabilidade ambiental e da promoção do desenvolvimento regional como aspectos transversais a serem considerados pelo conjunto das políticas públicas. Resultado dessas ações se mostra na queda do desmatamento na Amazônia observada desde 2005 e que em 2014 apresentou decréscimo de 18% em relação à observada no ano anterior.

Da mesma forma, deu-se prosseguimento ao aperfeiçoamento da inserção

internacional soberana, notadamente na busca do fortalecimento de um bloco sul-americano, com esforços para a redução das assimetrias regionais, e o estímulo à maior independência tecnológica da indústria nacional de defesa, fazendo uso de acordos que têm na transferência de tecnologia requisito indispensável, como a aquisição dos caças suecos Gripen NG, cujo contrato de compra foi assinado em 2014.

O fortalecimento da capacidade do Estado de prestar serviços públicos adequados às necessidades sociais é essencial para o sucesso da estratégia de desenvolvimento. Para isso, o Estado deve ser capaz de inovar em sua atuação e ser hábil para adaptar suas estruturas e regimentos, produzindo arranjos institucionais e modelos de planejamento, gestão e execução capazes de compreender e atender tanto a um projeto nacional quanto às diversas realidades regionais. O regime de concessões, cujo sucesso se observou no bom desempenho operacional dos aeroportos durante a Copa do Mundo de Futebol, e a alteração de regulamentação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de forma a ampliar a eficiência nas contratações públicas, diminuindo riscos inerentes, e incentivar a inovação tecnológica, são exemplos que representam o constante esforço de melhoria empreendido pelo Estado em suas estruturas e normativos para atender de forma cada vez mais ágil e adequada às demandas da sociedade.

Essas questões ganham concretude nos 65 Programas Temáticos que compõem o PPA 2012–2015, cuja evolução ao longo deste terceiro ano de vigência do plano pode ser verificada no Volume 2 deste Relatório, que apresenta a situação, por programa, dos indicadores, objetivos e metas, com a respectiva execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às iniciativas.

Além dos Programas Temáticos, que orientam e expressam as ações governamentais de entregas de bens e serviços à sociedade, o próximo Volume também apresenta a execução orçamentária e financeira, em 2014, dos programas de gestão, manutenção e apoio ao Estado. Assim, ao lado do detalhamento das políticas finalísticas do Governo Federal, quantificam-se as ações de apoio governamental expressas nos programas de gestão. A tabela a seguir resume a execução orçamentária do PPA 2012–2015, no exercício 2014.

**TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PPA 2012–2015, EM 2014
(VALORES EM R\$ BILHÕES)**

PROGRAMAS	AUTORIZADO*	EXECUTADO**
Programas Temáticos	912,0	780,2
Políticas Sociais	684,7	629,4
Políticas de Infraestrutura	157,5	120,1
Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	42,3	20,3
Política de Soberania, Manutenção e Serviço ao Estado	27,6	10,3
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	264,1	251,1
Total	1.176,1	1.031,3

* LOA + Créditos adicionais

** Liquidado dos Orçamentos Fiscal e Seguridade + Pago do Orçamento de Investimento

Fonte: SIOP/MP

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Verifica-se que, em 2014, a execução orçamentária do Plano, considerando-se recursos autorizados pela Lei Orçamentária (LOA) e créditos adicionais, alcançou R\$ 1.031 bilhões, o que representa 87,7% do total autorizado. Os programas temáticos responderam por 75,7% da execução total, somando R\$ 780,2 bilhões, enquanto o conjunto dos programas de gestão representou 24,3% (R\$ 251,1 bilhões) do total orçamentário executado pelo Plano. Em linha com a estratégia inclusiva de desenvolvimento apresentada neste Volume do Relatório, sobressai a escala dos recursos orçamentários executados no âmbito dos programas sociais, em 2014: R\$ 629,4 bilhões ou 61% do executado pelo PPA.

A materialização das políticas públicas que integram o PPA 2012–2015 conta ainda com recursos extraorçamentários originários de fundos públicos, recursos próprios de empresas estatais, depósitos compulsórios, crédito direcionado, entre outros, o que evidencia a amplitude do Plano e da pactuação social a ele subjacente. Nesse sentido, destaque-se, em 2014: a importância dos desembolsos do BNDES, de R\$ 187,8 bilhões, para o financiamento das micro e pequenas empresas, do investimento e da infraestrutura no País; a relevância dos R\$ 156,1 bilhões do crédito rural aplicado na agricultura empresarial (dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Plano Safra 2014/2015); a contratação de R\$ 112,9 bilhões de operações de crédito imobiliário com recursos da caderneta de poupança (Abecip e BCB); a crescente importância do financiamento subsidiado à habitação popular, decorrente da entrega de mais de 2 milhões de moradias no âmbito da segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (11º Balanço do PAC 2); a centralidade dos R\$ 24,1 bilhões em empréstimos para agricultores familiares (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário); e a atuação do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia para a redução das desigualdades regionais.

OPPA, dessa forma, consiste em instrumento amplo e dinâmico de planejamento, que estabelece conexões entre as dimensões estratégica, tática e operacional, integrando o planejamento ao orçamento, à gestão e ao desenvolvimento do País.

[illegible]



Secretaria de
Planejamento e Investimentos
Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 130 páginas
(O.S. 12567/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

